



Programa de Pós-graduação em Educação
Faculdade de Educação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dissertação

RAFAEL GUIMARÃES COSTA

rafaelgcosta@hotmail.com

**REVISITANDO O ESTADO NOVO: O QUE NOS DIZEM OS CONGRESSOS
BRASILEIROS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (CBHEs/2000-2015)?**

Linha de pesquisa: História. Sujeitos e Processos Educacionais

Orientadora: Prof^ª.Dr^ª. Libânia Nacif Xavier

Rio de Janeiro

2018

RAFAEL GUIMARÃES COSTA

rafaelgcosta@hotmail.com

**REVISITANDO O ESTADO NOVO: O QUE NOS DIZEM OS CONGRESSOS
BRASILEIROS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (CBHEs/2000-2015)?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação

Orientadora: Prof^ª.Dr^ª. Libânia Nacif Xavier

Rio de Janeiro

2018

RESUMO

COSTA, Rafael Guimarães. Revisitando o Estado Novo: o que nos dizem os Congressos brasileiros de História da Educação (CBHEs/2000-2015)?. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

O estudo tem como objetivo analisar a produção historiográfica que aborda a Educação no Estado Novo (1937-1945) brasileiro. O universo de estudos analisados compreende as comunicações publicadas nos Anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHEs), promovidos bianualmente pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), no período de 2000 a 2015. A pesquisa se apoia em uma dupla motivação: A primeira lança um olhar compreensivo sobre as bases das políticas autoritárias formuladas no período e suas influências sobre a educação brasileira. A segunda expressa a preocupação com os retrocessos conservadores que estamos vivendo no momento presente, na educação e em outros setores da vida social. Assim, o enfraquecimento de nossa frágil democracia, além de nos inquietar, nos mobiliza a revisar com mais atenção as memórias e as histórias produzidas no nos últimos quinze anos, no âmbito dos CBHEs, sobre a temática. Desse modo, o estudo propõe uma análise historiográfica, ao mesmo tempo em que pretende fomentar o debate sobre as relações entre a imposição de regimes autoritários e seus efeitos sobre as políticas e práticas educacionais. Do ponto de vista teórico, o estudo dialoga com autores como J. Le Goff e M. Pollack, a respeito das operações e das disputas em torno de memórias, sobretudo no que concerne a projetos de re-construção nacional; dialoga, também com S. Bernstein e R. Patto, que contribuem com nossas análises por meio dos conceitos de cultura política; negociações e acomodações. D. Saviani e L. Xavier; A. Dias e S. Lopes, dentre outros autores, nos auxiliam na compreensão sobre a constituição do campo da História da Educação, assim como das políticas educacionais e das práticas pedagógicas levadas a termo no contexto em foco. Dentre as conclusões, destacamos a constante tensão, presente no universo pesquisado, entre estudos que apoiam suas análises em escalas de observação de abrangência nacional, tendo em vista o caráter centralizador do Governo, e estudos que abordam os efeitos localizados das políticas centralizadoras e homogeneizadoras do Estado Novo sobre a diversidade cultural e de propostas de organização do ensino, sobretudo nos municípios que receberam grandes levas de imigrantes europeus e asiáticos em razão das guerras mundiais.

Palavras-Chave: História da Educação – Estado Novo – Historiografia.

ABSTRACT

COSTA, Rafael Guimarães. Revisiting the Estado Novo: what the Brazilian congresses of History of Education tell us (CBHEs/2000-2015)? .Dissertation (Master's degree in Education). Education College, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

The objective of this study is to analyze the historiographical production that approaches Education in the Estado Novo (1937-1945) in Brazil. The universe of studies analyzed includes the communications published in the Annals of the Brazilian Congresses of History of Education (CBHEs), promoted biannually by the Brazilian Society of History of Education (SBHE), from 2000 to 2015. The research is based on a double motivation : The first one gives a comprehensive look at the bases of the authoritarian policies formulated in the period and its influences on Brazilian education. The second expresses concern about the conservative setbacks we are experiencing in the present moment, in education and in other sectors of social life. Thus, the weakening of our fragile democracy, in addition to disturbing us, mobilizes us to review with more attention the memories and stories produced in the last fifteen years, within the framework of the CBHEs, on the theme. Thus, the study proposes a historiographical analysis, at the same time as it intends to foment the debate on the relations between the imposition of authoritarian regimes and their effects on educational policies and practices. From a theoretical point of view, the study is in dialogue with authors such as J. Le Goff and M. Pollack regarding operations and disputes around memories, especially with regard to national re-construction projects; dialogues, also with S. Bernstein and R. Pato, who contribute our analyzes through the concepts of political culture; negotiations and accommodations. D. Saviani and L. Xavier; A. Dias and S. Lopes, among others, help us in understanding the constitution of the field of Education History, as well as educational policies and pedagogical practices carried out in the context in focus. Among the conclusions, we highlight the constant tension, present in the researched universe, between studies that support their analyzes in scales of observation of national scope, considering the centralizing character of the Government, and studies that address the localized effects of the centralizing and homogenizing policies of the New State on cultural diversity and proposals for the organization of education, especially in the municipalities that received large waves of European and Asian immigrants due to the world wars.

Keywords: History of Education – Estado Novo – Historiography

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO PESSOAL	17
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1	25
HISTORIANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: DA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA À CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	25
1.2 - A História da Educação como campo de pesquisa.....	29
1.3 - A História Cultural abre novas perspectivas para a História da Educação	33
CAPÍTULO 2	37
UM TEMPO NOVO, UM ESTADO NOVO?	37
2.1 - O significado da Educação brasileira para o Estado Novo	38
2.2 - Edificando a cultura pedagógica: a Criação do MES e as ações de Capanema	42
2.3 - O lugar da Educação no projeto pedagógico do Estado Novo.....	46
CAPÍTULO 3	50
DESVELANDO MEMÓRIAS E HISTÓRIAS, O ESTADO NOVO NOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	50
3.1 - Os Eixos e a incidência de resumos sobre o Estado Novo brasileiro.....	52
CAPÍTULO 4	101
CONFORMANDO A EDUCAÇÃO NO ESTADO NOVO	101
4.1 - Abordagens nacionais e locais, relacionados ao Estado Novo	101
4.2 - Temáticas preferenciais: identidade e formação docente, imprensa pedagógica e Educação e igreja em favor da nacionalização do ensino	110
4.3 - Ensino da música e do canto orfeônico, bem como da educação física e dos desportos e atividades cívicas	119
4.4 - A questão da educação rural e a preocupação em manter o controle sobre a rede pública de ensino.....	125
4.5 - A nacionalização das escolas de imigrantes e a preocupação com as escolas de fronteira, tendo em vista manter a integridade territorial da nação.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	136

Esta pesquisa é dedicada

À todas as pessoas com quem tive contato nessa trajetória acadêmica que, com maior ou menor intensidade, me possibilitaram construir esse pequeno pedaço de mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a

Minha família, que por mais difícil que seja a compreensão de minhas ausências de alguma forma me quer bem e me apoia;

Profª. Drª. Libânia Nacif Xavier, minha orientadora de mestrado, que me deu suporte acadêmico e moral que eu precisava para resistir às batalhas da ciência histórica;

Profª. Drª. Sônia Maria Nogueira de Castro Lopes, por ter me conferido a oportunidade de estar em sua presença ainda enquanto professora do PPGE – UFRJ e pelas críticas que cimentaram os tijolos deste trabalho;

Profº. Drº. Jorge Antônio Rangel “Fidel”, grande amigo e companheiro de grandes conversas, por suas contribuições que, primeiramente me levaram ao mestrado e que depois enriqueceram este trabalho;

Profª. Drª. Amália Dias, por suas críticas que me fizeram enxergar meu próprio trabalho de outra maneira;

Profª. Drª. Magali Alonso de Lima, minha orientadora da graduação, por ter me ensinado humanidade na academia;

Aos meus amigos da FFP/UERJ, Aos meus amigos da FFP/UERJ, professores ou alunos, que resistem, dia após dia, ao "projeto em curso" que visa destruir a universidade mais popular do Brasil;

Aos amigos da Arquivologia da UFF, onde construí boas relações de companheirismo;

Por fim, a todos que de alguma forma me apoiaram mesmo que em pensamento.

No princípio e no fim da investigação está sempre a liberdade. É para isso, e por isso, que tens de trabalhar, de pensar e de escrever a história da educação.

Eis o que te quis escrever.

Com uma única certeza: a de que não tenho certezas.

Com um único desejo: que, apesar de todos os constrangimentos, sejas capaz de habitar livremente o teu lugar como investigador.

Com uma única convicção: que sem conhecimento, sem criação, sem cultura, sem história, não há futuro para a universidade nem para a educação.

Talvez não precisasses de ler esta carta, mas eu é que precisava de a escrever. Segue pelo correio ainda hoje. Vou ver se consigo encontrar um selo que tenha a palavra “liberdade”.

(António Nóvoa)

LISTA DE QUAROS

Quadro 1 – Quantidade de trabalhos apresentados no I Congresso Brasileiro de História da Educação com a temática central Estado Novo	56
Quadro 2 – Quantidade de trabalhos apresentados no II Congresso Brasileiro de História da Educação com a temática central Estado Novo	62
Quadro 3 – Quantidade de trabalhos apresentados no III Congresso Brasileiro de História da Educação com a temática central Estado Novo	67
Quadro 4 – Quantidade de trabalhos apresentados no IV Congresso Brasileiro de História da Educação com a temática central Estado Novo	72
Quadro 5 – Quantidade de trabalhos apresentados no V Congresso Brasileiro de História da Educação com a temática central Estado Novo	77
Quadro 6 – Quantidade de trabalhos apresentados no VI Congresso Brasileiro de História da Educação com a temática central Estado Novo	83
Quadro 7 – Quantidade de trabalhos apresentados no VII Congresso Brasileiro de História da Educação com a temática central Estado Novo	88
Quadro 8 – Quantidade de trabalhos apresentados no VIII Congresso Brasileiro de História da Educação com a temática central Estado Novo	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção entre o total de trabalhos apresentados no I Congresso brasileiro de História da da Educação e trabalhos apresentados com a temática do Estado Novo	59
Gráfico 2 – Proporção entre o total de trabalhos apresentados no II Congresso brasileiro de História da da Educação e trabalhos apresentados com a temática do Estado Novo	65
Gráfico 3 – Proporção entre o total de trabalhos apresentados no III Congresso brasileiro de História da da Educação e trabalhos apresentados com a temática do Estado Novo	70
Gráfico 4 – Proporção entre o total de trabalhos apresentados no IV Congresso brasileiro de História da da Educação e trabalhos apresentados com a temática do Estado Novo	76
Gráfico 5 – Proporção entre o total de trabalhos apresentados no V Congresso brasileiro de História da da Educação e trabalhos apresentados com a temática do Estado Novo	81
Gráfico 6 – Proporção entre o total de trabalhos apresentados no VI Congresso brasileiro de História da da Educação e trabalhos apresentados com a temática do Estado Novo	86
Gráfico 7 – Proporção entre o total de trabalhos apresentados no VII Congresso brasileiro de História da da Educação e trabalhos apresentados com a temática do Estado Novo	93
Gráfico 8 – Proporção entre o total de trabalhos apresentados no VIII Congresso brasileiro de História da da Educação e trabalhos apresentados com a temática do Estado Novo	99

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Temáticas preferenciais dos trabalhos sobre o Estado Novo, I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000. **60**
- Tabela 2 – Temáticas preferenciais dos trabalhos sobre o Estado Novo, II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002. **65**
- Tabela 3 – Temáticas preferenciais dos trabalhos sobre o Estado Novo, III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004. **71**
- Tabela 4 – Temáticas preferenciais dos trabalhos sobre o Estado Novo, IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006. **76**
- Tabela 5 – Temáticas preferenciais dos trabalhos sobre o Estado Novo, V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008. **81**
- Tabela 6 – Temáticas preferenciais dos trabalhos sobre o Estado Novo, VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011. **86**
- Tabela 7 – Temáticas preferenciais dos trabalhos sobre o Estado Novo, VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013. **93**
- Tabela 8 – Temáticas preferenciais dos trabalhos sobre o Estado Novo, VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2015. **99**

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Quantidade de trabalhos sobre Estado Novo por estado no I CBHE	102
Mapa 2 – Quantidade de trabalhos sobre Estado Novo por estado no II CBHE	103
Mapa 3 – Quantidade de trabalhos sobre Estado Novo por estado no III CBHE	104
Mapa 4 – Quantidade de trabalhos sobre Estado Novo por estado no IV CBHE	105
Mapa 5 – Quantidade de trabalhos sobre Estado Novo por estado no V CBHE	106
Mapa 6 – Quantidade de trabalhos sobre Estado Novo por estado no VI CBHE	107
Mapa 7 – Quantidade de trabalhos sobre Estado Novo por estado no VII CBHE	108
Mapa 8 – Quantidade de trabalhos sobre Estado Novo por estado no VIII CBHE	109

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

ANPed – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CAPED Paulo Freire FFP – Centro Acadêmico de Pedagogia Paulo Freire

CBHE – Congresso Brasileiro de História da Educação

CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

CIHELA – Congresso Iberoamericano de História da Educação Latinoamericana

CNCO – Conservatório Nacional de Canto Orfeônico

D.C.E. UERJ – Diretório Central dos Estudantes

FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica

FFP-UERJ – Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

HISTEDBR – Grupo de estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

ISCHE – International Standing Conference for the History of Education

MES – Ministério da Educação e Saúde Pública

NIPHEI – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância

PPGE UFRJ – Programa de Pós – Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

PROEDES – Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade

PUC PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

RBEP – Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

RBHE – Revista Brasileira de História da Educação

SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação

SBER – Sociedade Brasileira de Educação Rural

SEMA – Superintendência de Ensino Musical e Artístico do Distrito Federal

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UCG – Universidade Católica de Goiás

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNIT – Universidade Tiradentes

APRESENTAÇÃO PESSOAL

A elaboração deste breve texto tem o intuito de apresentar ao leitor minha trajetória acadêmica, apontando as motivações que me fizeram escolher tanto o campo da História da Educação como a aproximação pelo tema da Educação no Estado Novo brasileiro.

Regatando pela memória posso dizer que sempre gostei da disciplina História. Gostava de ler além do que estavam nos livros da escola, gostava de ler além do que iria servir como conteúdo para prova ou qualquer tipo de exame. Entretanto, a História para mim, assim que saí do Ensino Médio, servia como um *hobby*¹, uma atividade que dava prazer, não entendia a História como profissão. Nem chegava perto de alcançar o entendimento que pudesse servir pra minha como pesquisa institucionalizada.

Então, assim que saí do Ensino Médio nem mesmo tive tempo de escolher um curso superior para tentar o ingresso e, isso está diretamente ligado ao fato de eu ter estudado na FAETEC de Niterói (Escola Técnica Estadual Henrique Lage), onde cursei, paralelamente ao Ensino Médio Geral, técnico em Máquinas Navais. Pré requisito para conseguir o diploma era completar o período de estágio. Em 2005 o estado do Rio de Janeiro, por meio do governo federal, vivia a retomada do crescimento da indústria naval e foi nesse movimento que que entrei no mercado de trabalho, especificamente no cotidiano do estaleiro.

Foi ali naquele espaço que aprendi várias profissões, conheci pessoas diversas e as práticas sindicais. Dentre esses amigos vale citar um que tem papel fundamental na minha inserção no mundo universitário e posteriormente no mundo acadêmico. Esse amigo se chamava Daniel, mesmo nome do meu irmão, trabalhava de bombeiro hidráulico e cursava Engenharia Mecânica na UFRJ. Certo dia, prestes a terminar meu contrato e com a possibilidade de contratação por parte do estaleiro, ele me chamava para acompanhá-lo num serviço. Quando cheguei no local, uma surpresa. Ela tinha feito o serviço sozinho, queria apenas conversar comigo. Me dar um conselho.

Conversa vai, conversa vem e ele me pergunta quais eram minhas perspectivas de vida, se eu realmente queria continuar naquela vida que o estaleiro proporcionava. Não que

¹Palavra de origem inglesa que significa passatempo. Algo que é praticado por prazer.

estivesse desmerecendo aquele tipo de trabalho, mas ele percebia que de alguma maneira eu não me encaixava naquele contexto. Me pegou algumas vezes lendo alguns livros de história e me perguntou se não ia prestar o vestibular naquele ano de 2006. Respondi que não era meu objetivo naquele ano, mas que pensaria para o ano posterior. Me indicou um livro de profissões para entender melhor as carreiras do magistério. Disse a ele que tinha uma ideia de como funcionava, já que minha família tem incontáveis pedagogas, e que muito me interessava as licenciaturas, principalmente o curso de História.

Foi nesse momento decisivo, com esse amigo me orientando a beira do prédio do estaleiro PROMAR que decidi fazer os vestibulares do ano de 2007. A trajetória tortuosa me fez caminhar para o curso de Pedagogia ao invés de História e, paralelamente, para o curso de Arquivologia. Ambos os cursos com interlocução direta com as discussões históricas. Pela falta de condições acabei tendo que optar por apenas um dos cursos. Me graduei em Pedagogia.

Na Pedagogia, na FFP-UERJ, me encontrei. Nas primeiras aulas de História da Educação já percebi o caminho que poderia traçar dentro da Educação. Lembro-me bem que lemos o livro da professora Helena Bomeny: Os Intelectuais da Educação. Esse livro me esclareceu alguns movimentos e cenários da Educação brasileira. Tive contato, por essa obra, com o ministro da educação Gustavo Capanema e com as políticas educacionais do Estado Novo. Desse momento em diante, participei do CAPED Paulo Freire (Centro Acadêmico de Pedagogia Paulo Freire), do D.C.E. (Diretório Central dos Estudantes), de grupos de estudos e, de dois grupos de pesquisa. A primeira pesquisa foi da professora Magali Alonso de Lima e se chamava Por uma epistemologia do olhar: a formação de leitores visuais imagéticos, pesquisa essa que me possibilitou os primeiros passos no que diz respeito à produção científica, elaborando trabalhos e a própria monografia.

O segundo grupo que participei foi o NIPHEI, com a orientação do professor Jorge Antônio “Fidel” Rangel e da professora Sônia Câmara, que me abriram os horizontes para conhecer cada vez mais sobre o campo da História da Educação.

Como meu trabalho não teve uma intenção histórica, fiquei sentindo a necessidade de contemplar minhas perguntas sobre o Estado Novo e sobre a ação ministerial de Capanema. Nesse sentido, esta inquietação me possibilitou escrever um pré-projeto de pesquisa e postular uma vaga no mestrado acadêmico do PPGE UFRJ, na linha de pesquisa História, Sujeitos e

Processos Educacionais. Entretanto, meu pré-projeto que seguia os passos de Gustavo Capanema tentando compreender suas ações político-educacionais no período pós Estado Novo, na câmara federal como Deputado Constituinte em 1946, foi guardado para um momento posterior, dando espaço, naquele momento, para trabalharmos o Estado Novo e a Educação no Brasil e em Portugal. No entanto, mais uma vez conversei com minha orientadora e entendemos que a gama de conhecimento prévio sobre o período não cabia no espaço de duração do curso. Para atender uma necessidade minha de conhecer sobre o período estado-novista e seus processos educacionais chegamos na dissertação que segue.

INTRODUÇÃO

A dissertação expressa um interesse em estudar o período do Estado Novo, observando como as temáticas da Educação aparecem na produção recente em História da Educação, não pretendemos, ainda, aprofundar um debate historiográfico, entretanto, entendemos o movimento aqui exposto como fundamental para o desenvolvimento de uma análise historiográfica posterior. Utilizaremos como fonte principal os artigos presente nas comunicações apresentadas nos Anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHEs) entre os anos de 2000 até 2015. Os CBHEs são realizados e promovidos bianualmente pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Selecionaremos os resumos e artigos das comunicações que abordam o período do Estado Novo brasileiro ou de alguma maneira perpassam seu espectro temporal, inquirindo possíveis operações de monumentalização e/ou de apagamento de aspectos relevantes da memória educacional brasileira.

O que impulsiona a escrita deste trabalho e o movimento de reflexão que se direciona para acontecimentos passados tem sua base nos momentos vividos no período do regime autoritário no Brasil, o chamado Estado Novo (1937-1945). Atualmente, o enfraquecimento de nossa frágil democracia nos impele a lançar um olhar compreensivo, tanto para os acontecimentos passados quanto para os acontecimentos do presente. Para além de nos inquietar, nos mobiliza a revisar com mais atenção alguns conceitos, valores e, principalmente, contextos, os aproximando ou distanciando das representações que estão postas nos tempos atuais.

Diante desta inquietação, vale relembrar os movimentos pós-primeira guerra mundial – sobretudo do início da década de 1920 até o final da década de 1930 – nos quais a população das mais variadas partes do mundo ansiavam por Governos totalitários que pudessem proteger as nações de uma possível ameaça comunista e que resolvessem os problemas econômicos que o mundo capitalista, representado pela democracia

liberal², atravessava inclusive perante a crise de 1929³, esta que registroua mais longa recessão do século XX.

Partindo desta afirmativa, vale ressaltar que nas décadas de 1920 e 1930 o mundo ocidental, em grande parte na Europa, presenciava a ascensão de regimes autoritários de variadas matrizes como: o salazarismo em Portugal (1933), o nazismo na Alemanha (1933), o fascismo na Itália (1922), o franquismo na Espanha (1939). Particularmente no Brasil e em Portugal, o regime instaurado foi denominado de Estado Novo. No Brasil, o regime estado-novista teve início quando Getúlio Vargas outorgou a Constituição de 1937, perdurando até o pós Segunda Guerra Mundial, em 1946 ano que marca uma nova fase de redemocratização do país. Entretanto, segundo Velloso (1982):

(...) o regime não pode ser explicado simplesmente pela emergência de circunstâncias sócio-políticas favoráveis. É preciso considerar que junto a estas condições objetivas – conjuntura internacional de guerra, emergência de regimes autoritários – foi elaborado um projeto político-ideológico extremamente bem articulado, que soube capitalizar os acontecimentos, reforçar situações e, sobretudo, convencer da preeminência de uma nova ordem, centrada no fortalecimento do Estado. (VELLOSO, 1982, p. 71).

De fato, os ideólogos do Estado Novo souberam se valer do momento oportuno para definir estratégias voltadas à estruturação da sociedade brasileira a partir de características peculiares, fazendo com que o modo de operar as ações governamentais tivesse, ao mesmo tempo, aproximação com outros regimes autoritários implantados na Europa e um determinado distanciamento, trazendo questões genuinamente brasileiras para a reflexão do Estado. Os traços fortes do regime convergiram para a centralização política e a concentração de poderes nas mãos do Chefe de Estado. Fazendo um breve paralelo com o regime em Portugal, nesse país, o Estado Novo vigorou de 1933 até 1974, caracterizando-se como um regime autoritário, nacionalista, tradicionalista e corporativista. Em ambos os países, o regimetinha como base filosófica a nacionalização, a centralização das tomadas de decisão e a repressão de qualquer ideologia de oposição.

²Entendemos por democracia liberal o projeto de Estado que propõe o mínimo de intervenção sobre as liberdades individuais, os direitos comuns, mínimo controle sobre a economia e que promova a valorização das potencialidades individuais. Assim, sendo o entendimento totalmente oposto ao Estado centralizador, autoritário e interventor do Estado Novo.

³A crise de 1929, também conhecida como a Grande Depressão, foi um evento marcado por severa instabilidade financeira do sistema capitalista; pelo desequilíbrio da economia mundial e pela ruína de certas práticas liberais tradicionais.

É importante ressaltar que, antes do regime estado-novista, houve o Governo Provisório e o Governo Constitucional de Vargas. Nesses dois primeiros momentos, temos diferentes grupos em disputa. No Governo Provisório (1930-1934), os esforços se direcionam no sentido de subjugar os poderes oligárquicos, ainda fortes e atuantes. Já no Governo Constitucional, a contenda de Vargas foi ideológica, pois – assim como na Alemanha nazista, na Itália fascista, na Espanha franquista e em Portugal salazarista – o Governo canalizou esforços para o combate contra o que considerou ser a “ameaça comunista”. Esta ambiência se agravou, principalmente após os rumores de que haveria uma tentativa de retirar o Presidente Getúlio Vargas do poder, por parte da suposta “revolta comunista” de 1935. Toda essa gama de acontecimentos contextualizou a projeção de um regime autoritário, num curto espaço temporal, na política e na economia externa e interna.

Como observaram Oliveira, Velloso e Gomes no livro *Estado Novo: ideologia e poder* (1982); Schwartzman, Bomeny e Costa em *Tempos de Capanema* (1984); Romanelli em seu livro *Evolução no Ensino do Brasil* (1986); Horta com seu livro *O hino, o sermão e a ordem do dia; regime autoritário e a educação no Brasil* (1994); Shiroma, Moraes e Evangelista com *Política Educacional* (2007), o Estado Novo foi um período de grande importância para a história de múltiplas áreas, tais como a educação, cultura, economia, política, propaganda e trabalho. Isto se explica, de um lado, por representar a tentativa de quebra de um antigo pacto entre o Estado e os grupos oligárquicos articulados em torno à conhecida política café-com-leite, por meio da qual os grupos oligárquicos paulistas e mineiros se revezavam no poder. Prometendo quebrar este pacto, o Governo Vargas propôs um novo arranjo político pautado na modernização da sociedade brasileira. Em suma, assistimos, assim, a constituição de um novo pacto entre Estado e sociedade, que enfraqueceu a relação estatal com as poderosas oligarquias e visava fortalecer os novos estratos sociais ascendentes, concedendo de modo controlado, mas eficaz, algumas benesses com a população trabalhadora e a nova burguesia empresarial, tais como a institucionalização de direitos trabalhistas básicos e o incentivo ao desenvolvimento industrial, entre outras medidas. Por outro lado, o regime realizou um enorme esforço de conservar tradições inventadas e reinventadas, com vistas a consolidar representações simbólicas que sensibilizassem a população e legitimassem as ações modernizadoras (ou não) do Governo.

Tomando como foco o exemplo estado-novista brasileiro, queremos destacar, por um lado, a amplitude do fenômeno de expansão de ideologias autoritárias que marcaram as

primeiras décadas do século XX, mas o que nos interessa de fato, nesta etapa da pesquisa para redação de nossa dissertação, é perceber o quanto a experiência histórica do Estado Novo marcou a nossa educação, a partir dos aspectos que foram destacados pelos estudiosos do campo⁴ da História da Educação. A nossa pretensão é observar como as práticas educacionais do Estado Novo são representadas nas comunicações que constam dos Anais dos CBHEs, acreditando ser este um procedimento que nos permitirá compreender como os pesquisadores lidam com a memória desses tempos, o que, ao final, nos permitirá perceber, mais amplamente, como se dá a configuração do campo da História da Educação sobre o Estado Novo por meio da análise das pesquisas sobre o tema que foram apresentadas nos CBHEs.

Torna-se claro para nós que, antes de qualquer coisa, será necessário identificar as características centrais das políticas dirigidas à Educação, no período em que vigorou o regime do Estado Novo, compreendido entre os anos 1937-1945, observando as concepções vigentes a respeito do papel da propaganda política do regime por meio de certas políticas culturais e, também, por intermédio das políticas dirigidas à escolarização popular, como demonstraremos nos objetivos e questões indicados a seguir.

Desse modo, por ansiar entender, por um olhar possível, a História da Educação num período da Era Vargas, diante das pesquisas apresentadas nos CBHEs pelos pesquisadores do campo, este projeto de dissertação intenciona analisar, principalmente, questões de caráter historiográfico. Dentre estas, adiantaremos dois blocos de questões que deverão orientar as nossas pesquisas. O primeiro bloco visa clarear a nossa percepção a respeito da influência exercida por Getúlio Vargas sobre a Educação brasileira. O segundo grupo de questões inquire a relação entre história e memória presente nos Anais dirigidos público acadêmico – por meio da análise das comunicações apresentadas nos CBHEs dos anos de 2000 até 2015.

Realizamos, primeiramente, um apanhado geral sobre as políticas de Estado promovidas por Vargas que se relacionam diretamente com as questões de Educação como: a criação de órgãos educacionais para atender a demanda da sociedade industrializada, a centralização da Educação via Governo Federal, o entendimento das funções precípuas de uma escola pública e a ideia de criar o *homem novo* pela Educação escolar⁵.

⁴Entendemos o conceito de Campo de acordo com a definição proposta por Pierre Bourdieu, em que o Campo é um lugar de disputas que tencionam mudanças ou manutenções. Ver BOURDIEU, P. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.170.

⁵ A perspectiva de criar um homem novo por meio da educação e da cultura parece ser comum aos regimes autoritários, estando presente tanto no Estado Novo português quanto no brasileiro. Sobre o assunto ver:

Depois, nossa intenção é promover um mapeamento das comunicações que constam dos Anais dos CBHEs e que estão disponíveis em CD-Roms, de acordo com palavras-chaves previamente escolhidas; a saber: nacionalismo, centralização, Vargas, Capanema, Estado Novo, 1937-1945 e Alceu Amoroso Lima⁶. A partir desses levantamentos, pretendemos compreender de onde vêm essas pesquisas e o que elas destacam sobre o período e sobre as ações educacionais de Vargas enquanto chefe de Governo e de personalidades que participaram do cenário educacional, tais como o Ministro Gustavo Capanema e Alceu Amoroso Lima.

Definidos a quantidade de textos indexados pelos quadros, realizamos uma análise que, antes de tudo, nos mostrou o quão recorrente é o assunto no campo. Em seguida, nós analisamos os textos propriamente ditos, a fim de identificar as operações de monumentalização e/ou silenciamento desta cultura política, administrativa e pedagógica que enraizou práticas em nossa Educação.

Tendo em vista estes objetivos, o capítulo 1 apresentará um breve mapeamento do campo da história da educação, de modo a compreender o lugar que o estudo da Era Vargas, em geral, e do Estado Novo Vargasista, em particular, ocupam no conjunto de pesquisas deste campo. No Capítulo 2, nossa intenção será a de destacar algumas características-chave do Estado Novo Brasileiro, sobretudo no que tange às políticas educacionais. Com vistas a identificar e compreender a presença do Estado Novo na produção em história da educação, faremos um mapeamento de nossa principal fonte de pesquisa (os trabalhos apresentados nos CBHEs) com o objetivo de desenvolver nosso capítulo 3. No Capítulo 4, abordar as principais temáticas estudadas pelos pesquisadores do campo da História da Educação, inquirindo a estas pesquisas qual foi, de fato, o alcance das políticas educacionais implementadas no Estado Novo. Nas Considerações finais, nós vamos destacar as principais ideias apresentadas nesta dissertação e apontar possíveis desdobramentos desta pesquisa.

ROSAS, Fernando. O Salazarismo e o Homem Novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, XXXV (1957), 2001 (pp. 1031-1054).

⁶ Essas palavras-chave foram definidas após uma primeira varredura nas comunicações pré-selecionadas a partir dos marcadores temporal, pedagógico e políticos. Outros marcadores foram aparecendo e nós os incluímos em nosso levantamento, tais como educação rural educação musical.

CAPÍTULO 1

HISTORIANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: DA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA À CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

O objetivo deste capítulo é introduzir o leitor no campo da pesquisa histórica em geral e de sua constituição como área de estudo da educação, traçando uma trajetória que se inicia no Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) e chega à Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e seus Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHEs).

1.1 –Notas sobre a construção do campo da História da Educação:O IHGB como marco fundador dos estudos históricos

Antes mesmo de olharmos para o nosso objeto de forma mais aprofundada é importante definirmos duas questões importantes que darão início às nossas reflexões acerca do campo da História da Educação e sua consolidação. A primeira questão é deixarmos claro nosso entendimento sobre o que é a memória e como se dá sua construção. Dito isto, entendemos que o Estado Novo é um período de produção de memórias coletivas.

Com o intuito de constituir um terreno sólido que nos possibilite enxergar com maior clareza possível o desenvolvimento da História da Educação como campo de investigação científica evocamos marcos fundadores – sem nenhuma pretensão de análises mais apuradas – que nos auxiliarão localizar os caminhos percorridos por pesquisadores e suas mobilizações em torno da tentativa de organizar os estudos históricos sobre a Educação brasileira.

A tarefa de historiar o campo da História da Educação é, sobretudo, de rememoração do passado, um passado não tão fértil quanto o nosso momento atual, de uma crescente participação nos espaços de construção e promoção do conhecimento histórico-científico. Também é tarefa de retomar a importância dos personagens que tiveram a iniciativa de apresentar, difundir e organizar uma rede de pesquisadores e uma produção inicial com

relação aos estudos históricos. Mas qual seria o marco inicial da construção do campo no Brasil?

Segundo Saviani (2008, p. 4) “A construção histórica da Educação brasileira pode ser abordada a partir de três vetores: a preservação da memória; o ensino de história da educação; a produção historiográfica propriamente dita.” Aqui concordamos com Saviani e elegemos num primeiro momento os esforços que foram realizados a fim de preservar a memória e a história nacional e, entendemos que a criação do I.H.G.B. (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), em 1838, se constitui como um ponto referencial de partida para a institucionalização dos estudos históricos, de modo mais amplo, bem como para a história da educação.

POLLAK (1992) afirma que Se a memória é socialmente construída é óbvio que a documentação também é. Seguindo essa linha de raciocínio vemos que, em seu início, para além de organizar; selecionar fontes e sistematizar o conhecimento histórico, o I.H.G.B. atendia uma demanda – por meio de comissões – de avaliação do material histórico enviado, com o propósito de destinar às revistas para serem publicados ou arquivados. Assim, o Instituto realizava uma tarefa de vanguarda que aglutinava dados e estatísticas oficiais em favor de escrever a história de um país por meio de fontes oficiais.

Saviani (2008, p.4) ressalta que “Seguindo uma orientação positivista o Instituto valorizava a tarefa de coletar, arquivar e publicar documentos visando a preservar a memória histórica e geográfica do país.”. Sendo esta a linha de pensamento seguida pelo Instituto – a positivista – a tônica das compilações elaboradas detinha como bases as leis, os documentos oficiais, os tratados, os dados e estatísticas fazendo com que a memória instituída tivesse *status* de verdade absoluta na escrita da História da Educação brasileira, marginalizando memórias outras. Sobre esse processo, vale retomar Le Goff, para registrarmos que:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 1996, p.535).

Tendo em vista a compilação de tratados históricos como mecanismo de escrita da história, sobrevivência e perpetuação de uma história oficial, temos dois personagens

importantes que atuaram vigorosamente no serviço público em favor de uma história documentada. De um lado José Ricardo Pires de Almeida⁷; que dentre muitas atividades destacamos sua função como arquivista da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e de outro Primitivo Moacyr⁸ que; como chefe de redação de debates com o serviço de documentos parlamentares organizou e publicou diversos documentos em volumes enciclopédicos. Ambos personagens vinculados ao I.H.G.B. e interessados no agrupamento de dados estatísticos sobre a Instrução Pública no Brasil tiveram funções destacadas no que concerne a viabilização de uma primeira noção de História de Educação com ênfase numa preservação memorialista.

Esse primeiro movimento de criação do I.H.G.B. foi muito importante na tentativa de uma sistematização do conhecimento histórico sobre a educação no Brasil. Mas, de fato, o órgão que visava se especializar numa linha de conhecimento da educação pública e de sua história foi criado pelo Estado Novo. Trata-se do Instituto Nacional de Pedagogia, referendado pela lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Mais tarde, este órgão passa a ser denominado de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, sendo organizado pelo Decreto – Lei nº 580, de 30 de Julho de 1938.

Na conjuntura dos anos 50 nascem, no seio de diversas representações institucionais, alguns projetos importantes para o desenvolvimento e estruturação da Educação no país, dentre tantos exemplos trazemos o CBPE que, vinculado ao aparelho do Estado por meio do Inep, teve suas ações voltadas à pesquisa educacional e assessoramento técnico aos professores. Libânia Xavier (1999) aponta na direção de uma vinculação paralela à burocracia estatal:

(...) somado à sua vinculação a órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco (que garantiriam recursos financeiros à instituição), contribuirão para que o Centro estabelecesse uma relação particular – nem totalmente independente nem propriamente autônoma – com o campo político, ou seja, com o poder do Estado. (XAVIER, p.82, 1999).

Com a criação do CBPE e de suas instâncias regionais as atenções estavam centradas na produção de pesquisas educacionais, entretanto, o fio da meada da formação do magistério

⁷ José Ricardo Pires de Almeida, membro honorário do IHGB, autor daquela que é considerada a primeira história sistematizada da educação brasileira, consubstanciada no livro *L'instruction publique au Brésil (1500-1889): histoire et législation*. (SAVIANI, 2008).

⁸ Primitivo Moacyr, também vinculado ao IHGB. Como advogado e funcionário da Câmara dos Deputados desde 1895 até sua aposentadoria em 1933, acumulou o cargo de chefe da redação de debates com o serviço de documentos parlamentares. Dedicou-se, assim, a coligir os documentos e publicá-los em volumes (...) (SAVIANI, 2008).

não se afastava de ser questão importante nas atividades da instituição liderada por Anísio Teixeira.

A preocupação com a qualificação de professores ocupava um lugar central no projeto do CBPE. Ao mesmo tempo que se criavam os centros regionais e os destinavam à pesquisa, Anísio Teixeira não perdia de vista o aperfeiçoamento do magistério. Em torno dessa preocupação, definiu-se o entendimento dele sobre o caráter da pesquisa educacional que se queria desenvolver e em prol desta intenção mobilizou-se grande parte das atividades programadas para o Centro. (XAVIER, p.83, 1999).

Com a criação do INEP, temos, de fato, uma tentativa mais ampla de organizar, elaborar, intercambiar e divulgar materiais pedagógicos específicos, mesmo diante de um regime autoritário – que por um lado relega nomes de educadores escolanovistas como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, mas é entregue à administração de outro escolanovista, Lourenço Filho. Como Diretor do INEP, Lourenço Filho abre espaço para o desenvolvimento da pesquisa educacional, conseqüentemente para a História da Educação brasileira, ainda que não autônoma e, em tese, à serviço do regime.

Nos anos de 1970 e 1990 que essa sistematização de fontes e estudos sobre a História da Educação brasileira, tendo em vista a preservação de sua memória, ganha novo fôlego, segundo Saviani:

A preocupação com a preservação da memória educativa vai assumir, a partir da configuração da história da educação brasileira como um campo específico de investigação, o caráter de levantamento, identificação, classificação e catalogação de fontes. Isso ocorre de modo especial a partir de 1970 com a implantação dos programas de pós-graduação, convertendo-se em projetos sistemáticos a partir da década de 1990 com a instalação de grupos de pesquisa na área de história da educação. (SAVIANI, 2008, p.5).

A partir dessa virada de pensamento sobre a História da Educação no Brasil no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970 com a criação dos programas de pós-graduação e, mais tarde, nos anos de 1990 com o estabelecimento de grupos de pesquisa específicos na área de história da Educação – percebendo-a como campo de investigação – se constitui gradativamente um aparato de conhecimento mais autônomo em relação ao do Estado, ao mesmo tempo em que adota um modo mais científico de se estruturar e se desenvolver. Essa

característica conferiu maior autonomia da ciência histórica com relação ao Estado, possibilitando, progressivamente, o surgimento de novas interpretações e escritas da História do Brasil, em geral e da História da Educação Brasileira, em particular.

1.2 – A História da Educação como campo de pesquisa

Atualmente, a pesquisa em História da Educação tem um espaço garantido, com a organização de estrutura de promoção dos debates por meio de congressos, revistas especializadas e grupos de pesquisa que congregam os esforços de pesquisadores sediados em diversas instituições universitárias do país em prol da constituição e legitimação desse campo de estudos e pesquisas. A organização da pós-graduação, a partir da Reforma Universitária de 1968⁹ foi fundamental para que se organizassem os grupos de pesquisa e fossem criadas as linhas de pesquisa específicas em história da educação.

Perante esse movimento de criação de grupos de pesquisa na área da História da Educação é que o campo reorganiza seus objetivos, entendendo a necessidade de novas ações e novas intervenções, principalmente, no meio acadêmico. Porém, um movimento anterior se fez necessário, segundo Saviani (2008) a introdução da disciplina “história da educação” no currículo de formação de professores – instituída na Escola Normal do Rio de Janeiro na Reforma Fernando de Azevedo no ano de 1928. Na visão deste autor, esta se configura como uma das principais conquistas do campo na divulgação da memória construída.

Com o aparecimento constante da disciplina de História da Educação, tanto no currículo normalista quanto no currículo do curso de Pedagogia, surge a necessidade de material didático que desse suporte ao trabalho docente, Saviani elenca alguns destes manuais docentes:

⁹Lei 5.540, 28 de novembro de 1968, que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior. (EVANGELISTA; MORAES; SHIROMA, 2007).

(...) *Noções de história da educação*, de Afrânio Peixoto (1933), seguido das madres Francisca Peeters e Maria Augusta de Cooman, *Pequena História da Educação* (1936), de Bento de Andrade Filho, *História da Educação* (1941), Theobaldo Miranda Santos (1945), também tendo por título *Noções de história da educação*, Ruy de Ayres Bello, *Esboço de história da educação* (1945), de Raul Briquet (1946), *História da educação: evolução do pensamento educacional*, Aquiles Archêro Júnior, *História da Educação*, 1957, José Antônio Tobias, *História da educação brasileira* (s.d.) e Tito Lívio Ferreira, *História da educação lusobrasileira* (1966). (SAVIANI, 2008, p.6).

Mesmo com todo o empreendimento em forjar materiais de apoio aos docentes, Saviani destaca que:

(...) esses manuais didáticos cuidavam, predominantemente, de ministrar noções de história geral da educação, dedicando poucas páginas à história da educação brasileira que era avaliada, pela maioria de seus autores, como praticamente inexistente, pouco relevante, com quase tudo ainda por fazer. (SAVIANI, 2008, p. 6).

Ainda neste movimento de criação de manuais de apoio ao trabalho docente, é a partir do final da década de 1970 que temos uma maior preocupação em sistematizar a especificidade brasileira em História da Educação com as obras de Otaíza de Oliveira Romanelli, *História da educação no Brasil* (1978); Maria Luísa Santos Ribeiro, *História da educação brasileira: a organização escolar* (1978) e; Maria Elizabete S. P. Xavier, Olinda Noronha e Maria Luísa S. Ribeiro, *História da Educação: a escola no Brasil* (1994). Estes dois Manuais de História da Educação expressam a importância e a penetração da abordagem marxista no campo educacional, em geral, e na história da educação, em particular.

Paralelamente ao processo de sustentação ao trabalho docente diante da criação de manuais didáticos temos – no final da década de 1960 e início da década de 1970 – uma significativa expansão do campo da História da Educação com o aparecimento de cursos de pós-graduação no Brasil, decorrentes da Reforma Universitária de 1968. Assim, como afirma SAVIANI (2008, p.8) “Com a institucionalização dos programas de pós-graduação, a partir de 1970, as pesquisas em educação, de modo geral, e, especificamente, na área de história da educação começaram a se desenvolver mais sistematicamente.”.

Posteriormente, já em meados nos anos de 1980 temos um avanço no que concerne a pesquisa em História da Educação no Brasil com a criação do GT de História da Educação da

ANPEd¹⁰ em 1985 e do HISTEDBR¹¹ no ano de 1986. Ambos espaços de construção e promoção dos estudos em História da Educação brasileira que congregaram, de certa forma, pesquisadores e suas pesquisas num espaço específico de reflexão da ciência histórica em âmbito nacional.

Sob a liderança acadêmica de Demerval Saviani, diante da experiência aprofundada pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Educação da PUC-SP, o desenvolvimento de uma elaboração científica que se fundamentava a partir das teorias e metodologias marxistas passou a ser vanguarda no processo de escrita da história e de produção do conhecimento no campo da educação brasileira, sobretudo no período da ditadura militar.

Faz-se imprecindível destacar que, em paralelo ao levante do mote teórico-metodológico de viés marxista no Programa de Filosofia da Educação da PUC-SP, configurava-se a derrota do campo da esquerda no que diz respeito à resistência armada que disputava forças contra a ditadura militar, “o que refletia o recrudescimento da repressão policial-militar sobre a sociedade civil” (ALVES, 1985, p. 160 Et seq.). Diante deste turbulento cenário a academia se torna um espaço raro de difusão do marxismo no país e diversos intelectuais acabam ganhando espaço para reafirmação de seu posicionamento ideológico.

Esses quadros, alguns dos quais advindos daquela luta, passaram a atuar como professores e orientadores dos programas de pós graduação, particularmente na área da educação. Aqui temos, tal como ocorria até o início da década de 1950, o ponto de intersecção entre a militância política marxista e a produção do conhecimento, mas desta vez no campo educacional. Vale ressaltar que a presença desses intelectuais de esquerda na universidade revelava um aspecto antinômico do processo político-educacional da época, pois ao mesmo tempo em que a ditadura pretendia manter o total controle sobre o sistema educacional, não conseguia impedir que no seu interior se desenvolvesse o julgamento mais radical contra a ditadura e o capitalismo: a crítica marxista. (FERREIRA JR, p.37, 2013).

Por meio do amadurecimento teórico-metodológico do campo, pudemos constatar outro movimento importante das pesquisas em História da Educação, que se remete à sua internacionalização. A participação de pesquisadores brasileiros em encontros internacionais a

¹⁰ O Grupo de Trabalho de História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação foi fundado no ano de 1985 com a função de troca de experiências e de discussão das produções científicas de seus filiados.

¹¹ HISTEDBR é o Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, foi fundado em 1986 para propiciar o intercâmbio das pesquisas que estavam sendo desenvolvidas no curso de pós-graduação da UNICAMP e posteriormente esse intercâmbio foi nacionalizado.

fim de partilhar conhecimentos e diversificar o leque teórico-metodológico em encontros de matrizes históricas diferentes possibilitou novos olhares para a própria (re)construção da História da Educação brasileira. Dessa internacionalização, percebemos um grande interesse dos pesquisadores brasileiros nos Congressos Luso-brasileiros de História da Educação¹² e no CIHELA¹³, além dos encontros da Internacional Standing Conference for History of Education¹⁴ (ISCHE).

Confirmando toda essa linha de raciocínio, Carvalho (2000) destaca que o final da década de 1980 representa uma virada do campo, promovendo uma ruptura com uma tradição que predominou nos anos 1970, e que era proveniente dos Cursos de Pós-Graduação fundados no final da década de 1960, que tinha no documento toda uma retórica de veracidade. Justamente com essa ruptura que se desenham novas ambições – estratégicas – que iriam reorientar os objetivos da pesquisa em História da Educação na tentativa de reconhecimento como campo de investigação científica. A partir de então, estas mudanças ocorreram na pesquisa em História da Educação, alargando os temas, questões e períodos estudados, com o apoio da difusão das abordagens da História Cultural francesa.

¹² O Congresso Luso-brasileiro de História da Educação simboliza a cooperação internacional, desde 1996, entre o GT de História da Educação da ANPEd e o grupo de História da Educação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. A partir de 1999 a SBHE incorpora o congresso, auxiliando em sua promoção.

¹³ Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana é realizado desde 1992 com a proposta de ser um espaço para debate sobre as relações entre educação, cultura e sociedade, congregando pesquisadores de toda a América Latina.

¹⁴ A International Standing Conference for the History of Education, ISCHE, se apresenta como uma empresa possibilitadora da cooperação intelectual nas áreas da História e História da Educação no mundo.

1.3 – A História Cultural abre novas perspectivas para a História da Educação

Conforme observou Libânia Xavier (2001) no artigo intitulado “Particularidades de um Campo Disciplinar em consolidação: balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ/2000)” as principais mudanças ocorridas na pesquisa em História da Educação se deram a partir da adesão dos pesquisadores às abordagens provenientes da História Cultural, quem consistem em:

a) Análise dos mecanismos dos sistemas de educação: Para a geração de pesquisadores dos anos 1970, a análise dos sistemas de educação constituiu um nicho pesquisado com profundidade na História da Educação. Para tanto, eles davam preferência à utilização de fontes oficiais (relatórios, Planos de Governo e Propostas pedagógicas dos órgãos gestores da educação, entre outras fontes oficiais). A geração dos anos 1980 em diante, passou a valorizar o estudo dos sistemas de ensino e da escola com base em fontes extraoficiais, tais como cadernos de alunos, trajetórias de professores, cultura material escolar, dentre outras;

b) Prioridade dada ao regional em detrimento do enfoque nacional: segundo a autora, a mudança na percepção do recorte temporal, não mais sendo enquadrado de acordo com os fatos políticos e/ou marcos monumentalizadores, trouxe novos pontos de vista que propiciaram a (re)interpretação de questões regionais, antes pouco valorizadas pelos pesquisadores, viabilizando o estudo de novos marcos e períodos históricos;

c) Predileção por pesquisas no espectro do séc. XIX: na tentativa de reconstruir a gênese da ciência histórica brasileira, pesquisadores tiveram no século XIX um marco interpretativo que rompe com a antiga escrita da história brasileira, forjada por intérpretes de uma memória-monumento – tal como a que produziu Fernando de Azevedo em, *A Cultura Brasileira* –que, até recentemente, (mais precisamente até os anos 1980) se apresentava como consensual;

d) O resgate da Memória como norteadora em diversas pesquisas: o resgate da memória aparece em diversos momentos nos resumos do I CBHE. Em determinadas pesquisas a categoria Memória era utilizada a fim de conferir voz aos que não foram/não são ouvidos, em outros momentos o “resgate da memória” está diretamente relacionado à pesquisa com

História Oral. O termo “resgate da memória” ainda foi utilizado em pesquisas com Fontes Oraís que articulavam o real/material e o simbólico/ representação;

e) O redimensionamento do tempo histórico: o não enquadramento dos objetos aos marcos temporais forjados em outros campos disciplinares, ou seja, o recorte vai ser determinado de acordo com as demandas do objeto de estudo e não mais por um recorte histórico pré-determinado;

f) A ampliação dos objetos de estudo: com o entendimento que os objetos de estudo em educação estão incluídos em processos culturais mais amplos, novas temáticas surgem acompanhadas das orientações da História Cultural e, os marginalizados na história assumem papéis de protagonismo nas pesquisas;

g) O tratamento das fontes: um ponto abordado e entendido como fundamental para o desenvolvimento do campo foi o tratamento das fontes, onde pesquisas elaboraram guias de Fontes e catálogos de documentos organizando-se centros de memória e documentação em diversos espaços como: universidades, escolas e instituições históricas;

h) A escolha de outras fontes: Conforme já assinalamos no item **a)**, o alargamento do entendimento do que seja uma Fonte para a pesquisa histórica, a partir da História Cultural, e o rompimento com o pensamento positivista que enxergava apenas os documentos oficiais como caminho para pesquisa permitiu a renovação do fazer histórico não apenas no que tange ao lugar de acesso de informações, mas também no próprio desenvolvimento de reflexões acerca da tipologia e seus usos;

i) Do estudo do pensamento educacional à trajetória biográfica: o entendimento que via na descrição, por si só, da vida de um personagem histórico-educacional como fonte irrefutável para compreender o pensamento educacional de determinado período já não faz tanto sentido quando buscamos um diálogo, considerando as tensões e contradições no seu transitar na diversidade dos espaços sociais. Ou seja, quando tentamos compreender as escolhas dos indivíduos estudados (educadores, professores, alunos, intelectuais dentre outros) perante os movimentos que o cercavam;

j) A relação interdisciplinar: a procura do diálogo com áreas disciplinares diversas proporcionou ferramentas inovadoras que auxiliam e promovem novas interpretações da história da educação no Brasil. Entretanto podemos enxergar duas questões para serem

refletidas. A primeira é com relação à fragmentação do campo, dificultando o diálogo no interior da comunidade de historiadores da educação. Em segundo lugar, entendemos que a recusa às concepções lineares do desenvolvimento histórico, atendendo à necessidade de encontrar diferentes ramificações das mudanças operadas em nossa história educacional, é confirmação categórica da filiação do campo à História Cultural.

Cada ponto elencado acima traduz a legitimidade que a História Cultural alcançou no campo da História da Educação, fazendo o historiador da educação identificar e refletir frente a questões negligenciadas anteriormente pela ciência histórica e pela própria pesquisa educacional. Assim, se abre espaço para o debate cultural, entendendo que a transmissão cultural – incluindo a transmissão dos conhecimentos escolares, assim como das artes e demais expressões culturais – perpassa seus próprios processos educativos e recebe a ação externa de movimentos sociais e políticos.

Diante do exposto podemos conceber que é a partir do momento que os preceitos da História Cultural passam a fazer parte do aporte teórico-metodológico das pesquisas no campo da História da Educação, há um rompimento progressivo com a escrita da história tradicional, onde o viés positivista orientava a linha de investigação histórica, assim, potencializando novos olhares sejam eles comprometidos com objetos de estudo inovadores ou na exploração de novas fontes documentais numa perspectiva de história não enquadrada – periodicamente – em antigos postulados monumentalizadores.

Visando compreender como as pesquisas em História da Educação se configuram no que tange ao estudo sobre a experiência do Estado Novo no Brasil, pretendemos desenvolver uma análise das temáticas que mais se destacaram no conjunto da produção sobre o tema, nos CBHES, desde 2000 até 2015.

Iremos identificar se as características gerais do campo de pesquisa da História da Educação, tal como acabamos de descrever, se expressam, também nesse conjunto de trabalhos. Interessa saber, também, que tipo de abordagem predomina nas pesquisas sobre o Estado Novo, se é a de uma abordagem tradicional da História política, ou se as influências da História Cultural já são predominantes também nesse conjunto.

Outro interesse que nos move é o de saber quais seriam os temas e problemas privilegiados na maior parte dos trabalhos que se voltam para o estudo dos processos educacionais que marcaram o Estado Novo. Mas, para melhor identificar tais temas, nós

sentimos necessidade de fazer uma breve síntese sobre as principais características da experiência do Estado novo no Brasil, destacando, é claro, o contexto educacional. Este é o objetivo do capítulo 2, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 2

UM TEMPO NOVO, UM ESTADO NOVO?

O estudioso dos Governos autoritários, Antônio Costa Pinto (2016), aponta a existência de universais que acompanham a maioria dos regimes autoritários que vigoraram no século XX, na Europa, América Latina e leste europeu, a saber: a missão de criar o Homem/Mulher Novos; para o que seria necessário o controle e, por vezes, criação de aparelhos de imposição ideológica, dentre os quais a escola se apresenta como espaço altamente explorado na atividade de difundir os valores pactuados pelos Governos Autoritários; aproximação entre aparelho escolar e Igreja Católica; dimensões de controle e coerção sobre o povo, muitas vezes por meio do controle das manifestação de cultura popular. O Estado Novo brasileiro pautou um conjunto de medidas como estas, sobretudo na utilização dos sistemas públicos de ensino, mas também, sobre a propaganda e as manifestações da cultura popular, sobretudo com a música numa proposta de refundação do Brasil e do Estado brasileiro. Nesse capítulo, vamos identificar algumas linhas centrais da política educacional do Governo Vargas, durante o Estado novo, com vistas a preparar a análise dos resumos inscritos nos CBHEs de forma mais contextualizada.

2.1 – O significado da Educação brasileira para o Estado Novo

*A menina Presidência vai rifar seu
coração
E já tem três pretendentes,
todos três chapéu na mão.
E quem será?
O homem, quem será?
Será “Seu Manduca” ou será “Seu
Vavá”?
Entre esses dois, meu coração
balança porque
Na hora “H” quem vai ficar é “Seu
Gegê”! (bis)
Agora todo mundo dá palpite,
Mas eu sei que no fim ninguém se
explica:
É melhor deixar como está
Pra depois então se ver como é que
fica.
O homem, quem será?
Será “Seu Manduca” ou será “Seu
Vavá”?
Entre esses dois, meu coração
balança porque
Na hora “H” quem vai ficar é “Seu
Gegê”! (YouTube. 2013, Abril 5).*

A música, que se apropria da melodia da famosa cantiga popular Terezinha de Jesus, deixa claro que havia uma “disputa” entre três pretendentes à presidência: Seu Manduca (Armando Salles de Oliveira), Seu Vavá (Oswaldo Aranha) e, o próprio Gegê (Getúlio Vargas). Essa “intuição” popular em forma de canção deixava nítido que Getúlio Vargas não pretendia, após o Governo provisório, abdicar de sua menina, a presidência.

Entramos no ano de 1937 e, com essa marchinha carnavalesca composta por Antônio Nássara e Cristóvão de Alencar, cantada por Silvio Caldas, o regime estado-novista “abre alas” no cenário brasileiro como uma alternativa viável contra tudo e contra todos, seja contra a perpetuação dos poderes oligárquicos, contra a liberal-democracia (tida como retrocesso aos avanços necessários ao país) ou, principalmente, contra a “ameaça” comunista, que não estava apenas na Europa, já que eram organizados por partidos e associações no Brasil. Com características aproximadas aos temidos regimes totalitários que ameaçavam, principalmente, a Europa por rigorosos cerceamentos dos direitos civis, o Estado Novo se despontava com a promessa de construir uma nova nação.

As políticas implantadas durante o Estado Novo tiveram como foco, fundamentalmente, a criação de instituições públicas nacionais, intervindo diretamente na política e na administração do país. O discurso de legitimação do regime político imposto em 1937 se baseou na ideia de que haveria um necessário rompimento com as velhas oligarquias que até então, dominavam a política brasileira, e a promessa de modernização das estruturas físicas do regime republicano, recentemente implantado.

Desse modo, o Estado Novo articulava um argumento de ordem política com outro de ordem econômica e, ambos, convergiam para a promessa de promover o desenvolvimento e a modernização das estruturas burocráticas do país. Assim, demonstra que o sucesso econômico dependia de uma mudança de mentalidade e da modernização do próprio Estado. Procurou, ainda, promover um amplo programa de comunicação e propaganda com as massas, aliado a um estreito intercâmbio com as elites. A esse respeito o trecho abaixo, retirado de um texto assinado por Monica Velloso, explica bem o caráter poli classista do Governo.

No seu processo de reorganização/legitimação, o Estado Novo consegue combinar uma estrutura de poder altamente elitista com uma base de sustentação policlassista. Assim, em relação às forças sociais, o Estado realiza duplo movimento: procura restringir o núcleo decisório, ao mesmo tempo que realiza um esforço para ampliar as suas bases de sustentação, incorporando certas demandas das camadas populares urbanas. (VELLOSO, 1982, p. 72).

Começamos a refletir sobre o significado da Educação para o regime como uma pergunta que conduzirá nossas interpretações diante das práticas políticas voltadas para a área educacional. Como fazer um projeto de construção das mentes se tornar sólido, duradouro e, fundamentalmente, eficaz? Essa pergunta nos faz remontar algumas questões propostas por este projeto autoritário.

O regime estado-novista se caracterizou, também, com um projeto de construção nacional que visava romper com monumentos de memória construídos em torno do Império brasileiro e, ao mesmo tempo, fornecer uma proposta alternativa à liberal-democracia, que se encontrava enfraquecida pós-crise econômica de 1929. A equipe de Governo se posicionava como única solução para as questões enfrentadas pela sociedade brasileira naquele momento sejam elas: a modernização estrutural do país, a falta de emprego para a população, a falta de escolas para as parcelas menos favorecidas, saúde incipiente, dentre tantos outros problemas.

A legitimação do regime dependia, também, de uma política de inclusão dos setores populares, ampliando as vias de comunicação com as massas e, ao mesmo tempo, garantindo um tipo de participação popular controlada. Ângela de Castro Gomes (1982) nos apresenta os meios pelos quais o Governo estado-novista estreitou a comunicação com o povo e, ao mesmo tempo, se empenhou em enquadrar as classes populares em acordo com as expectativas do regime, principalmente por meio da educação pública. A escola pública tornou-se um espaço de divulgação das promessas do Governo, de culto à autoridade do Presidente Vargas, tanto para os escolares quanto para a população em geral, por meio das paradas cívicas, assim como de difusão dos valores morais de interesse do regime, tais como a estabilidade proporcionada pelo controle da família, o amor à pátria e ao Presidente; a percepção do trabalho como um dos mais altos valores da humanidade. O trecho que se segue contribui para esclarecer um pouco mais a questão.

(...) uma política de proteção à família e ao trabalho – ao homem do presente e do futuro – tinha que dar ênfase especial à educação. Só pelo ensino se poderia construir um povo integral, adaptado à realidade social de seu país e preparado para servi-lo. A intervenção do Estado Novo, fixando os postulados pedagógicos fundamentais à educação dos brasileiros, tinha em vista uma série de valores dentre os quais o culto à nacionalidade, à disciplina, à moral e também ao trabalho. (GOMES, 1982, p.158).

A educação detinha *status* de ser um dos principais vetores de construção do modelo nacionalizador, tendo em vista que aliada à propagandaseriam instrumentos utilizados pelo regime para se fazer presente na vida do povo brasileiro, criando uma relação direta e aparentemente próxima, porém verticalizada, entre Estado e sociedade. No entanto, o modelo que se defendia era apoiado no entendimento de que a educação para o trabalho deveria estar diretamente relacionada à educação das camadas menos favorecidas, subjugadas ao interesse modernizador do Estado. Não por acaso, as leis Orgânicas¹⁵ formuladas durante esse período, acabaram por estabelecer uma dualidade de trajetórias escolares, reservando para as elites uma trajetória que ia da escola primária e secundária até o ensino superior, enquanto as classes populares, em geral, após concluir a escolarização primária já ingressavam em cursos

¹⁵Leis Orgânicas do Ensino ou Reforma Capanema são nomenclaturas atribuídas ao conjunto de decretos-lei regulamentados durante o período do Estado Novo que tiveram por fim organizar e estruturar o ensino secundário e o ensino profissional. São elas: Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial; Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI; Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos; Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial.

profissionalizantes de nível médio, que não davam direito ao ingresso automático no ensino superior (já que só o curso secundário era válido para este fim). Esta determinação legal acabava encurtando a sua trajetórias escolares, em razão da necessidade dos jovens de classes populares trabalharem para se sustentar e colaborar com o sustento da família, desde cedo.

O caráter centralizador da política-administrativa do regime passava essencialmente pelo entendimento uma educação pública, para todos e de cunho nacional, onde todas as ações em todo território eram salvaguardadas por meio de regras impostas pelo Estado Nacional e implantada pela figura dos interventores estaduais, que além de controlar os entes federados cumpriam um papel de suma importância na contenção e, também, na negociação com as oligarquias estaduais. Por meio da educação ofertada nas escolas públicas, sobretudo, Vargas exerceu não só uma política de controle e centralismo, padronizando o ensino em torno a modelos como o Colégio Pedro II e a Universidade do Brasil, como, também, transformou as paradas cívicas escolares em espetáculos regulares e muito bem ensaiados, por meio do canto coral e da ginástica rítmica, promovendo uma sensibilização estética que ao mesmo tempo em que emocionava, fixava uma espécie de sentimento cívico, nacional e adesista ao regime em curso. Como se vê, nesse empenho várias atividades sugeridas pelo movimento da escola nova foram adotadas, porém, esvaziadas daquele estímulo à autonomia de professores e alunos, bem como da própria escola.

Na pedagogia varguista, o trabalho não era valorizado como atividade integradora, tal como entendida pela pedagogia da escola nova, mas sim, como meio de conduzir e ampliar a diferenciação social herdada dos tempos escravistas, no qual quem era pobre trabalhava e quem era rico aprendia a usar a retórica para mandar melhor. O aprendizado prático era valorizado. O texto a seguir confirma esta perspectiva.

Constituindo um sistema pedagógico completo, o ‘trabalho’ como ideal educativo podia ser sintetizado na fórmula ‘aprender fazendo’, sendo implementado por medidas como a adoção dos trabalhos manuais nas escolas e a difusão e valorização do ensino profissionalizante. (GOMES, 1982, p. 159).

A função da educação, portanto, se baseava em passar as principais ideias do regime para a população como o civismo, o sentimento de nacionalidade e o trabalho como dever do

cidadão, assim utilizando a educação, agora nacionalmente centralizada por Vargas, como ferramenta de propaganda política e de controle social.

2.2 – Edificando a cultura pedagógica: a Criação do MES e as ações de Capanema

O ponto culminante da reforma educacional empreendida durante a Era Vargas foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 14 de novembro de 1930, por meio do decreto-lei 19.402. Inicialmente nomeado de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública o órgão ficaria responsável por organizar o projeto pedagógico tanto no Governo Provisório (1930-1934), no Governo Constitucional (1934-1937) e, principalmente, no Estado Novo. Seu primeiro chefe ministerial foi Francisco Campos e, em seguida – após uma rápida passagem de Washington Ferreira Pires – coube à Gustavo Capanema a missão de conduzir o projeto pedagógico do Estado Novo, em nível nacional.

Mineiro de Pitangui, Gustavo Capanema Filho construiu uma sólida carreira política antes de chegar ao Ministério. Vereador em sua cidade natal em 1927, depois teve atuação como secretário do Interior do Governo Olegário Maciel em Minas Gerais em 1930 e, como interventor federal interino do estado de Minas Gerais em 1933. Capanema também se mostrou fiel à Vargas sendo seu cabo eleitoral nas eleições presidenciais de 1930. Em 23 de julho de 1934 Capanema chega ao Ministério, lugar que ocupa até o fim do regime em 30 de outubro de 1945.

O Ministério da Educação e Saúde Pública se tornou referência no que concerne à propaganda do regime. O Estado Novo é tratado como um regime modernizador e ao mesmo tempo tradicional ou conservador, e o Ministério da Educação e Saúde também não foge a essa caracterização. Temos a construção do Ministério da Educação – atualmente conhecido como Palácio Capanema – como um exemplo do caráter modernizador e, o prédio em que foi

instalado no Rio de Janeiro, de linhas modernistas, ainda deixa claro o distanciamento com o projeto arquitetônico de governos anteriores¹⁶.

Em consonância a essa modernização, temos a criação do SENAI¹⁷, oferecendo ensino profissionalizante às classes mais populares, formando-os para a iminente industrialização do país. Assim, propiciando a manutenção da lógica expressa na formação superior da elite em paralelo com a formação do povo para o trabalho, e não uma superação da mesma por meio da igualdade de oportunidades.

O que vale ressaltar nos 11 anos de Capanema no ministério é a ação de duas figuras importantíssimas, que traduzem de certa forma o que foi a modernização conservadora do Estado Novo e essa balança conciliadora no pensamento e ações ministeriais, são elas: Carlos Drummond de Andrade e Alceu Amoroso Lima.

Amigo dos tempos dos intelectuais da rua Bahia¹⁸, Carlos Drummond de Andrade auxiliou Capanema tanto em 1930, na secretaria do Interior e Justiça do estado de Minas Gerais, quanto em 1934, no ministério da Educação e Saúde Pública. De certa forma, podemos afirmar que Drummond representava o pensamento modernista na vida de Capanema. Por outro lado, Capanema era envolvido nas discussões católicas e tinha na figura de Alceu Amoroso Lima – pseudônimo Tristão de Athayde – um mentor que intervinha diretamente em algumas ações do ministro no que se relacionava ao ensino religioso em suas reformas educacionais. Williams (2000, p. 261) constata que “(...) suas proposições ora se aproximavam do corporativismo católico, ora do liberalismo reformador. Relacionou-se, além disso, com personalidades da esquerda e da direita, mantendo um corpo de interlocutores bastante heterogêneo.”

Essa particularidade que Capanema exercia, de transitar entre campos de pensamento destoantes, tornou muito difícil precisar qualquer filiação a qualquer linha filosófica seguida pelo político mineiro. Entretanto, sem enquadrar seu pensamento em qualquer caixa teórica,

¹⁶Sobre a arquitetura modernista no Estado Novo, ver: CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do Belo*. Rio de Janeiro, Ed. Taurus, 1995. E LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. *Colunas da Educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945)*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1996.

¹⁷ O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial foi criado, pelo decreto-lei 4.048, com a incumbência de formar profissionais para a emergente indústria nacional.

¹⁸Movimento de estudantes universitários de Belo Horizonte que teve sua ação nos anos de 1920 e reuniu jovens que tentavam acompanhar as tendências intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Dentre os nomes que apareceram com proeminência no cenário político-cultural brasileiro, para fins deste estudo destacamos dois: Gustavo Capanema e Carlos Drummond de Andrade.

sua participação efetiva na defesa e manutenção das reformas varguistas se apresenta como pistas na análise de suas ações.

Os anos 1920 e 1930 foram marcados por um grande esforço de organização dos sistemas de Educação pública nos estados mais urbanizados dopaís. A atuação de especialistas à frente das reformas de ensino na Bahia e no Ceará, no Distrito Federal e em São Paulo, dentre outros, estimulou ainda mais o espaço para o debate sobre a temática da educação pública. Nesse clima, as conferências da Associação Brasileira de Educação (ABE) se tornaram o espaço para a disputa de ideias.

O debate modernizador que permeou o ideário político dos anos 20 do século XX e no primeiro período do Governo Vargas (1930-1945), produziu um discurso de atraso em todos os seus setores (saúde, educação, habitação, saneamento básico etc.), como um prolongamento do Brasil Imperial. A proposta da época era de modernização científica e cultural do Brasil. Propostas estas que iam ao encontro de um grupo diverso formado por intelectuais de diferentes horizontes políticos, a exemplo de Francisco Campos, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Fernando de Azevedo e, principalmente, Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública. Este projeto efetivou-se no sentido de construção de uma identidade cultural/nacional através de usos e de práticas da educação. Torna-se interessante destacar em que medida o consenso em torno da modernização do país, assim como da escolarização do povo, gerou diferentes visões sobre as políticas que deveriam conduzir as mudanças almejadas consensualmente.

Assim, enquanto os educadores filiados ao movimento da escola nova defendiam a criação de um sistema nacional de educação, porém de caráter articulador dos esforços estaduais, mantendo, desse modo, a autonomia dos entes federados, bem como dos gestores de ensino, unificados sob a legislação nacional, mas livres para adequar o ensino às particularidades locais, por outro lado personalidades do ambiente católico faziam pressão frente ao regime, exigindo a aprovação de suas “emendas religiosas”, fazendo com que o Estado Novo traçasse outras estratégias. O Estado, por seu turno, seguia providenciando medidas centralizadoras que acabariam retirando a autonomia dos estados e dos gestores da educação pública, indo na contramão da proposta de centralização para subsidiar os esforços locais e se aproximando, cada vez mais, do modelo de centralização autoritária, que caracterizou o Estado Novo.

Uma das tentativas de modernização científica e cultural no país, fortalecidas durante o Estado Novo, constituiu-se com a criação de um sistema nacional de educação, de forma unificada e homogênea, com a transformação de institutos e de faculdades de ensino superior em Universidades, a exemplo da Universidade do Brasil (1937), da Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do Distrito Federal (1935) para formar e educar as elites econômicas e políticas e produzir a ciência brasileira. Em paralelo a esse movimento, este projeto sinalizou para a escolarização das populações pobres do *hinterland*¹⁹ e do litoral brasileiro, tendo por intenção erradicar o analfabetismo, criar “cidadania” nas massas e capacitar a mão de obra. Conforme observou Bomeny:

Os problemas de inadequação entre analfabetismo e trabalho industrial estão postos já no início do século XX. E também já está registrada criticamente a opção política elitista de concentrar esforços e recursos no ensino superior, desconsiderando a maioria da população. (BOMENY, 2003, p. 15).

A estruturação da Educação varguista teve seu marco institucional em 1942 com a Reforma Capanema e as Leis Orgânicas do Ensino que esta preconizou. Estas tiveram a função de organizar, prioritariamente, as modalidades de ensino que dariam conta de gerar uma nova classe trabalhadora. Tendo em vista a formação desse novo homem, que é proletário, as Leis Orgânicas vem ao serviço da formação da mão de obra especializada. Com relação à formação humana desse novo homem, os esforços ficavam por conta de um amplo ensino de cultura geral e de dotar esse indivíduo de senso patriótico.²⁰

Com o intuito de atender a demanda da sociedade por meio do binômio Educação – Trabalho, o Estado Novo instituiu as Leis Orgânicas do Ensino. Com a criação desses Decretos-Lei temos para além de institucionalização de um modelo pedagógico a edificação

¹⁹A palavra *hinterland* tem origem alemã e sua tradução literal significa *interior* ou *terra de trás*. Comumente é utilizada para caracterizar territórios menos desenvolvidos de um país.

²⁰De acordo com Shiroma (2007), essas práticas foram normatizadas pelos seguintes instrumentos legais: Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) – outros decretos se seguiram a este, complementando a regulamentação da matéria; Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943, Lei Orgânica do Ensino Comercial.

de uma cultura pedagógica²¹ que age não apenas como um projeto de governo, mas sim, como um projeto de Estado.

2.3 – O lugar da Educação no projeto pedagógico do Estado Novo

Com a Constituição de 1937 o país entra num novo cenário educacional, onde o Estado tem um papel fundamental na oferta, promoção e manutenção de uma educação pública que, ao mesmo tempo em que formasse a população para o trabalho também servisse de palanque propagandístico das bem feitorias do Governo Vargas.

A nacionalização do ensino é caracterizada logo na primeira aparição da palavra educação no texto constituinte de 1937, como mostra o Art.15 – Compete privativamente à União, inciso IX – fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude. Desse modo, o texto constituinte apresenta a importância com que a educação será tratada no prosseguimento da Era Vargas e qual será a faixa etária privilegiada nesse projeto pedagógico de formação do homem novo.

Já o inciso XXIV vem para esclarecer a competência do Estado em relação a demandar as diretrizes da educação nacional, federalizando a educação de modo a conferir plenos poderes ao Governo na esfera educacional.

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e

²¹ Utilizamos a expressão Cultura Pedagógica neste trabalho para identificar ações educacionais que ultrapassaram ações meramente governamentais e que, de certa forma, se perpetuaram enquanto uma cultura de Educação no Brasil.

subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937, p.31).

Como projeto político o Estado varguista teve na Educação fundamental peça instrumentalizadora de suas estruturas coercitivas, formalizando práticas que se ampliavam aos demais campos – cultura, trabalho, propaganda – promovendo engessamento de reflexões e avanços. Concordando com Velloso (1982) “O Estado penetra nos domínios da sociedade civil, assumindo claramente o papel de *direção* e *organização* da sociedade. Assim, se auto elege o educador mais eficiente junto às classes trabalhadoras, argumentando ser o ‘bem público’ o móvel de sua ação.”

Admitiremos a partir daqui o termo cultura pedagógica para definir o projeto pedagógico estado-novista, diante de uma adaptação do conceito de cultura política de Serge Bernstein. Segundo Bernstein (2009), que assim define o sentido deste conceito:

Pode-se admitir, com Jean-François Sirinelli, que se trata de uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de uma família ou de uma tradição políticas. Desta definição, reteremos dois fatos fundamentais: por um lado, a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e, por outro lado, o caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país. (Bernstein, 2009, p. 350).

Desta forma, podemos entender que ações educativas podem ser caracterizadas como culturas pedagógicas, pois são elaborados códigos instituídos familiarmente ou em tradições político-pedagógicas. Pontuamos o fato de admitirmos a amplitude destas ações, constituindo culturas pedagógicas diferentes, estas em constantes disputas, atritos e negociações pluralizando ainda mais o leque que as constitui.

Na cultura pedagógica do Estado Novo, a homogeneização cultural era entendida como ferramenta crucial para a criação de consensos em torno ao regime político e à figura do seu Presidente, bem como aos valores que eles entendiam como adequados ao seu projeto nacional. Aliás, a nacionalização do ensino levou ao fechamento de várias escolas de

imigrantes, tendo em vista a regulamentação que obrigava as escolas a promoverem o ensino exclusivamente na língua nacional.

A atenção para as escolas isoladas, em geral localizadas no meio rural foi outra constante, tendo em vista a dificuldade de controle pelo Governo, em razão do isolamento geográfico em que muitas dessas escolas se encontravam. O afã de propagandar o Governo e criar uma empatia com a população levou á valorização de disciplinas que até então não haviam tanta atenção nas políticas curriculares anteriores, em especial o ensino da música e da educação física, como já assinalamos anteriormente.

(...) a escola seria o motor, encontrado finalmente, para se exprimir, um vocabulário do qual os termos “cidadãos”, “grandes antepassados”, “princípios imortais” ou “progresso” constituíssem palavras-chave, enquanto o barrete frígio, a bandeira tricolor, o hino da Marselhesa (...), estabeleciam uma linguagem simbólica adequada aos dados importantes desta cultura política. É dizer que a cultura política supre ao mesmo tempo “uma leitura comum do passado” e uma projeção no futuro vivida em conjunto.” (Berstein, 2009, p. 351).

Nesse sentido, o Estado autoritário vê na centralização das ações educacionais a única forma possível de nacionalizar um povo que se encontrava em dispersões federativas e enormes desigualdades pedagógicas. Essa unicidade conferia uma aparente relação democrática, na qual seriam lapidadas as dissonâncias de oportunidades, posicionando todos num mesmo patamar por assim dizer, comportamental e estético, porém como grandes defasagens no que tange à instrução propriamente dita. No entanto, esse modelo centralizador, especificamente no Estado Novo, promovia um maior controle dos opositores e dos aliados, suprimindo a ação de grupos com ideais contrários e afrouxando as rédeas para os aliados, mas apertando-as quando necessário.

Essa nova reorganização do modelo sociocultural estado-novista potencializa a Educação como fio condutor da construção do ideário de nação, ampliando o alcance da escolarização institucionalizada, de maneira que os olhos instituídos, representados na figura dos interventores estaduais, pudessem ver tudo e controlar com as medidas centralizadoras adequadas à cada situação. Assim, seria possível inculcar nas mentes os ideais de nação, cidadania e modernidade, tão preciosos ao regime que constituíam a base da proposta de “mudança” que ele almejava.

Desde a revolução de 1930, a Educação passa a ser entendida como um dos alicerces de mudança social possível, e Vargas estrutura a área para modernização e nacionalização, oportunizando autonomia ao ministro da Educação e Saúde Pública, no regime, Gustavo Capanema que obteve certo protagonismo no cenário brasileiro, estruturando políticas que culminariam na reforma de 1942, chamada: Reforma Capanema.

Para além da criação de institutos, modernização das práticas educacionais e das leis trabalhistas, a normatização foi realizada efetivamente em uma etapa, a do ensino secundário, e nas modalidades de ensino que se relacionavam com esta. Tomando as camadas marginalizadas como foco do ensino de formação profissional. Em paralelo a essa ação, o Estado se sustenta a preocupação com a melhoria da formação das elites brasileiras. Em resumo, os pilares do projeto pedagógico do Estado Novo podem ser resumidos em algumas palavras-chave, tal como esperamos demonstrar no Capítulo 3, a partir das tabelas organizadas a partir dos trabalhos inscritos nos CBHEs: nacionalização do ensino e homogeneização cultural; submissão das escolas rurais, principalmente aquelas organizadas por imigrantes estrangeiros à língua e às normas nacionais; enquadramento da infância e da juventude em uma cultura política marcada pelo civismo patriótico e pelo culto à autoridade do Presidente; dualidade escolar expressa no incentivo à formação profissional dos jovens pobres e a uma educação de nível superior dirigida às elites; controle sobre as escolas rurais, sobretudo aquelas localizadas em zonas de fronteira; caráter higienista da educação escolar; propaganda do regime realizada pelos escolares nas grandes manifestações cívicas preparadas com esmero pelos professores de música e de educação. Aprofundaremos essas linhas no capítulo que segue.

CAPÍTULO 3

DESVELANDO MEMÓRIAS E HISTÓRIAS, O ESTADO NOVO NOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias. (Michael Pollak).

Seguindo a argumentação de Pollak, embasado em Halbwachs, a cerca do conceito de memória coletiva damos início a este capítulo, procurando de alguma forma indagar a relação entre história e memória no que diz respeito às políticas, principalmente em Educação, no período do Estado Novo brasileiro. O Estado Novo é o período em que há um enorme esforço de reconstruir historicamente o Brasil tendo em vista a formação do homem novo e de seus novos costumes, desse homem que viria a ser moldado em cidadão, aquele cidadão que o país necessitava para o, que a República entendia como, avanço para a modernidade.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, no anos 20-30, já havia sublinhado que

a memória deve entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1992, p. 201).

Diante desta análise é importante salientar que, para além da reconstrução histórica do país, o Estado se fundamenta num grande aparato de instituições que viriam a dar sustentação aos ideias estado-novistas, afim de enquadrar a memória social, como a criação, em 1937, do SPHAN²² (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que era responsável por preservar tal patrimônio construído, assim, cuidando do seu maior legado, a construção de uma memória de nação por meio do aparelho do Estado.

Monumentos memorialísticos de promoção ao Estado Novo tinham o intuito de difundir a ideia de modernização, como o Palácio Capanema por exemplo, e eram construídos no país. A grandiosidade e as novas perspectivas artísticas de tais monumentos faziam os “olhos das cidades” ficarem atentos às transformações que o Estado promovia na sociedade. Tendo em vista a construção de uma memória coletiva, uma memória nacional o Estado se mostrava presente de todas as maneiras possíveis, tanto na construção de novos monumentos quanto na construção de novos ícones como o próprio Getúlio Vargas sendo cultuados pela população.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra. (...) em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que com põem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. (POLLAK, 1989, p.9).

Todas essas ações do governo estado-novista para a criação desta coesão social, tanto no que diz respeito a uma criação quanto no que se refere à preservação da memória, reverberaram nos diversos espaços sociais das diversas cidades do país. Entretanto, apesar de sabermos da importância de Getúlio como chefe de Estado e de suas ações para a modernização do país, neste capítulo 3 tentaremos visualizar o real alcance das ações do

²² SPHAN foi criado por decreto presidencial em 30 de novembro de 1937 e era responsável por proteger o patrimônio histórico e artístico brasileiro.

governo Vargas nas cidades mais afastadas do controle do poder público e também das cidades rurais.

Depois de resumir brevemente as linhas gerais da política educacional do Governo Vargas, identificando certa coerência entre as tendências já expressas no período do Governo Constitucional e sua continuidade e intensificação no modelo de política educacional adotado durante do Estado Novo, acreditamos que se tornará mais fácil perceber as temáticas e abordagens que caracterizam os trabalhos apresentado nos CBHEs. Temos por certo, que este não é o período mais estudado no âmbito desta comunidade de pesquisadores, sendo o período do Governo Constitucional, este sim, o mais visitado. No entanto, também foi possível perceber a existência de um número significativo de trabalhos que se incluem na chave do Estado Novo, somando a esse número uma qualidade de pesquisa significativa, como pretendemos demonstrar neste capítulo.

3.1 – Os Eixos e a incidência de resumos sobre o Estado Novo brasileiro

A Sociedade Brasileira de História da Educação, a SBHE, foi fundada no segundo semestre de 1999 como medida inicial de uma jornada legitimação do campo da História da Educação no Brasil. A partir desse marco fundador, a SBHE direcionou seus esforços no sentido de reunir e divulgar as pesquisas sobre História da Educação brasileira.

Como mecanismos disparadores que pudessem acionar essa mobilização do campo, a SBHE promoveu a criação de espaços, associações e instituições que auxiliaram nesse processo. Destaco duas, a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) e o Congresso brasileiro de História da Educação (CBHE). Nesse contexto, os CBHEs funcionaram como ponto chave, como o espaço por excelência da ação de compartilhamento e congregação dessas pesquisas e pesquisadores da História da Educação.

Numa tentativa de mapeamento dos artigos que, de alguma maneira, refletem sobre as relações do regime estado-novista com uma cultura política direcionada à Educação, diante de oito edições dos congressos, elaboramos alguns quadros que pudessem nos responder em

quais eixos apareciam mais questões relacionadas ao período como, que temáticas eram mais privilegiadas ou se questões de cunho nacional ou práticas locais eram mais abordadas por exemplo.

O método de seleção de artigos por nós escolhido foi a indexação por palavras ou expressões-chave. A indexação realizada desta forma nos conferiu a possibilidade de apontar perante os Anais dos CBHE's quais artigos refletiam de alguma maneira o período estado-novista em seus títulos ou resumos. As palavras/expressões-chave escolhidas foram: *Estado Novo*, *Capanema*, *Vargas*, *interventor*, *nacionalização* e, o próprio período temporal *1937* até *1945*. Caso os títulos ou resumos não indicassem uma clara reflexão sobre o período, recorreremos aos textos na íntegra – quando disponíveis – para utilizarmos este método de indexação, afim de percebermos questões fundamentais ao estudo do Estado Novo e às nossas pretensões.

Entendendo que o processo que levou à instauração do regime não tem seu início somente em 10 de novembro de 1937, quando o Estado Novo foi anunciado, mas sim num processo maior que envolveu o interesse de diversas classes em âmbito nacional e movimentos internacionais favoráveis que possibilitaram tecer o fio condutor de um projeto que levou o Estado a adotar um Governo autoritário à brasileira, nos permite conceber um período de tempo mais flexível com relação ao pré-fixado historicamente, que vai além dos marcos políticos como marcadores históricos iniciais e finais do regime, que aqui chamaremos de espectro estado-novista.

O espectro estado-novista inclui o processo que antecede e sucede os marcos históricos pré-determinados, onde entendemos o Estado Novo como um projeto inserido no período republicano que pleiteava mudanças na estrutura do Estado e ao mesmo tempo se afastava – nos discursos – de todas as práticas governamentais conhecidas até aquele momento, de modo a promover um próprio modelo estatal.

Esse processo se inicia antes mesmo do marco inicial do regime em 1937, ele aparece quando o vulto do autoritarismo permeia a República fragilizada com seu modo liberal-democrata de Governo que não atendia às demandas da população e também, com as mudanças estatais que tomaram a Europa no início dos anos de 1920; e não tem um fim propriamente dito, pois vai muito além do marco final instituído e segue sendo representado

pelas memórias autoritaristas praticadas nos cotidianos, nas disputas entre as diversas políticas públicas de Governo e/ou Estado²³ em vários momentos da história.

Vale pontuar que tais artigos só foram considerados aptos a compor a nossa lista de selecionados caso apresentassem uma contextualização do objeto de pesquisa com as práticas do regime no que diz respeito às suas ações em relação à Educação ou a idealização de construção de um homem novo, uma sociedade nova. Questões restritas a uma instituição ou a trajetória específica de um indivíduo que não refletissem ou dialogassem como o regime e o contexto do Estado Novo não foram consideradas. Pesquisas que apenas citavam alguma ação iniciada no período ou utilizavam algum ano do regime para marcar seu término, e não demonstravam interesse em investir maiores ponderações também não foram consideradas relevantes para compor o nosso universo de pesquisa.

A partir dessa filtragem inicial foi possível alocarmos os textos selecionados em quadros que os encaixavam em seus eixos no congresso em que foram apresentados. Também foi possível indicar sua temática, ou seja, no que o texto estava preocupado em analisar sobre o Estado Novo, e mostrar o quantitativo em que tais temáticas apareciam num congresso e ao longo dos oito congressos.

Num segundo momento pudemos mostrar – por CBHE – quais regiões apresentavam maior interesse em refletir a Educação no regime varguista e se privilegiavam questões locais ou nacionais. Pudemos inquirir aos quadros e tabelas se houve avanço ou retrocesso no que diz respeito à utilização da História Cultural como instrumento de investigação histórica. Assim confirmando o que Xavier (2005) apontou em seu texto *O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas* consideramos que as pesquisas tem se reportado ao processo cultural e ao processo educacional, muito mais do que enrijecendo as análises em eventos somente políticos. Desta forma novos olhares sobre o processo político nacional são abordados com maior intensidade, contextualizando questões regionais e mostrando experiências de resistência e acomodação, e não apenas de apatia ou adesão irrestrita ao regime.

²³Entende-se aqui como *políticas de governo* as decisões tomadas, de maneira institucional e unilateral, por um pequeno grupo ou partido político em um determinado período, perdendo a força de acordo com as mudanças no poder. Já as políticas de Estado, entendemos serem aquelas advindas de uma cultura política que resultam num consenso, ainda que inconsciente, entre classe política e sociedade em que sua durabilidade se estende e sua manutenção independe de quem governa o país.

A esse respeito, torna-se interessante ver o estudo desenvolvido por Rodrigo Motta Pato (2014) sobre as *Universidades e o Regime Militar*. Neste livro, o autor se utiliza do conceito de acomodação, dentre outros objetivos, com vistas a demonstrar o quanto os reitores das universidades brasileiras durante o regime militar se utilizaram das possibilidades (ainda que bastante limitadas) disponíveis naquele contexto, para proteger professores e negociar outras medidas que os ajudassem a driblar o controle e a coerção em vigor, àquela época. Nesse sentido, estaremos atentos, também, para esse tipo de análise, que pode fazer parte de alguns resumos desse universo.

I CBHE (2000 – Rio de Janeiro/RJ– UFRJ)

No ano de 2000, com as comemorações dos 500 anos do *descobrimento* do Brasil, a SBHE promoveu o I CBHE, na UFRJ - campus da Praia Vermelha, com a temática central *Educação no Brasil: história e historiografia*. Momento oportuno para o debate e uma releitura sobre a historiografia da Educação brasileira, seu atores, seus caminhos e suas possibilidades. Para além da temática central, este encontro contou com oito eixos que funcionaram como temáticas balizadoras, a saber: *Estado e políticas educacionais* (com 30 resumos inscritos); *Fontes, Categorias e métodos de pesquisa em História da Educação* (30); *Gênero e Etnia* (22); *Imprensa Pedagógica*(9); *Instituições Educacionais e/ou Científicas* (com 41 resumos); *Pensamento Educacional* (40); *Práticas escolares e processos educativos* (37) e; *Profissão docente* (22).

Perfazendo um total de 231 trabalhos aceitos nos oito eixos apresentados, temos uma média de aproximadamente 29 trabalhos por eixo temático. Sendo que apenas *Gênero e Etnia*, com 22 trabalhos aceitos; *Imprensa Pedagógica*, com apenas 9 trabalhos aceitos e; *Profissão docente*, com 22 trabalhos não conseguiram atingir tal média. Questão esta que foi repensada no congresso posterior. O primeiro CBHE nos mostra um total de 23 artigos que de alguma maneira refletem sobre o regime estado-novista e suas ações, sejam elas locais ou nacionais. Dito isto, o eixo de *Estado e Políticas Educacionais*, com sete artigos, teve amaior incidência

de reflexões sobre o Estado Novo, enquanto *Fontes, Categorias e Métodos de Pesquisa em História da Educação* não teve nenhum artigo que apontasse considerações sobre o período.

Além disto, no que tange às temáticas, temos a questão da *Nacionalização do Ensino* sendo bastante privilegiada nos debates neste I CBHE, perfazendo um total de dez aparições em nossa tabela temática. Ainda com relação a *Nacionalização do Ensino* pudemos observar que destas dez aparições, em oito delas se tratava de estudos locais, mostrando uma certa predileção dos autores na escolha de objetos mais específicos. Importante assinalar que os estudos de caráter local sobressaem em relação aos estudos nacionais. Isso pode expressar uma opção historiográfica consciente, que visa superar a dominância do eixo Rio de Janeiro - São Paulo-Minas Gerais na produção de objetos de pesquisas, o que, evidentemente reflete a concentração de pesquisadores e de recursos financeiros para a pesquisa nos maiores centros urbanos do país, localizados na região sudeste.

Por outro lado, pode demonstrar, também, certas particularidades das políticas estado-novistas e do desenho geopolítico nacional, tendo em vista a massiva presença de imigrantes europeus nas regiões sul e sudeste do nosso país e a pouca penetração dos aparelhos estatais na região centro-oeste, o que, certamente inquietava os anseios de controle desse Governo. Essa situação levaria a que os trabalhos destaquem a preocupação do Governo com o controle das fronteiras, o que evidencia a concentração medidas de vigilância e coerção nas escolas dessas regiões.

Quadro 1 – Quantidade de trabalhos apresentados no I Congresso Brasileiro de História da Educação com a temática central Estado Novo (Continuação)

Título do artigo	Eixo em que se encontra	Tema	Estudos Locais ou Nacionais	Estados de onde a pesquisa fala ou de onde ela é produzida
A Política Educacional do Governo de Goiás: 1930 - 1945	Estado e Políticas Educacionais	Nacionalização do Ensino	Local	GO
A Travessia da Educação brasileira no Governo Vargas: Estado e Igreja Católica (1930 a 1945)	Estado e Políticas Educacionais	Educação e Igreja	Nacional	MG
Escola Pública e	Estado e Políticas	Nacionalização	Local	MT

Sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Mato Grosso (1930/1945)	Educacionais	do Ensino		
Reconstrução Histórica da Educação Infantil na Paraíba: 1935-1945	Estado e Políticas Educacionais	Educação Infantil	Local	PB
As influências sócio-econômicas na Reforma educacional da Paraíba (1935 – 1945)	Estado e Políticas Educacionais	Identidade e Formação Docente	Local	PB
Autoritarismo e Educação no Estado Novo em Pernambuco	Estado e Políticas Educacionais	Nacionalização do Ensino	Local	PE
“Em tempos de intervenção – em terras paraenses ensino público primário”	Estado e Políticas Educacionais	Nacionalização do Ensino	Local	PR
O controle do corpo: os discursos sobre a Educação sexual em Belém nas décadas de 30 e 40	Gênero e Etnia	Educação sexual	Local	PA
Educação Étnica: o caso da educação dos imigrantes alemães católicos de Curitiba (1896-1938)	Gênero e Etnia	Nacionalização do Ensino	Local	PR
O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e Política do Impresso: a gestão Lourenço Filho	Imprensa Pedagógica	Imprensa Pedagógica	Nacional	SP
O ideário positivista presente no pensamento educacional de Joaquim Rios (Uberlândia – MG, 1940 – 1946)	Imprensa Pedagógica	Imprensa Pedagógica	Local	MG
Manuais que ensinam professores a ensinar: a construção de saberes pedagógicos em livros didáticos usados por normalistas (1930 – 1970)	Imprensa Pedagógica	Identidade e Formação Docente	Nacional	SP
A era dos grupos escolares na Paraíba (1916 – 1940).	Instituições Educacionais e/ou científicas	Nacionalização do Ensino	Local	PB
Educação, gênero e representações: uma análise da formação feminina no Colégio N. S. Das Dores (1940-1960)	Instituições Educacionais e/ou científicas	Educação Feminina	Local	MG
Representação nacionalista na escola pública: Araguari (1928 – 1945)	Instituições Educacionais e/ou científicas	Nacionalização do Ensino	Local	MG
Igreja e educação: Dom José Delgado e a criação de escolas	Instituições Educacionais e/ou científicas	Educação e Igreja	Local	RN

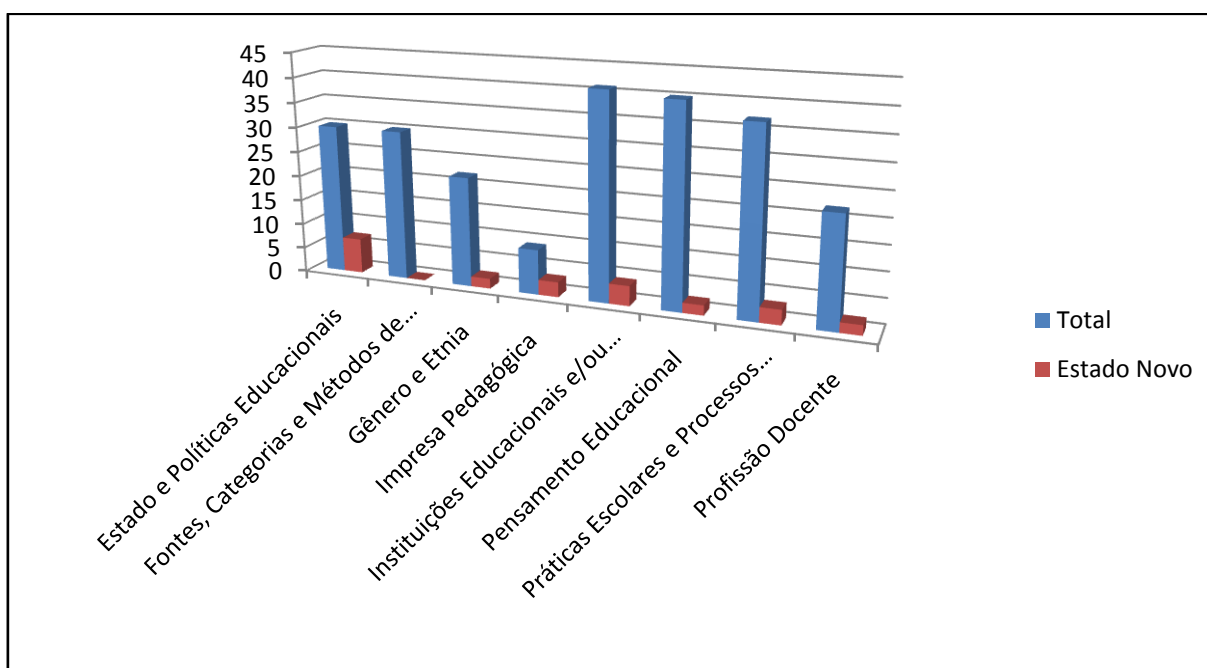
vocacionais em Caicó-RN				
A década de 30 e a educação: sistematização de saberes e ordem nacional	Pensamento Educacional	Nacionalização do Ensino	Nacional	PR
Massificação e democratização: o pensamento educacional na imprensa de Uberlândia, MG, 1940-1960	Pensamento Educacional	Imprensa Pedagógica	Local	MG
As Línguas estrangeiras no quadro das Reformas curriculares: finalidades de ensino, diversidade e hegemonia	Práticas Escolares e Processos Educativos	Nacionalização do Ensino	Nacional	PR
A disciplina Filosofia da Educação no curso de formação de professores primários do Instituto de Educação do Paraná, em Curitiba, no período 1923-46	Práticas Escolares e Processos Educativos	Identidade e Formação Docente	Local	PR
A Sociologia Geral no Ensino Secundário brasileiro entre 1925-1942. Um período da trajetória de uma disciplina escolar	Práticas Escolares e Processos Educativos	Ensino Secundário	Nacional	PR
O elogio do sacrifício: o discurso sobre o professor em Minas Gerais, no Estado Novo	Profissão Docente	Identidade e Formação Docente	Local	MG
Educação e psicologia para uma grande reforma dos costumes: um estudo sobre o Instituto de Educação do Rio de Janeiro no primeiro Governo Vargas	Profissão Docente	Nacionalização do Ensino	Local	RJ

Fonte: Elaborado pelo autor (Informações retiradas dos Anais do I Congresso de História da Educação)

Para perceber o lugar que a temática da educação no Estado Novo ocupa nas preferências dos pesquisadores, nós elaboramos o gráfico e a tabela que se seguem. O que esta nos informa a esse respeito? Em primeiro lugar, este assinala a preponderância de uma abordagem política do contexto educacional durante o Estado Novo., o que nós consideramos ser natural, tendo em vista que a Era Vargas foi o período de institucionalização da educação

como área de política setorial do Estado, com a criação do ministério da Educação e Saúde, em 1931. *Imprensa Pedagógica* e *Pensamento Educacional* também aparecem como áreas privilegiadas, tendo em vista todo o esforço de propaganda feito pelo Governo, assim como a preocupação em influir no pensamento da população em geral, e das crianças e jovens, em particular. A incidência em *Instituições Educacionais* e *Práticas Escolares* remonta a uma área de estudos que tem bastante tradição no campo, assim como a outra área, mais recente que, sob o influxo do conceito de cultura escolar, vem se dedicando ao estudo das práticas educacionais, inventariando rituais, normas, manifestações características da vida escolar, nas quais, diga-se de passagem, o Estado novo foi célebre em criar eventos festivos e comemorativos, bem como espetáculos públicos em que os escolares contagiavam a sensibilidade dos que os assistiam para com a *grandeza* do país e de seu Governo.

Gráfico 1 – Proporção entre o total de trabalhos apresentados no I Congresso Brasileiro de História da Educação e trabalhos apresentados com a temática do Estado Novo



Fonte: Elaborado pelo autor (Dados retirados do I Congresso Brasileiro de História da Educação)

Tabela 1 – Temáticas preferenciais dos trabalhos sobre o Estado Novo, I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000 (Continua)

Temas	Total
Nacionalização do Ensino	10
Identidade e Formação Docente	4
Imprensa Pedagógica	3
Educação e Igreja	2
Educação Feminina	1
Educação Infantil	1
Educação Sexual	1
Ensino Secundário	1
Total Geral	23

Fonte: Elaborada pelo autor (Dados retirados do I Congresso de História da Educação)

A tabela confirma o que o gráfico já havia identificado, sublinhando a importância atribuída pelo Governo às medidas de nacionalização do ensino, bem como a preocupação para com o enquadramento das mulheres, em geral, e das professoras em particular. Pois, estas seriam as divulgadoras do regime, para a infância e a juventude brasileira em idade escolar. A tabela temática sublinha, ainda, a presença da Igreja nos assuntos educacionais, presença que foi bastante acolhida naquele contexto. A tabela fala, ainda, dos interesses e questões que vem permeando o campo de pesquisas no âmbito da História da Educação, nos últimos vinte anos. Passaremos ao II CBHE.

II CBHE (2002 – Natal/Rio Grande do Norte)

Já o II CBHE, aconteceu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo como temática central: *História e Memória da Educação brasileira*. Neste Congresso, a construção dos eixos temáticos auxiliares foi repensada, tendo em vista a baixa procura em alguns eixos do congresso anterior ocasionando a aposta em temáticas que ainda não haviam aparecido. Então os eixos foram assim (re)nomeados: *História comparada da Educação* (12); *História dos movimentos sociais na Educação brasileira* (18); *História das Culturas*

escolares e profissão docente no Brasil (111); Intelectuais e Memória da Educação no Brasil (93); Relações de Gênero e Educação brasileira (51); Estado, Nação e Etnia na História da Educação (49) e; Processos educativos e instâncias de sociabilidade (94).

Com um total de 428 trabalhos aceitos em sete eixos temáticos, podemos apontar para um crescimento substancial no interesse do campo pelo – que naquele momento era recente – movimento que nascia com a proposta de divulgação das pesquisas em História da Educação no Brasil. Entretanto o enquadramento das temáticas parecia que ainda precisava de uma maior reflexão, pois ainda havia uma disparidade enorme na procura entre os eixos.

O II CBHE teve uma média aproximada de 61 trabalhos por eixo. Contudo, as temáticas que tiveram baixa procura no I CBHE e foram repensadas para o II CBHE, foram: *Gênero e Etnia* e *Profissão Docente*. Estas duas temáticas foram aglutinadas com outras temáticas compondo um novo eixo temático e apresentando um novo arranjo para o Congresso. Desse modo, se reafirmava a importância de tais questões para o campo da História da Educação.

Neste II Congresso também foram apresentadas novos eixos temáticos com relação aos apresentados no Congresso anterior. Eixos estes que foram apresentados independentes de junções. São eles: *Intelectuais e Memória da Educação no Brasil; História comparada da Educação* e; *História dos movimentos sociais na Educação brasileira*. Contudo, apenas o eixo de *Intelectuais e Memória da Educação no Brasil* teve uma grande procura se mantendo acima da média e os outros dois apresentaram uma baixa expectativa de procura, respectivamente tiveram 12 e 18 trabalhos apresentados.

Esse grande interesse por temáticas como *Intelectuais e Memória* que foram apontadas no II CBHE reafirma a relevância de tais pesquisas para o campo e a legitimidade conferida à corrente historiográfica dos *Annales*²⁴ na História da Educação brasileira. Ainda observando os eixos, nós pudemos constatar que, com relação ao estudo do Estado Novo, o eixo intitulado *Intelectuais e Memória da Educação no Brasil* obteve a maior incidência com seis títulos selecionados enquanto *Relações de Gênero e Educação* não teve nenhum artigo selecionado.

²⁴Movimento historiográfico que surgiu na França em meados do século XX e confere o estatuto de objeto de pesquisa histórica variáveis da vida privada e/ou cotidiana, renovando os olhares e as possibilidades da escrita da História.

Já com relação às temáticas, a tabela deste congresso nos mostra que *Nacionalização do Ensino* com sete artigos foi a temática mais abordada pelas pesquisas, tendo maior foco nos estudos de caráter local, foram cinco. Em relação aos estudos locais e nacionais no geral, os estudos locais continuaram sendo mais abordados que os nacionais. Como se pode comprovar por meio dos títulos expostos na tabela, o interesse em estudar o desempenho de intelectuais e mediadores culturais que atuaram em instituições, escolares ou não, durante o Estado Novo é elevado. Dentre estes, intelectuais como Fernando Tudde de Souza e Roquete Pinto; Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, assim como o estudo da imprensa jornalística e pedagógica e das instituições de ensino se enquadram nesse tipo de interesse.

Quadro 2 – Quantidade de trabalhos apresentados no II Congresso Brasileiro de História da Educação com a temática central Estado Novo (Continuação)

Título do artigo	Eixo em que se encontra	Temas	Estudos Locais ou Nacionais	Estados de onde a pesquisa fala ou de onde ela é produzida
Autoritarismo e Educação: Portugal e Brasil – a escola à serviço da pátria	História comparada da Educação	Nacionalização do Ensino	Nacional	PE
Educação e modernização social em Uberlândia-MG: a fala da imprensa acerca da massificação do ensino (1940-1960)	História dos movimentos sociais na Educação brasileira	Imprensa Pedagógica	Local	MG
Currículos e programas da escolas pública em Pernambuco, no período do Estado Novo (1937-1945)	História de Culturas escolares e profissão docente no Brasil	Nacionalização do Ensino	Local	PE
Docência e cultura escolar em estabelecimento católico de Caicó-RN, 1942 a 1946	História de culturas escolares e profissão docente no Brasil	Identidade e Formação Docente	Local	RN
Imagens de professor/a no Rio Grande do Norte nas décadas de 1930-1940	História de culturas escolares e profissão docente no Brasil	Identidade e Formação Docente	Local	RN
Formando técnicos e patriotas: a revista Sergipe artífice	História de culturas escolares e profissão docente no Brasil	Imprensa Pedagógica	Local	SE
A gestão Lourenço Filho no Instituto Nacional de	Intelectuais e Memória da	Imprensa Pedagógica	Nacional	AC

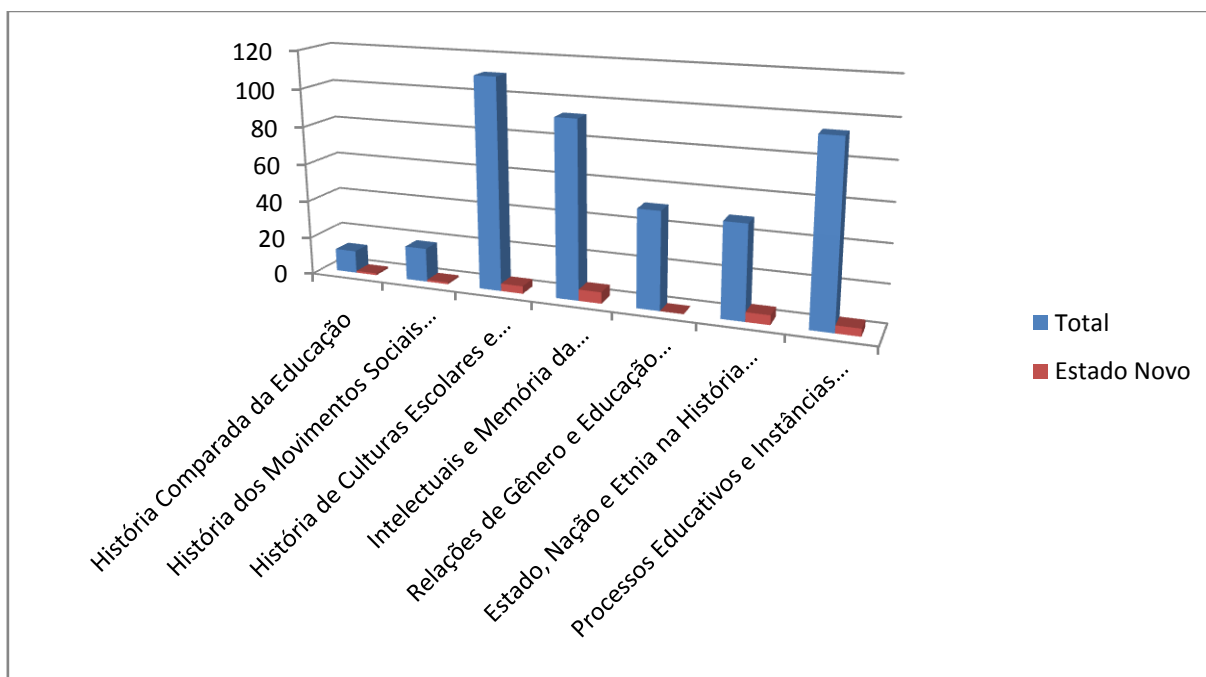
Estudos Pedagógicos e a organização da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: o impresso como dispositivo de assessoria técnica	Educação no Brasil			
O papel dos intelectuais na configuração da brasilidade e das políticas de educação/cultura nos anos trinta do século XX	Intelectuais e Memória da Educação no Brasil	Intelectuais e Educação	Nacional	SP
O moderno Dom Quixote: Fernando Tude de Souza e o projeto roquettiano de educação popular através do serviço de radiodifusão educativa do Ministério de Educação e Saúde, nas décadas de 40 e 50	Intelectuais e Memória da Educação no Brasil	Intelectuais e Educação	Nacional	RJ
Intelectuais e Educação no Estado Novo: Fernando de Azevedo, um intelectual cooptado pelo Estado Novo?	Intelectuais e Memória da Educação no Brasil	Intelectuais e Educação	Nacional	SP
A construção da memória nacional a partir da escola normal piauiense, no período de 1937 a 1945	Intelectuais e Memória da Educação no Brasil	Memória	Local	PI
Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1930-45): fragmentos da memória revisitada	Intelectuais e Memória da Educação no Brasil	Memória	Local	RJ
Lembranças da nacionalização do ensino no vale do Rio do peixe – SC	Estado, nação e etnia na História da Educação	Nacionalização do Ensino	Local	SC
As funções sociais da Educação na fronteira do Mato Grosso com o Paraguai, segundo a historiografia nacionalista (1930-1947)	Estado, nação e etnia na História da Educação	Nacionalização do Ensino	Local	MT
Efeitos subjetivos da campanha da nacionalização de Getúlio Vargas sobre os descendentes imigrantes alemães, na região Santa Cruz do Sul/SC	Estado, nação e etnia na História da Educação	Nacionalização do Ensino	Local	SC

O valor social da branca no pensamento educacional da era Vargas	Estado, nação e etnia na História da Educação	Etnia	Nacional	EUA
Identities, culturas e memórias de ex-professores (Porto Novo – Itapiranga – SC)	Estado, nação e etnia na História da Educação	Memória	Local	SC
Lecturas Selectas: Língua e Civilização nos livros didáticos de espanhol publicados nas décadas de 40 e 50 no Brasil	Processos Educativos e instâncias de sociabilidade	Livro Didático	Nacional	PR
O “Estado Novo” nas cartilhas de Alfabetização	Processos Educativos e instâncias de sociabilidade	Nacionalização do Ensino	Nacional	MG
A Educação em Itabuna de 1930 a 1945: investigação a partir de levantamento documental	Processos Educativos e instâncias de sociabilidade	Fontes e Documentação	Local	BA
O ensino da Língua portuguesa em Pernambuco nas décadas de 40 e 50 do século XX	Processos Educativos e instâncias de sociabilidade	Nacionalização do Ensino	Local	PE

Fonte: Elaborado pelo autor (Informações retiradas dos Anais do II Congresso de História da Educação)

Aliás, o título de um resumo sintetiza de modo brilhante as intenções e interesses dos demais trabalhos citados. Trata-se, então, de verificar qual foi *o papel dos intelectuais na configuração da brasilidade e das políticas de educação/cultura nos anos trinta do século XX*. Ao lado desses estudos, emerge uma preocupação que pode ser enquadrada nos estudos sobre culturas escolares, mas também no estudo do currículo, focalizando o ensino das línguas; currículos e programas de escola pública em Pernambuco, bem como análises de materiais didáticos como livros e cartilhas de alfabetização. Por fim, outra temática que aparece com firmeza é o estudo da profissão docente, buscando entender suas identidades e as representações tecidas em torno de seu papel e lugar social.

Gráfico 2 – Proporção entre o total de trabalhos apresentados no II Congresso Brasileiro de História da Educação e trabalhos apresentados com a temática do Estado Novo



Fonte: Elaborado pelo autor (Dados retirados do II Congresso Brasileiro de História da Educação)

Tabela 2 – Temáticas preferenciais dos trabalhos sobre o Estado Novo, II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002

Temas	Total
Nacionalização do Ensino	7
Imprensa Pedagógica	3
Intelectuais e Educação	3
Memória	3
Identidade e Formação Docente	2
Educação e Igreja	1
Etnia	1
Fontes e Documentação	1
Livro Didático	1
Total Geral	21

Fonte: Elaborada pelo autor (Dados retirados do II Congresso de História da Educação)

Tanto o gráfico por eixos quanto a tabela temática demonstram, também, uma certa dispersão de temáticas de interesse, ao mesmo tempo em que identificam a concentração de

interesse na temática da nacionalização do ensino, seguida pelo estudo da imprensa pedagógica e dos intelectuais da educação, ao lado da atenção para a memória e a formação e construção das identidades docentes. O debate historiográfico permanece com uma apresentação, ao lado das temáticas da etnia e da participação da Igreja, no período.

III CBHE (2004 - Curitiba/PR – PUC-PR)

O III CBHE teve sua construção realizada pela PUC-PR e sediado na cidade de Curitiba no ano de 2004, diante dos eixos apresentados, à saber: *Arquivos, Fontes e Historiografia* (80); *Estudos Comparados* (13); *Políticas Educacionais e Modelos Pedagógicos* (107); *Cultura Escolar e Práticas Educacionais* (112); *Profissão Docente* (51); *Gênero, Etnia e Educação Escolar* (38); *Movimentos Sociais e Democratização do Conhecimento* (11) e *Ensino da História da Educação* (06). Sua temática central foi *A Educação Escolar em Perspectiva Histórica*. A demanda deste CBHE se manteve, tendo um total geral de 418 trabalhos aprovados, indicando um nível de procura estável com relação ao evento anterior.

Neste III CBHE também houve alteração na construção dos eixos, podemos refletir sobre uma tentativa de adequação destes para com os objetos e os aportes teórico-metodológicos privilegiados por pesquisadores da história da educação brasileira neste momento. O eixo que mais tivemos procura foi *Cultura Escolar e Práticas Educacionais* com 112 artigos aceitos, já o com menor procura foi *Ensino da História da Educação* com apenas 6 aparições.

Com relação ao período por nós estudado, *Cultura Escolar e Práticas Educacionais* teve 11 artigos que passam suas reflexões pelo Estado Novo, tais reflexões ainda apontam para a preferência pelos estudos locais. Já *Movimentos Sociais e Democratização do Conhecimento*; *Ensino da História da Educação* não apresentaram artigos com as mesmas características.

Nessa edição do CBHE, temos uma enorme escolha pelo estudo do local, reafirmando o local como preferência na escolha dos objetos ou aportes teórico-metodológicos nas pesquisas em história da Educação.

Quadro 3 – Quantidade de trabalhos apresentados no III Congresso Brasileiro de História da Educação com a temática central Estado Novo (Continua)

Título do artigo	Eixo em que se encontra	Temas	Estudos Locais ou Nacionais	Estados de onde a pesquisa fala ou de onde ela é produzida
O pensamento educacional católico numa região de fronteira: a visão de José de Melo e Silva acerca da Educação nas fronteiras guaranis (1939-1947)	Arquivos, fontes e historiografia	Educação e Igreja	Local	MS
A Educação escolar como projeto de ascensão social e progresso do país nos anos 30 e 40 por meio do jornal a voz da infância da biblioteca infantil de São Paulo	Arquivos, fontes e historiografia	Imprensa Pedagógica	Local	SP
Desfiles patrióticos: cultura cívica nos grupos escolares de Curitiba (1903-1971)	Arquivos, fontes e historiografia	Cultura Cívica	Local	PR
Memória e escritos de um grêmio estudantil	Arquivos, fontes e historiografia	Cultura escolar	Local	RJ
Questão de interpretação: as disputas em torno das estatísticas de Educação	Arquivos, fontes e historiografia	Fontes e Documentação	Nacional	SP
As falas do novo: a imprensa e a organização da educação do território do Acre (1930-1946)	Arquivos, fontes e historiografia	Fontes e Documentação	Local	AC
A mobilização da Juventude na Itália (1922-1945), em Portugal (1936-1974) e no Brasil (1937-1945)	Estudos Comparados	Juventude e Educação	Nacional	AM
Colégio Santo Antônio: conquistando almas para Deus formando cidadãos para a pátria (1932-1942)	Cultura escolar e práticas educacionais	Educação e Igreja	Local	SC
Escola alemã ou colégio progresso?	Cultura escolar e práticas	Nacionalização do Ensino	Local	PR

	educacionais			
Pelos Lábios das Freiras: o ensino de História Geral no Internato Santa Teresinha do Menino Jesus (Caicó, 1939-1945)	Cultura escolar e práticas educacionais	Educação e Igreja	Local	RN
Educabilidade na associação Itapetinguense: entre saberes pedagógicos e saberes escolares (1936-1954)	Cultura escolar e práticas educacionais	Cultura Escolar	Local	BA
Uniforme escolar e disciplinamento: escola pública no Estado Novo	Cultura escolar e práticas educacionais	Cultura Escolar	Local	SC
Idéias sem lugar nos livros de Português (1940/1980) – A crítica ao normativismo feita por escritores exemplares	Cultura escolar e práticas educacionais	Livro Didático	Nacional	PR
As finalidades do ensino do Canto Orfeônico na escola secundária brasileira (décadas de 30 e 40)	Cultura escolar e práticas educacionais	Ensino de Música	Nacional	PR
Práticas escolares nas festividades da “semana da pátria” e “dia do trabalho” em Minas Gerais (1937-1945)	Cultura escolar e práticas educacionais	Cultura Cívica	Local	MG
Reuniões Pedagógicas e aperfeiçoamento de professores do Grupo Escola Paula Rocha (Sabará): 1939-1944	Cultura escolar e práticas educacionais	Cultura Escolar	Local	MG
As comemorações do cinquentenário da abolição da escravatura como parte da Educação moral e cívica em Pernambuco, durante o Estado Novo	Cultura escolar e práticas educacionais	Cultura Cívica	Local	PE
A construção da nacionalidade na voz de seus sujeitos	Cultura escolar e práticas educacionais	Nacionalização do Ensino	Nacional	MT
Co-educação no Ginásio lagunense nas décadas de 1930 e 1940: avanços e limitações	Gênero, etnia e Educação escolar	Educação Feminina	Local	SC
A sexualidade proibida	Gênero, etnia e Educação escolar	Educação feminina	Nacional	RN
Educação de imigrantes Alemães em Curitiba	Gênero, etnia e Educação escolar	Nacionalização do Ensino	Local	PR
“Forjando”	Políticas	Educação e	Local	PR

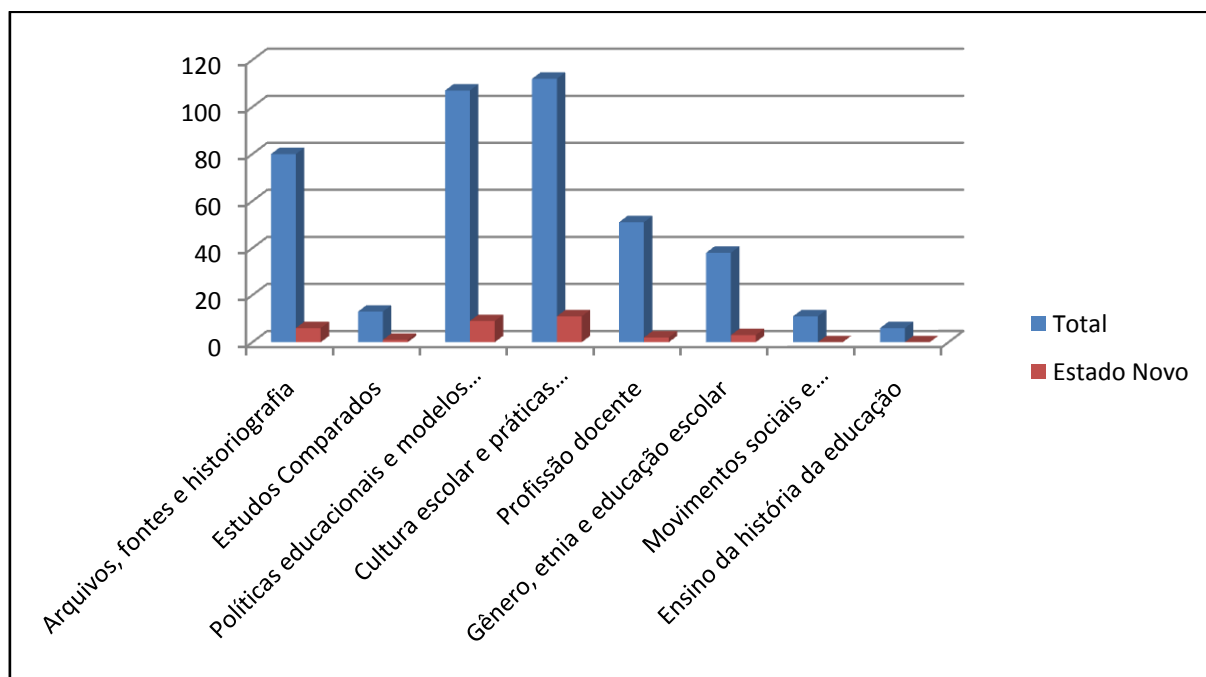
‘trabalhadores’ para o celeiro do Brasil: as escolas de caráter agropecuário no Paraná – 1920-1945	Educacionais e modelos pedagógicos	Trabalho		
Educação, saúde e assistência no Estado Novo: o departamento nacional da criança	Políticas Educacionais e modelos pedagógicos	Educação e Assistência	Nacional	MG
Infância e formação de professores: concepções produzidas no Instituto de Educação de Florianópolis nas décadas de 1930 e 1940	Políticas Educacionais e modelos pedagógicos	Identidade e Formação Docente	Local	SC
O apoio do intelectual João Roberto Moreira às políticas educacionais em Santa Catarina: o discurso científico como legitimador das ações governamentais (anos 30, 40 e 50 do século XX)	Políticas Educacionais e modelos pedagógicos	Intelectuais e Educação	Local	SC
Escola Normal Rural no Rio Grande do Sul: História Institucional – Década de 1940	Políticas Educacionais e modelos pedagógicos	Identidade e Formação Docente	Local	RS
Técnicos suíços nas escolas industriais do Estado Novo	Políticas Educacionais e modelos pedagógicos	Ensino Industrial	Local	RJ
Escola Municipal Casemiro Stachurki: uma prática político-pedagógica oficial forjada na interdição da cultura de uma comunidade escolar criciumense de origem polonesa	Políticas Educacionais e modelos pedagógicos	Nacionalização do Ensino	Local	SC
Fontes para o estudo da história da educação no Rio Grande do Sul: a revista UNITAS (1930/1945)	Políticas Educacionais e modelos pedagógicos	Fontes e Documentação	Local	RS
O canto orfeônico em Santa Catarina: uma estratégia pedagógica	Políticas Educacionais e modelos pedagógicos	Ensino de Música	Local	SC
Memória de professoras primárias de Cuiabá no Estado Novo	Profissão Docente	Memória	Local	MT
Modéstia e devotamento: o professor no discurso dos governantes mineiros,	Profissão Docente	Identidade e Formação Docente	Local	MG

no período do Estado Novo				
---------------------------	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (Informações retiradas dos Anais do III Congresso de História da Educação)

Ao que indica o quadro relativo ao III CBHE, a preocupação com a formação e o desenvolvimento profissional docente ganha maior densidade, perfilando em quantidade de trabalhos as temáticas ligadas à relação entre Educação e Igreja, fontes e documentação e educação cívica que só aparece com esse nome, agora, no III CBHE. Outro aspecto que o gráfico evidencia é a virada do interesse pelas políticas educacionais para aquele centrado nas práticas pedagógicas e nas culturas escolares.

Gráfico 3 – Proporção entre o total de trabalhos apresentados no III Congresso Brasileiro de História da Educação e trabalhos apresentados com a temática do Estado Novo



Fonte: Elaborado pelo autor (Dados retirados do III Congresso Brasileiro de História da Educação)

Tabela 3 – Temáticas preferenciais dos trabalhos sobre o Estado Novo, III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004 (Continua)

Temas	Total
Cultura Escolar	4
Nacionalização do Ensino	4
Cultura Cívica	3
Educação e Igreja	3
Fontes e Documentação	3
Identidade e Formação Docente	3
Educação Feminina	2
Ensino de Música	2
Educação e Assistência	1
Educação e Trabalho	1
Ensino Industrial	1
Imprensa Pedagógica	1
Intelectuais e Educação	1
Juventude e Educação	1
Livro Didático	1
Memória	1
Total Geral	32

Fonte: Elaborada pelo autor (Dados retirados do III Congresso de História da Educação)

Nesta tabela, se percebe o aumento dos estudos sobre práticas docentes e culturas escolares (4 trabalhos) que, se somados com aqueles estudos interessados em compreender como se configurou uma cultura cívica nas escolas (3 trabalhos) ultrapassam, por exemplo, a quantidade de estudos voltados para os processos de nacionalização do ensino, no Estado novo. Novas temáticas surgem nesse universo, tais como o ensino da música, a assistência social articulada à educacional e a própria cultura cívica, ainda que esta possa ter sido estudada nos outros, CBHEs anteriores, mas sem adotar esse título. Educação e Trabalho, mais ensino industrial também permanecem, ao lado do interesse pelo estudo de livros didáticos e revistas pedagógicas. Sem dúvidas, este é um rico manancial para se compreender as vigas sobre as quais o regime pretendia estabelecer sua dominação, assim como as

concepções que pretendia plasmar em torno do trabalho, da família, do lugar da mulher, da religião, entre outros aspectos que tiveram nos livros e revistas da época, ricas ilustrações, compondo representações duradouras sobre a vida social.

IV CBHE (2006 – Goiânia/GO – Universidade Católica de Goiás)

Em sua quarta edição, o Congresso brasileiro de História da Educação, realizado na cidade de Goiânia/GO, teve como temática central *A educação e seus sujeitos na História* que congregou 8 eixos, sendo eles: *Políticas educacionais e movimentos sociais (66)*; *História da profissão docente e das instituições escolares (118)*; *Cultura e práticas escolares (114)*; *Gênero e etnia na história da educação brasileira (36)*; *Historiografia da educação brasileira e história comparada (29)*; *Intelectuais, pensamento social e educação (62)*; *Arquivos, centros de documentação, museus e educação (28)*; *O ensino de História da Educação (04)*.

Com relação aos congressos anteriores nota-se um aumento considerável no número de trabalhos aprovados foram 457 no total. Em relação ao Estado Novo, percebemos uma queda nos trabalhos selecionados, foram 23. Em nossa sub tabela temática tivemos mais uma vez maior incidência na questão da *Nacionalização do Ensino* com quatro trabalhos, porém desta vez ao lado da questão do *Educação Rural*, também com quatro trabalhos.

Tendo em vista essas duas temáticas com maior incidência na sub tabela temática (*Nacionalização do Ensino e Educação Rural*) podemos identificar mais uma vez a questão do estudo local ascendendo como possibilidade de investigação na História da Educação, agora, aparecendo em todas as oito pesquisas.

Quadro 4 – Quantidade de trabalhos apresentados no IV Congresso Brasileiro de História da Educação com a temática central Estado Novo (Continua)

Título do artigo	Eixo em que se encontra	Temas	Estudos Locais ou Nacionais	Estados de onde a pesquisa fala ou de onde ela é produzida
O ensino secundário nas Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema: um olhar sobre a organização do currículo escolar	Políticas educacionais e movimentos sociais	Ensino Secundário	Nacional	SP
Historiando a Educação rural no município de Uberlândia através da escola fazenda pontal – 1933 a 1945	Políticas educacionais e movimentos sociais	Educação Rural	Local	MG
O Ensino Industrial no Estado Novo (1939-1942)	Políticas educacionais e movimentos sociais	Ensino Industrial	Nacional	RJ
Ensino Religioso: sua trajetória na Educação brasileira	Políticas educacionais e movimentos sociais	Educação e Igreja	Nacional	MG
A inspeção escolar e a nacionalização no Estado Novo: políticas e práticas pedagógicas nas escolas primárias	História da profissão docente e das Instituições escolares	Nacionalização do Ensino	Local	PR
A miséria oculta sob o sagrado: a outra face do magistério revelada pela imprensa mineira no período de 1930-1945	História da profissão docente e das Instituições escolares	Identidade e Formação Docente	Local	MG
Do curso de datilografia aos cursos de comércio (propedêutico e contador): a criação do instituto comercial São José (Curitiba, 1942-1943)	História da profissão docente e das Instituições escolares	Ensino Comercial	Local	PR
Escolas profissionalizantes no contexto das políticas do início do século XX	História da profissão docente e das Instituições escolares	Ensino Profissionalizante	Local	PR
Escolas Rurais e alfabetização em Mato Grosso: aspectos de uma trajetória nas décadas de 1930-1940	História da profissão docente e das Instituições escolares	Educação Rural	Local	MT
História da Educação	História da profissão	Educação Rural	Local	MG

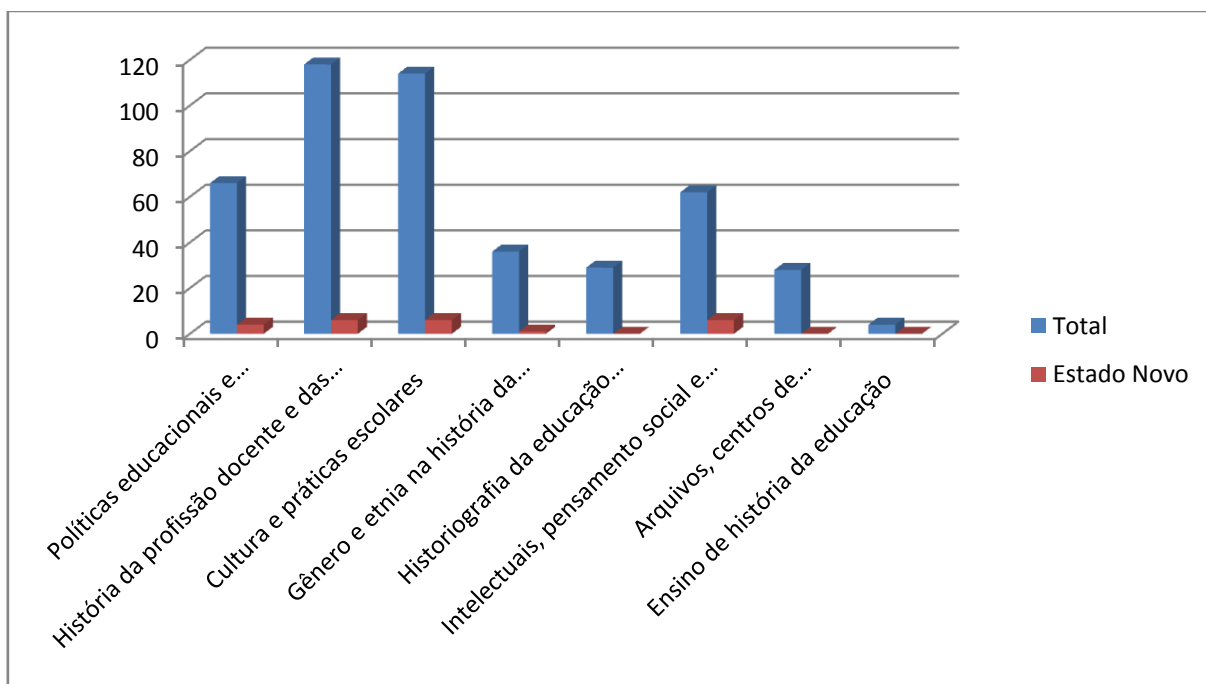
Rural nas imagens: escola Cruzeiro dos Peixotos (Uberlândia/MG – 1933-1959)	docente e das Instituições escolares			
(Re)construindo a história do Ensino Rural em Uberlândia – Escola Usina Ribeiro (Fazenda Santa Tereza): 1936-1950	Cultura e Práticas escolares	Educação Rural	Local	MG
A inspeção escolar como forma de controle no Estado Novo: uma contribuição às origens da gestão da Educação	Cultura e Práticas escolares	Controle e Administração da Educação	Local	SC
Estratégias educacionais e disciplinares de um ginásio marista durante a nacionalização brasileira (1938-1945)	Cultura e Práticas escolares	Nacionalização do Ensino	Local	SC
Festividades cívicas em Minas Gerais (1937-1945): escola, culturas e práticas	Cultura e Práticas escolares	Cultura Cívica	Local	MG
O canto orfeônico em revista: Minas Gerais (1932 - 1938)	Cultura e Práticas escolares	Ensino de Música	Local	MG
Processo de homogeneização cultural em Santa Catarina via canto Orfeônico durante a ditadura Vargas	Cultura e Práticas escolares	Ensino de Música	Local	SC
A importância da escolaridade da identidade étnica nas escolas de imigrantes alemães em Curitiba	Gênero e etnia na história da educação brasileira	Nacionalização do Ensino	Local	PR
A Educação para o instituto de organização racional do trabalho (1932-1946)	Intelectuais, pensamento social e Educação	Educação e Trabalho	Local	SP
As “Semanas educacionais” por uma escola nova catarinense: formação do docente e modernização do ensino	Intelectuais, pensamento social e Educação	Identidade e Formação Docente	Local	SC
Arthur Ramos e os estudos sobre a criança problema (Rio de Janeiro 1930-1940)	Intelectuais, pensamento social e Educação	Educação e Saúde	Local	RJ
Antonio Boaventura da Silva e a Educação Física: o intelectual e seu pensamento na década de 1940	Intelectuais, pensamento social e Educação	Ensino de Educação Física	Local	SP

Igreja católica e Estado Novo: reflexões sobre a aliança em torno da educação e da proteção à família a partir do periódico “Ordem”	Intelectuais, pensamento social e Educação	Educação e Igreja	Nacional	RJ
O papel da Educação na fronteira sul de Mato Grosso: a crítica de José de Melo e Silva ao regionalismo e às políticas de nacionalização do Estado Novo (1937-1945)	Intelectuais, pensamento social e Educação	Nacionalização do Ensino	Local	MS

Fonte: Elaborado pelo autor (Informações retiradas dos Anais do IV Congresso de História da Educação)

Outro destaque se dá nos trabalhos distribuídos em diferentes eixos tem relação com o currículo, a cultura cívica e o projeto de homogeneização (que pela primeira vez aparece com esse termo). A ênfase no ensino rural aparece ao lado do interesse pelo estudo da formação e profissão docente, bem como do estudo de alguns ideólogos, como Artur Ramos e seu estudo sobre a criança problema (com a ressalva este estudo extrapola o Estado Novo, já que Artur Ramos atuou na Diretoria de Instrução Pública do Rio de Janeiro, na gestão de Anísio Teixeira). As instituições de formação de professores se mantêm como tema de interesse, que também se expressa no estudo dos mecanismos de inspeção, controle e coerção sobre o sistema público de ensino.

Gráfico 4 – Proporção entre o total de trabalhos apresentados no IV Congresso Brasileiro de História da Educação e trabalhos apresentados com a temática do Estado Novo



Fonte: Elaborado pelo autor (Dados retirados do IV Congresso Brasileiro de História da Educação)

Tabela 4 – Temáticas preferenciais dos trabalhos sobre o Estado Novo, IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006

Temas	Total
Nacionalização do Ensino	4
Educação Rural	4
Identidade e Formação Docente	2
Educação e Igreja	2
Ensino de Música	2
Cultura Cívica	1
Educação e Saúde	1
Educação e Trabalho	1
Ensino de Educação Física	1
Ensino Profissionalizante	1
Ensino Comercial	1
Ensino Industrial	1
Controle e Administração da Educação	1

Ensino Secundário	1
Total Geral	23

Fonte: Elaborada pelo autor (Dados retirados do IV Congresso Brasileiro de História da Educação)

Já a tabela que destaca as áreas temáticas revela a prioridade atribuída, também, à formação profissional – por meio do ensino profissionalizante, comercial, industrial e secundário, - assim como na temática intitulada por nós como *educação e trabalho*. As temáticas da nacionalização do ensino e da educação rural, seguem sendo dominantes.

V CBHE (2008 – Aracajú/SE – UFS e UNIT)

Chegamos ao VCBHE, e a região nordeste foi a escolhida para o debate histórico educacional. Realizado em Aracajú/SE no ano de 2008 o Congresso teve como temática central *O Ensino e a Pesquisa em História da Educação* reunindo oito eixos. São eles: *História da profissão docente e das instituições escolares formadoras* (95); *O ensino de História da Educação* (13); *Fontes e métodos em História da Educação* (67); *Cultura e práticas escolares e educativas* (146); *Currículo, disciplinas e instituições escolares* (83); *Historiografia da educação brasileira e história comparada* (23); *Movimentos sociais, geração, gênero e etnia na História da Educação* (64) e; *Políticas educacionais, intelectuais da Educação e pensamento pedagógico* (143).

Em relação ao nosso recorte temporal, foram escolhidos 31 artigos e, olhando para nossa sub tabela temática podemos perceber ainda a questão da *Nacionalização do Ensino* como questão mais apreciada pela historiografia da História da Educação. No entanto, por uma pequena vantagem, a perspectiva nacional foi privilegiada quando o assunto foi a nacionalização do ensino com 3 textos em um viés nacional em detrimento de 2 textos locais.

Porém, quando olhamos a tabela por completo ainda podemos perceber a alta ocorrência do estudo local com 22 textos enquanto os estudos nacionais foram apenas 9. Destaca-se que desde o ano de 2000 em sua primeira edição – 231 trabalhos – até o ano de 2008 – 783 trabalhos – houve um crescimento substancial na quantidade de trabalhos

aprovados, sinalizando a legitimação conferida ao evento pelo campo da História da Educação.

Quadro 5 – Quantidade de trabalhos apresentados no V Congresso Brasileiro de História da Educação com a temática central Estado Novo (Continua)

Título do artigo	Eixo em que se encontra	Temas	Estudos Locais ou Nacionais	Estados de onde a pesquisa fala ou de onde ela é produzida
Apontamentos sobre duas associações docentes de Pelotas, nas décadas de 1930 e 1940	Historia da Profissão docente e das Instituições Escolares Formadoras	Identidade e Formação Docente	Local	RS
A formação docente para implantação das escolas rurais em Sergipe nas décadas de 1940 E 1950	Historia da Profissão docente e das Instituições Escolares Formadoras	Identidade e Formação Docente	Local	SE
Economia doméstica no Atheneu sergipense: o corpo docente da cadeira na década de 1940	Historia da Profissão docente e das Instituições Escolares Formadoras	Identidade e Formação Docente	Local	SE
Educação rural: impresso oficial para o fortalecimento da escola pública rural	Historia da Profissão docente e das Instituições Escolares Formadoras	Educação Rural	Local	RS
Magistério nas escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul, 1900-1939	Historia da Profissão docente e das Instituições Escolares Formadoras	Identidade e Formação Docente	Local	RS
Profissão docente e organização das relações trabalhistas no Brasil (1930-1945)	Historia da Profissão docente e das Instituições Escolares Formadoras	Educação e Trabalho	Nacional	RJ
Livros escolares: iconografia e discurso nacionalista do Estado Novo	Fontes e Métodos em História da	Nacionalização do Ensino	Nacional	MG

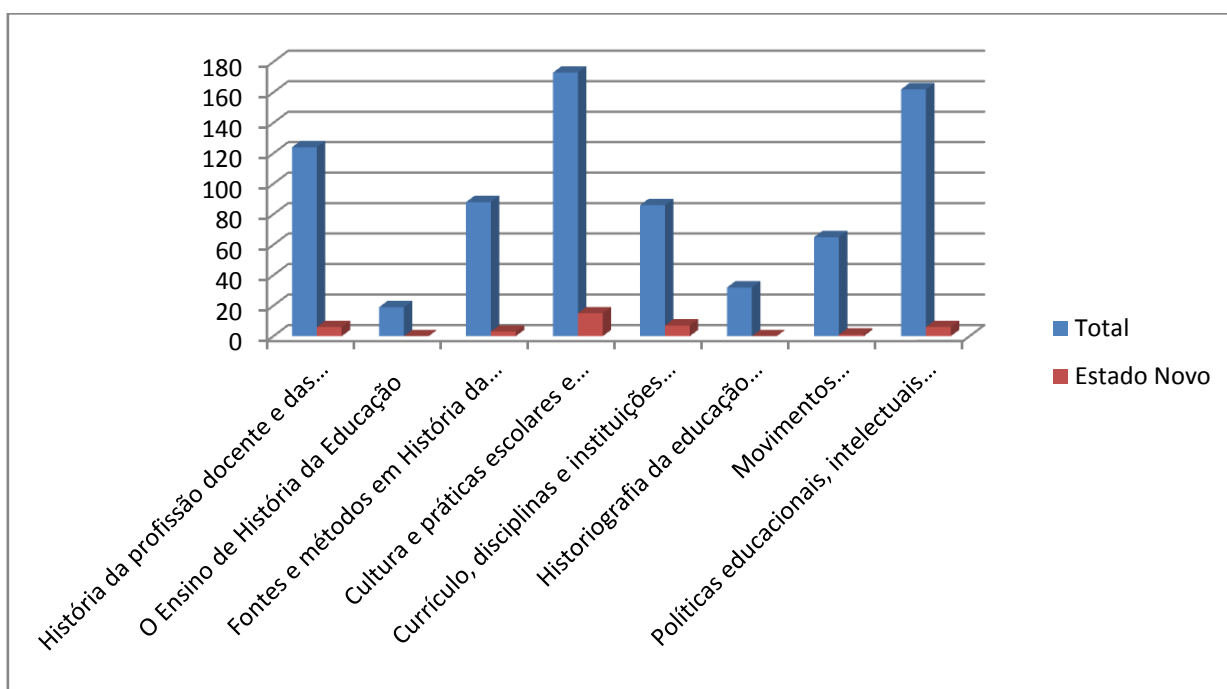
	Educação			
O saber e o credo: os intelectuais católicos E a doutrina da Escola Nova (1924-1940)	Fontes e Métodos em História da Educação	Educação e Igreja	Nacional	RJ
Imprensa e educação: um estudo sobre a educação em Uberlândia através do jornal “A tribuna” (1930 – 1942)	Fontes e Métodos em História da Educação	Imprensa Pedagógica	Local	MG
“Filha do sol do equador, Piauí terra querida...”.	Cultura e Práticas Escolares e Educativas	Ensino de Música	Local	PI
Práticas escolares e fabricação do ruralismo Pedagógico na escrita do jornal escolar o Lavrador	Cultura e Práticas Escolares e Educativas	Educação Rural	Local	CE
O “perigo” do estrangeiro: ações e práticas nacionalizantes no ensino primário durante o Estado Novo	Cultura e Práticas Escolares e Educativas	Nacionalização do Ensino	Nacional	MG
Relações entre educação, família e infância em discursos da imprensa escrita uberlandense no Estado Novo (1937-1945)	Cultura e Práticas Escolares e Educativas	Imprensa Pedagógica	Local	MG
Festas escolares: estratégia para a formação da sociedade	Cultura e Práticas Escolares e Educativas	Cultura Cívica	Local	SP
Devoção à deus e à pátria: elementos da cultura Escolar das escolas polonesas e ucrâneas do Paraná	Cultura e Práticas Escolares e Educativas	Nacionalização do Ensino	Local	PR
Construindo corpos hígidos: As escolas paulistas do SENAI (1942-1955).	Cultura e Práticas Escolares e Educativas	Educação e Saúde	Local	SP
A didatização do moderno em obras educativas de literatura infanto-juvenil dos anos 1930 e 1940 no Brasil: a contribuição de Érico Veríssimo e Cecília Meireles	Cultura e Práticas Escolares e Educativas	Livro Didático	Nacional	RS
“Obediência com independência, respeito sem subserviência”: a formação de contadoras (católicas) em Curitiba	Currículo, Disciplinas e Instituições Escolares	Educação e Igreja	Local	PR
História da escola rural Santa Tereza	Currículo, Disciplinas e	Educação Rural	Local	MG

(Uberlândia/ MG, 1934 A 1953)	Instituições Escolares			
Ensino agrícola na Era Vargas: o currículo prescrito da escola de iniciação agrícola Manoel Barata-Outeiro-PA	Currículo, Disciplinas e Instituições Escolares	Ensino Agrícola	Local	PA
A disciplina no ensino secundário brasileiro no período de 1930 à 1945	Currículo, Disciplinas e Instituições Escolares	Ensino Secundário	Nacional	PR
O processo de escolarização no Estado moderno: singularidades do grupo escolar Dom José Gaspar em Ibiá, MG (1930 – 1945)	Currículo, Disciplinas e Instituições Escolares	Nacionalização do Ensino	Local	MG
A Educação Física na rede escolar sergipana: uma disciplina que se institui (1931-1947)	Currículo, Disciplinas e Instituições Escolares	Ensino de Educação Física	Local	SE
Entre a prescrição e a prática: revisitando as experiências vividas em uma escola de imigrantes italianos, o colégio Marconi em Belo Horizonte (1936-1945)	Currículo, Disciplinas e Instituições Escolares	Cultura Escolar	Local	MG
Movimento estudantil em Sergipe: secundaristas no esforço de guerra contra o nazi-fascismo (1942-1943)	Movimentos sociais, geração, gênero e etnia na História da Educação	Ensino Secundário	Local	SE
Estado Novo e igreja católica: reflexões sobre a Educação e a família a partir do periódico a ordem	Políticas educacionais, intelectuais da Educação e Pensamento Pedagógico	Educação e Igreja	Nacional	RJ
Educação profissional do Brasil Império à Reforma Capanema: dicotomia na Educação e na sociedade brasileira	Políticas educacionais, intelectuais da Educação e Pensamento Pedagógico	Ensino Profissional	Nacional	RJ
Práticas educativas e intolerância: Educação na “Era Vargas” (1930-1945)	Políticas educacionais, intelectuais da Educação e Pensamento Pedagógico	Nacionalização do Ensino	Nacional	MG
Discursos do poder, política educacional e os livros didáticos de leitura no Rio Grande do Sul (1930/1945)	Políticas educacionais, intelectuais da Educação e Pensamento	Livro Didático	Local	RS

	Pedagógico			
O ensino rural em Uberlândia-M.G. nos anos de 1931 a 1945	Políticas educacionais, intelectuais da Educação e Pensamento Pedagógico	Educação Rural	Local	MG
A revista "oeste": seus intelectuais, a organização da cultura e modernidade em Goiás (1942-1944)	Políticas educacionais, intelectuais da Educação e Pensamento Pedagógico	Imprensa Pedagógica	Local	GO

Fonte: Elaborado pelo autor (Informações retiradas dos Anais do V Congresso de História da Educação)

Gráfico 5 – Proporção entre o total de trabalhos apresentados no V Congresso Brasileiro de História da Educação e trabalhos apresentados com a temática do Estado Novo



Fonte: Elaborado pelo autor (Dados retirados do V Congresso Brasileiro de História da Educação)

Tabela 5 – Temáticas preferenciais dos trabalhos sobre o Estado Novo, V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008 (Continuação)

Temas	Total
Nacionalização do Ensino	5
Educação Rural	4

Identidade e Formação Docente	4
Educação e Igreja	3
Imprensa Pedagógica	3
Ensino Secundário	2
Livro Didático	2
Cultura Cívica	1
Cultura Escolar	1
Educação e Saúde	1
Educação e Trabalho	1
Ensino Agrícola	1
Ensino de Educação Física	1
Ensino de Música	1
Ensino Profissional	1
Total Geral	31

Para não ficarmos nos repetindo, apenas vamos acrescentar que o interesse pelo estudo da formação e das identidades docentes cresceu, pareando com o interesse pelo estudo dos processos de nacionalização do ensino e do ensino rural. É bom lembrar, também, que o interesse sempre vem permeado pelas temáticas “quentes” do estudo do período, aquelas que estão em voga no momento estudado, fazendo com que as questões colocadas pelos pesquisadores passem pelo filtro do que aquele regime, aquele contexto particular permitem investigar.

VI CBHE (2011 – Vitória/ES- UFES)

No VI CBHE, que foi realizado na cidade de Vitória/ES, percebemos o início de um movimento de padronização dos eixos para os congressos posteriores. A temática central deste congresso girou em torno das *Invenções, Tradições e Escritas da História da Educação no Brasil* onde tivemos nove eixos à saber: *Etnias e Movimentos Sociais (43)*; *História das Instituições e Práticas Educativas (225)*; *História das Culturas e Disciplinas Escolares (54)*; *História da Profissão Docente (75)*; *Impressos, Intelectuais e História da Educação (154)*;

Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira (98); O Ensino de História da Educação (11); Fontes e Métodos em História da Educação(55) e; Patrimônio educativo e cultura material escolar (27).

Neste congresso tivemos um total de 742 trabalhos aceitos, porém, apenas 21 elegidos que atendessem as nossas pretensões. Sendo que destes 21 trabalhos, olhando para tabela, seis preferiram a temática da *Nacionalização do Ensino* e desses seis, quatro optaram pelos estudos do local. Até aqui isso nos indica uma preocupação da historiografia da História da Educação em revisar tal nacionalização do ensino contextualizando-a com características locais percebidas. No geral, os estudo locais deram o tom da pesquisa em 14 oportunidades enquanto os estudos nacionais apareceram apenas na metade, em sete vezes.

Quadro 6 – Quantidade de trabalhos apresentados no VI Congresso Brasileiro de História da Educação com a temática central Estado Novo (Continuação)

Título do artigo	Eixo em que se encontra	Temas	Estudos Locais ou Nacionais	Estados de onde a pesquisa fala ou de onde ela é produzida
As instituições de ensino secundário em Campo Grande: sul do Estado de Mato Grosso (1910-1940)	História das Instituições e Práticas Educativas	Nacionalização do Ensino	Local	MS
O ensino primário e as práticas educativas em Minas Gerais: trabalho, nação e intolerância (1930-1954)	História das Instituições e Práticas Educativas	Educação e Trabalho	Local	MG
A escola normal oficial do Piauí e suas contribuições para a sacralização da memória cívica	História das Instituições e Práticas Educativas	Cultura Cívica	Local	PI
Os Grupos Escolares e as Escolas Rurais paraibanas: palco da moral, do civismo e do nacionalismo durante o Estado Novo (1937-1945)	História das Instituições e Práticas Educativas	Cultura Cívica	Local	PB
Docentes e práticas escolares na escola japonesa de Santos (1930 – 1943)	História das Instituições e Práticas Educativas	Nacionalização do Ensino	Local	SP

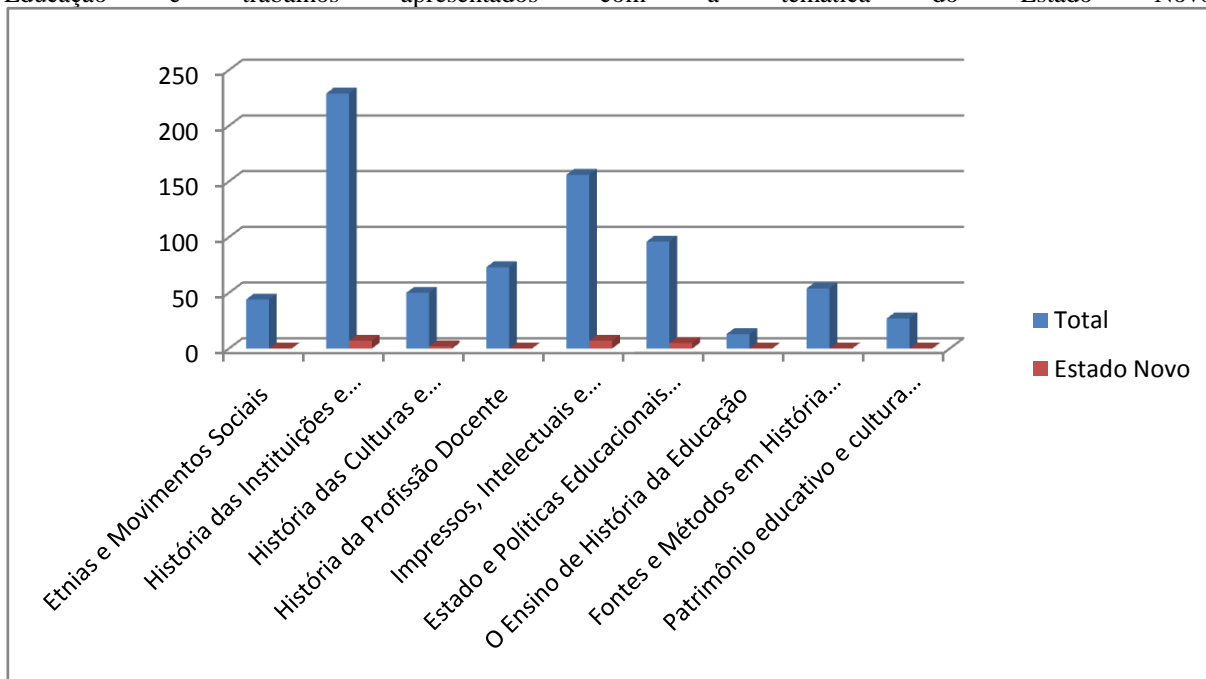
Em traços de modernidade: a história e a memória do grupo escolar “HUGO SIMAS” (Londrina-PR, 1937- 1972)	História das Instituições e Práticas Educativas	Memória	Local	PR
Grupos escolares: espaços de educação e instrução para crianças negras? (PERNAMBUCO, 1911-1940)	História das Instituições e Práticas Educativas	Cultura Escolar	Local	PE
Iniciação musical e canto orfeônico: reflexões sobre a educação musical nas escolas públicas durante o período do Estado Novo	História das Culturas e Disciplinas Escolares	Ensino de Música	Nacional	RJ
O ensino primário no Rio Grande do Norte (1937-1945)	História das Culturas e Disciplinas Escolares	Ensino Primário	Local	RN
A saúde do espírito: um manual de orientação médico para pais e professores (Rio de Janeiro 1930-1940).	Impressos, Intelectuais e História da Educação	Educação e Saúde	Local	RJ
Imprensa Escolar: uma demonstração de patriotismo no Estado Novo	Impressos, Intelectuais e História da Educação	Imprensa Pedagógica	Local	PR
O discurso de Azevedo Amaral durante o Estado Novo	Impressos, Intelectuais e História da Educação	Intelectuais e Educação	Nacional	SP
Americanismo na educação física brasileira: circulação e apropriação de modelos pedagógicos (1932 - 1945)	Impressos, Intelectuais e História da Educação	Imprensa Pedagógica	Nacional	ES
Ruralismo pedagógico: SudMennucci e a escola normal rural de Juazeiro do Norte	Impressos, Intelectuais e História da Educação	Educação Rural	Local	CE
Hollanda Loyola, educação e educação física: reflexões pedagógicas e prescrições educacionais (1932-1944)	Impressos, Intelectuais e História da Educação	Ensino de Educação Física	Nacional	ES

A higienização da família e da infância na imprensa de Uberlândia (MG) do Estado Novo	Impressos, Intelectuais e História da Educação	Imprensa Pedagógica	Local	MG
"A lição da mocidade reta": um olhar sobre o projeto educacional do Estado Novo (biografias de Getúlio Vargas para a juventude)	Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira	Nacionalização do Ensino	Nacional	RJ
Ser estrangeiro em seu próprio país: o desconhecimento da língua nacional nas escolas étnicas do Paraná	Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira	Nacionalização do Ensino	Local	PR
A política educacional do Governo Vargas: nacionalização do ensino em suas dimensões de controle político-cultural	Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira	Nacionalização do Ensino	Nacional	SC
As escolas isoladas no oeste catarinense: uma questão de nacionalização (1935-1945)	Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira	Nacionalização do Ensino	Local	SC
A Reforma Orgânica do ensino industrial de 1942: caminhos de sedimentação de um novo modelo de formação profissional no Brasil.	Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira	Ensino Industrial	Nacional	RJ

Fonte: Elaborado pelo autor (Informações retiradas dos Anais do VI Congresso de História da Educação)

O interesse pelo estudo das reformas orgânicas do ensino aparece, com esse título, pela primeira vez, ao longo da realização dos CBHEs. O interessante notar que este era um tema clássico, ligado ao estudo da educação no Estado. Isso expressa uma concepção de história da educação que se limita, praticamente ao estudo da legislação. Contudo, o abandono do estudo da legislação não se justifica, tendo em vista as possibilidades de novas combinações temáticas e de novas abordagens teórico-metodológicas para esta questão.

Gráfico 6 – Proporção entre o total de trabalhos apresentados no VI Congresso Brasileiro de História da Educação e trabalhos apresentados com a temática do Estado Novo



Fonte: Elaborado pelo autor (Dados retirados do VI Congresso Brasileiro de História da Educação)

Tabela 6 – Temáticas preferenciais dos trabalhos sobre o Estado Novo, VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011

Temas	Total
Nacionalização do Ensino	6
Imprensa Pedagógica	3
Cultura Cívica	2
Cultura Escolar	1
Educação e Trabalho	1
Educação e Saúde	1
Ensino de Educação Física	1
Ensino Industrial	1
Ensino de Música	1
Ensino Primário	1
Educação Rural	1
Intelectuais e Educação	1
Memória	1
Total Geral	21

Fonte: Elaborada pelo autor (Dados retirados do VI Congresso Brasileiro de História da Educação)

A tabela reafirma o interesse pelo estudo, bem como a ênfase que o Estado Novo atribuiu ao ensino de algumas disciplinas como a Música e a Educação Física, já que estas lhe garantiam bons espetáculos públicos nas festividades cívicas com a participação de escolares extremamente bem treinados para sensibilizar o gosto estético, a emoção e a apreciação da ordem e disciplina que os eles exibiam nessas ocasiões. Tais exposições públicas em solenidades cívicas garantiam um lugar privilegiado nas rotinas escolares, na agenda das famílias e na própria movimentação urbana, levando em última instância, à legitimação do regime.

VII CBHE (2013- Cuiabá/MT – UFMT)

Em sua sétima edição o CBHE 2013 foi realizado em Cuiabá, no Mato Grosso com a temática central *Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil*. Questão esta que é amplamente discutida pela historiografia da História da Educação mato-grossense, assim, criando um diálogo da questão com o restante dos associados presentes.

Num total de dez eixos temáticos: *Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira; Etnias e Movimentos Sociais; Fontes e Métodos em História da Educação; História da Educação das Crianças- Jovens e Adultos no Brasil; História da Profissão Docente; História das Culturas e Disciplinas Escolares; História das Instituições e Práticas Educativas; Impressos- Intelectuais e História da Educação; O ensino de História da Educação; Patrimônio educativo e Cultura Material Escolar*. Nesse CD-Rom, nós não encontramos a quantidade total de trabalhos inscritos por eixo, o que inviabilizará uma análise feita com base nessa informação.

Segundo a tabela temática deste congresso, podemos afirmar que a *Nacionalização do Ensino* é a temática que teve mais relevância até o momento nesse movimento de interpretação do regime varguista com seis textos selecionados. Forte incidência também

encontramos nas perspectivas locais de estudo com relação às nacionais. Num total de 42 trabalhos, 31 se dedicaram à questões locais e 11 à questões nacionais.

Quadro 7 – Quantidade de trabalhos apresentados no VII Congresso Brasileiro de História da Educação com a temática central Estado Novo (Continuação)

Título do artigo	Eixo em que se encontra	Temas	Estudos Locais ou Nacionais	Estados de onde a pesquisa fala ou de onde ela é produzida
A avaliação de rendimento como um aspecto da política educacional de Amaral Peixoto para o antigo estado Rio de Janeiro nas décadas de 1940 e 1950	Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira	Avaliação do Ensino	Local	RJ
A Educação profissional no Brasil: os meandros de sua formação com a atuação do Estado	Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira	Ensino Profissional	Nacional	SP
A formação inicial dos professores fluminenses – a política de formação do antigo estado do Rio durante o governo do comandante Amaral Peixoto (1937 a 1945 / 1951 a 1954)	Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira	Identidade e Formação Docente	Local	RJ
Controle estatal para nacionalizar a infância no Paraná no início do século XX	Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira	Nacionalização do Ensino	Local	PR
Ampliação e modernização do sistema de ensino primário no interior do Maranhão	Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira	Ensino Primário	Local	MA
Desvelando os exames de admissão ao ginásio na educação paranaense	Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira	Ensino Ginásial	Local	PR
Cultura política, Estado Novo e Educação: o ensino	Estado e políticas	Ensino Agrícola	Local	MG

agrícola em Minas Gerais a partir da inauguração da fazenda-escola de Florestal-MG.	educacionais na História da Educação brasileira			
Escolas étnicas ucranianas e polonesas no Paraná: entre a legalidade e a manutenção da identidade étnica	Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira	Nacionalização do Ensino	Local	PR
Expansão e modalidades de escola primária rural no estado do Paraná: iniciativas de governos estadual e federal de 1930-1960	Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira	Ensino Primário	Local	PR
O plano nacional de Educação de 1936/1937	Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira	Organização do Ensino	Nacional	MG
Para uma genealogia da escola primária rural: entre o espaço e a configuração pedagógica (São Paulo, 1889 – 1947)	Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira	Educação Rural	Local	SP
Produções cinematográficas de Mazaropi e sua contribuição Para a História e a historiografia da Educação brasileira	Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira	Nacionalização do Ensino	Nacional	MG
Um gauche nos trópicos: a ação política de Carlos Drummond de Andrade no Ministério da Educação e Saúde Pública nos anos 1934 a 1945	Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira	Intelectuais e Educação	Nacional	RJ
Hollanda Loyola e a ação integralista brasileira: elaboração de um plano nacional de educação física na década de 1930	Etnias e Movimentos Sociais	Intelectuais e Educação	Nacional	SP
Imigração e Educação no Paraná: o que diziam as mensagens oficiais dos governadores à Assembleia Legislativa, da década de trinta à década de cinquenta	Fontes e Métodos em História da Educação	Nacionalização do Ensino	Local	PR
Instituições de ensino	Fontes e	Ensino	Local	MS

secundário no contexto das Reformas Educacionais brasileiras: os ginásios em Campo Grande, sul do estado de Mato Grosso (1920-1949)	Métodos em História da Educação	Secundário		
A infância e sua Educação na Bahia: especificidades do Recôncavo Fumageiro	História da Educação das crianças-jovens e adultos no Brasil	Representação da Infância	Local	BA
Juventude e Escola Nova durante a Era Vargas	História da Educação das crianças-jovens e adultos no Brasil	Juventude e Educação	Nacional	MG
Muitos fios e poucas opções: a profissão docente em Araguari No Estado Novo	História da Profissão Docente	Identidade e Formação Docente	Local	MG
O conservatório nacional de canto orfeônico como instituição modelo e a experiência no Paraná	História da Profissão Docente	Ensino de Música	Local	PR
Por uma história da profissão docente vista de baixo: modos de educar, práticas escolares e cultura escolar no território sul sergipano (1930-1950)	História da Profissão Docente	Identidade e Formação Docente	Local	SE
A matemática do colégio: livros didáticos e história de uma disciplina escolar	Historia das culturas e disciplinas escolares	Livro Didático	Nacional	SP
A matemática na disciplina de metodologia e prática do ensino na escola normal Caetano de Campos	Historia das culturas e disciplinas escolares	Currículo	Local	SP
Aritmética e geometria da escola primária paranaense na Década de 1940: da legislação aos livros didáticos	Historia das culturas e disciplinas escolares	Livro Didático	Local	PR
Literatura infantil: de saber comum à invenção como Disciplina	Historia das culturas e disciplinas escolares	Identidade e Formação Docente	Nacional	PR
A inserção do rádio educativo na modernidade	Historia das instituições e	Identidade e Formação	Nacional	MG

brasileira: a Universidade do ar em questão	práticas educativas	Docente		
A educação física no colégio estadual do Espírito Santo (1943-1957)	Historia das instituições e práticas educativas	Ensino de Educação Física	Local	ES
A formação do cidadão: moralidade laica nas práticas educativas do grupo escolar “João dos santos” (São João Del-Rei, Minas Gerais, 1930-1946)	Historia das instituições e práticas educativas	Imprensa Pedagógica	Local	MG
A implantação e expansão da escola normal no sul do Mato Grosso (1930-1970)	Historia das instituições e práticas educativas	Escola Normal	Local	MS
A volta da Companhia de Jesus ao nordeste do Brasil e a civilidade católica das instituições educativas dos Jesuítas portugueses no Ceará entre a Primeira República e o Estado Novo	Historia das instituições e práticas educativas	Educação e Igreja	Local	CE
Esquerda e folha acadêmica compondo a história do ensino superior do Maranhão: impressos estudantis lugares de memória	Historia das instituições e práticas educativas	Memória	Local	MA
Implementação e expansão de instituições auxiliares do Ensino nos grupos escolares paraibanos durante o Estado Novo (1937-1945)	Historia das instituições e práticas educativas	Nacionalização do Ensino	Local	PB
Escola primária em Goiás (1930-1960): entre cidades e fazendas, a escolarização como dispositivo de integração nacional	Historia das instituições e práticas educativas	Nacionalização do Ensino	Local	GO
Postos de puericultura: educação e saúde de mães e filhos (Curitiba 1940 – 1942)	Historia das instituições e práticas educativas	Educação e Saúde	Local	PR
A prática educativa em instituições primárias (Santa Catarina, 1911-1945): “tradicional” ou “escolanovista”?	Historia das instituições e práticas educativas	Ensino Primário	Local	SC
Alimentação Escolar e	Historia das	Educação e	Local	PR

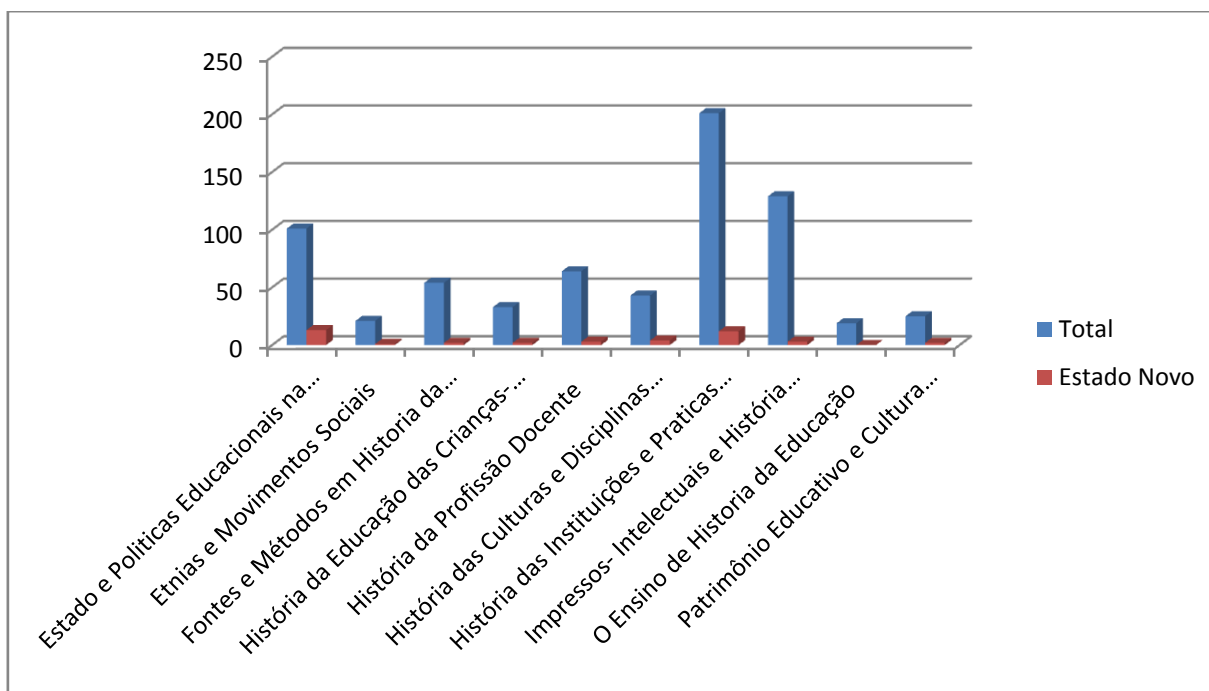
Educação Física num Colégio Interno Masculino na Década de 40: um remédio universal capaz de eliminar muitos males	instituições e práticas educativas	Igreja		
Traços da cultura escolar e história do educandário Nossa Senhora aparecida (Ipameri/GO – 1936 a 1969)	Historia das instituições e práticas educativas	Cultura Escolar	Local	GO
Arthur Ramos e Durval Marcondes: higiene mental, psicanálise e medicina aplicadas à educação nacional (1930-1950)	Impressos-intelectuais e Historia da Educação	Intelectuais e Educação	Nacional	SP
Uma análise do discurso sobre os negros no livro escolar de História do Brasil “nossa pátria” de Rocha Pombo, editado de 1917 a 1970	Impressos-intelectuais e Historia da Educação	Livro Didático	Nacional	MG
Liga pró-lingua nacional e a construção da nacionalidade no jornal escolar a criança brasileira (Santa Catarina, 1942-1950)	Impressos-intelectuais e Historia da Educação	Imprensa Pedagógica	Local	SC
As transformações urbanas em Cuiabá-MT na gestão de Júlio Strübingmüller e a formação do cidadão cuiabano para a modernidade (1937-1945)	Patrimônio educativo e cultura material escolar	Modernização Urbana	Local	MT
As línguas vivas em uma escola para meninas: tecendo a história do currículo nas entrelinhas das materialidades escolares (1934-1961)	Patrimônio educativo e cultura material escolar	Ensino Secundário	Local	MS

Fonte: Elaborado pelo autor (Informações retiradas dos Anais do VII Congresso de História da Educação)

Complementando a confirmação de grandes temáticas no estudo do Estado Novo, aparecem com maior força, as temáticas ligadas a um ideal higienista, à preocupação com a saúde dos escolares com a instalação de postos de puericultura em Curitiba, como com a higiene mental, por meio da análise do pensamento de Artur Ramos e Durval Marcondes. Menciona-se, também, as práticas de nacionalização da infância, bem como a questão étnica

tem lugar no estudo sobre as representações da população negra nos livros didáticos e no estudo da imigração ucraniana polonesa focalizando as escolas técnicas criadas com vistas a preservar a identidade étnica desses povos.

Gráfico 7 – Proporção entre o total de trabalhos apresentados no VII Congresso Brasileiro de História da Educação e trabalhos apresentados com a temática do Estado Novo



Fonte: Elaborado pelo autor (Dados retirados do VII Congresso Brasileiro de História da Educação)

Tabela 7 – Temáticas preferenciais dos trabalhos sobre o Estado Novo, VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013 (Continuação)

Temas	Total
Nacionalização do Ensino	6
Identidade e Formação Docente	5
Ensino Primário	3
Intelectuais e Educação	3
Livro Didático	3
Educação e Igreja	2
Ensino Secundário	2
Imprensa	2

Pedagógica	
Avaliação do Ensino	1
Cultura Escolar	1
Currículo	1
Educação e Saúde	1
Ensino Agrícola	1
Ensino de Educação Física	1
Ensino Ginásial	1
Ensino de Música	1
Ensino Profissional	1
Educação Rural	1
Juventude e Educação	1
Memória	1
Modernização Urbana	1
Organização do Ensino	1
Representação da Infância	1
Total Geral	42

Fonte: Elaborada pelo autor (Dados retirados do VII Congresso de História da Educação)

VIII CBHE (2015 – Maringá/PR – UEM)

Chegamos a última edição de CBHE a ser analisada, a VIII que foi realizada na cidade de Maringá, no estado do Paraná em 2015. Com a temática central girando em torno da *História da Educação: matrizes interpretativas e internacionalização*, totalizando 688 propostas de comunicações individuais aceitas, sendo dez eixos articulados a essa proposta central. São eles: *Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira*; *Etnias e Movimentos Sociais na História da Educação*; *Fontes e Métodos em História da Educação*; *História da Educação das Crianças, Jovens e Adultos no Brasil*; *História da Profissão Docente*; *História das Culturas e Disciplinas Escolares*; *História das Instituições e Práticas*

Educativas; Impressos, Intelectuais e História da Educação; O Ensino de História da Educação e; Patrimônio Educativo e Cultura Material Escolar.

Nesse Congresso, também, nós não encontramos informação sobre a quantidade total de trabalhos inscritos por eixo, o que inviabilizará uma análise feita com base nessa informação.

Neste evento, as tabelas temáticas nos indicam a reafirmação da *Nacionalização do Ensino* como temática de grande relevância ao estudo do Estado Novo e indica a *Educação Feminina* como uma temática “nova” no debate estado-novista. Enquanto os estudos do local continuaram a apresentar uma certa supremacia perante aos estudos de questões nacionais.

Quadro 8 – Quantidade de trabalhos apresentados no VIII Congresso Brasileiro de História da Educação com a temática central Estado Novo (Continuação)

Título do artigo	Eixo em que se encontra	Temas	Estudos Locais ou Nacionais	Estados de onde a pesquisa fala ou de onde ela é produzida
A Educação rural no Estado Novo em Pernambuco (1937-1945)	Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira	Educação Rural	Local	PE
Disputas que envolveram o serviço sanitário paulista entre a República Velha e o Estado Novo	Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira	Educação e Saúde	Local	SP
Escola estadual 26 de agosto em Campo Grande - MS: constituição, organização e funcionamento no contexto das políticas educacionais (1936-1982)	Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira	Nacionalização do Ensino	Local	MS
Políticas educacionais e renovação educacional na escola primária de Santa Catarina (1911-	Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira	Escola Primária	Local	SC

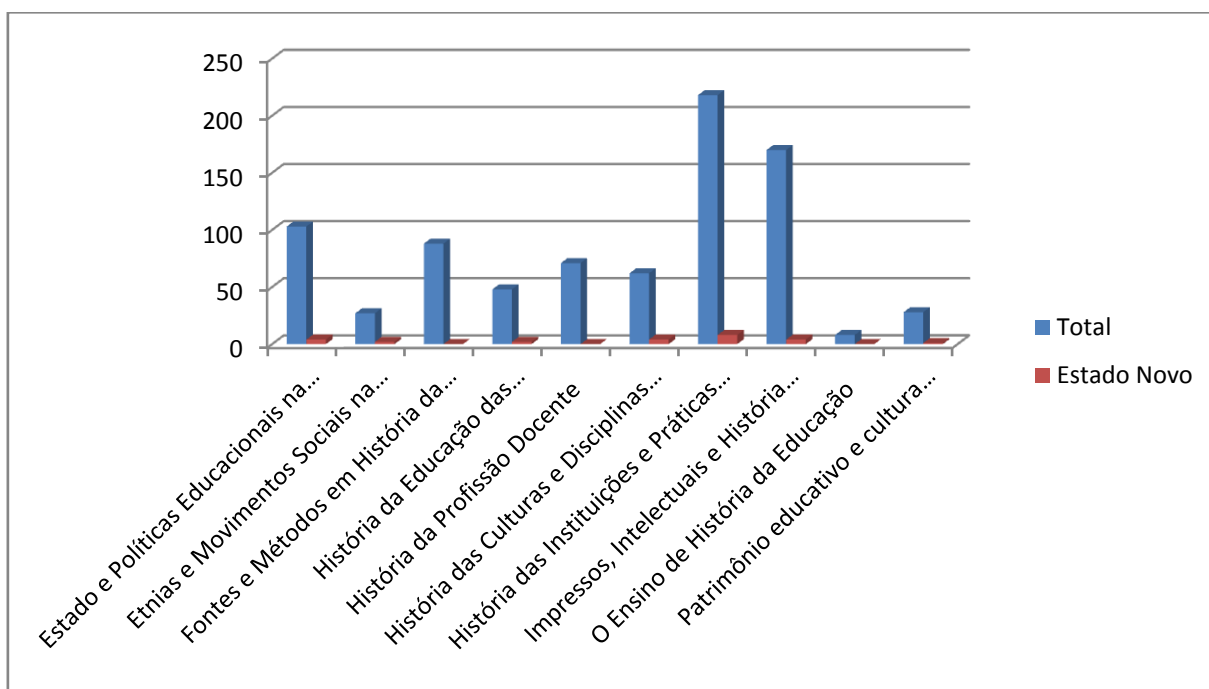
1945): estratégia discursiva de modernização?				
O ‘Estado Novo’ e a Educação dos filhos dos imigrantes alemães no sul do Brasil: 1937-1945	Etnias e movimentos sociais na História da Educação	Nacionalização do Ensino	Local	PR
As Representações de Educação da mulher cuiabana no lar (1930-1945)	Etnias e movimentos sociais na História da Educação	Educação Feminina	Local	MT
Filhas, irmãs, esposas, mães e professoras: Educação feminina na Era Vargas	História da Educação das crianças, jovens e adultos no Brasil	Educação Feminina	Nacional	MG
O “catecismo positivista” (1852) e a educação feminina em Auguste Comte: influências no contexto do Estado Novo brasileiro	História da Educação das crianças, jovens e adultos no Brasil	Educação Feminina	Nacional	PR
Soam canções com matizes alemães e cantos cívicos brasileiros; conjugam-se tradições milenares com cidadania no Collegio Allemão de Pelotas-RS (1910-1940)	História das culturas e disciplinas escolares	Ensino de Música	Local	RS
Recursos para o ensino de música e canto orfeônico na escola secundária pública de Curitiba (1931-1956)	História das culturas e disciplinas escolares	Ensino de Música	Local	PR
A disciplina História e a política educacional nas décadas de 30 a 40 do século XX	História das culturas e disciplinas escolares	Nacionalização do Ensino	Local	SC
O saber histórico nos livros didáticos para o ensino primário (1917-	História das culturas e disciplinas escolares	Livro Didático	Nacional	SP

1945): uma análise do manual nossa pátria				
A presença de Francisco Montojos na constituição do novo ensino industrial brasileiro (1934–1942)	História das instituições e práticas educativas	Ensino Industrial	Nacional	MG
Grupos escolares paraibanos: símbolos da modernização arquitetônica escolar no estado da Paraíba (1930 – 1961)	História das instituições e práticas educativas	Modernização Escolar	Local	PB
Educação e preceitos da fé: o colégio do salvador (Aracaju 1935-1965)	História das instituições e práticas educativas	Educação e Igreja	Local	SE
Um estudo sobre as práticas de civilidade no processo histórico educacional do grupo escolar farroupilha (Farroupilha/RS, 1940 a 1946)	História das instituições e práticas educativas	Cultura Escolar	Local	RS
O cinema educativo do ginásio paranaense na década de 1930	História das instituições e práticas educativas	Educação e Propaganda	Local	PR
Educação escolar e o projeto de colonização de Batayporã	História das instituições e práticas educativas	Nacionalização do Ensino	Local	MS
Sentimentos de brasilidade e catolicidade: a presença da igreja católica nos Espaços escolares em tempos de nacionalização (1930-1945)	História das instituições e práticas educativas	Educação e Igreja	Nacional	SC
O processo de implementação das atividades de	História das instituições e práticas educativas	Ensino de Educação Física	Nacional	RJ

Educação física através do Rádio no Brasil (1932-1941)				
O modelo feminino na revista Fon-Fon! (1907-1958): a Pedagogia da maternidade no Estado-Novo	Impressos, intelectuais e História da Educação	Educação Feminina	Nacional	PR
Os periódicos “órgão dos alunos” no sul de Mato Grosso na Era Vargas	Impressos, intelectuais e História da Educação	Imprensa Pedagógica	Local	MS
Imprensa escolar no Paraná: discurso nacionalista estadonovista e cultura cívico-escolar	Impressos, intelectuais e História da Educação	Cultura Cívica	Local	PR
O ensino de grego e a formação do indivíduo ideal: uma análise sob a ótica batista (1930-1945)	Impressos, intelectuais e História da Educação	Educação e Igreja	Nacional	MG
Cultura material escolar: legislação e os objetos para ensinar ciências em um Ginásio do sul de Mato Grosso (1930-1940)	Patrimônio educativo e cultura material escolar	Organização do Ensino	Local	MS

Fonte: Elaborado pelo autor (Informações retiradas dos Anais do VIII Congresso de História da Educação)

Gráfico 8 – Proporção entre o total de trabalhos apresentados no VIII Congresso Brasileiro de História da Educação e trabalhos apresentados com a temática do Estado Novo



Fonte: Elaborado pelo autor (Dados retirados do VIII Congresso Brasileiro de História da Educação)

Tabela 8 – Temáticas preferenciais dos trabalhos sobre o Estado Novo, VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2015 (Continuação)

Temas	Total
Educação Feminina	4
Nacionalização do Ensino	4
Educação e Igreja	3
Ensino de Música	2
Cultura Cívica	1
Cultura Escolar	1
Educação e Propaganda	1
Educação e Saúde	1
Ensino de Educação Física	1
Ensino Industrial	1
Educação Rural	1
Escola Primária	1
Imprensa Pedagógica	1
Livro Didático	1

Modernização Escolar	1
Organização do Ensino	1
Total Geral	25

Fonte: Elaborada pelo autor (Dados retirados do VIII Congresso de História da Educação)

Os trabalhos reeditam as preocupações e ênfases temáticas descritas até aqui, acrescentando uma preocupação que se volta, também, para os processos de modernização, industrialização, urbanização que também marcaram o Estado novo brasileiro, principalmente se o comparamos ao Estado novo Português, que significou anos de atraso econômico para o país. O conceito de cultura material escolar também aparece com maior densidade nos títulos dos resumos, demonstrando o quanto esse tipo de abordagem parece ser adequado ao estudo da educação no Estado Novo brasileiro, tendo em vista a riqueza de objetos, ilustrações, cartazes, conferindo uma simbologia própria ao período.

Sabemos que as políticas educacionais do Estado Novo passaram por uma ótica centralizadora e padronizadora, se nos remetemos às estratégias do Estado na implantação das mesmas. Contudo, é igualmente verdade que esse processo de implantação e de efetivação da centralidade do Estado sobre as regiões e instituições do país não poderiam ser tão orgânicas e homogêneas como desejavam as autoridades estado-novistas. Por esse motivo, no próximo tópico, nós nos dedicaremos a perceber a influência do regional/local nos trabalhos dos CBHEs, visando perceber alguns matizes dessa tendência homogeneizadora e padronizadora a que nos referimos.

CAPÍTULO 4

CONFORMANDO A EDUCAÇÃO NO ESTADO NOVO

Neste capítulo, nossa intenção é explorar os conteúdos trabalhados nos resumos selecionados, a fim de conhecer e compreender o que esses estudos estão destacando a respeito das múltiplas formas de intervenção do Governo Vargas na educação brasileira, durante o período do Estado novo.

Consideramos que desse modo, será possível articular as questões, abordagens e suportes teóricos que orientam os estudos que deram base aos resumos inscritos nos CBHEs, no entendimento da memória e da história que se tem produzido a respeito da educação pública, dos currículos e das culturas escolares, enfim das relações que se estabeleceram entre o Governo e a escolarização popular, durante o Estado Novo brasileiro.

4.1 – Abordagens nacionais e locais, relacionados ao Estado Novo

Tomando em consideração do I ao VIII CBHE podemos visualizar o quanto a historiografia da educação brasileira têm se preocupado em desenvolver análises sobre a Educação no período do Estado Novo e mais, se suas abordagens são nacionais ou locais, urbanas ou rurais e, principalmente, se são filiadas ao pensamento da história tradicional ou da história cultural. De forma a visualizar melhor elaboramos mapas para entender, a cada CBHE, quais são os estados que tem produzido acerca do processo educativo no período do Estado Novo e o vigor com que eles produzem. Pode-se notar também a militância dos estados – apresentando constância – em relação a consolidação de suas pesquisas.

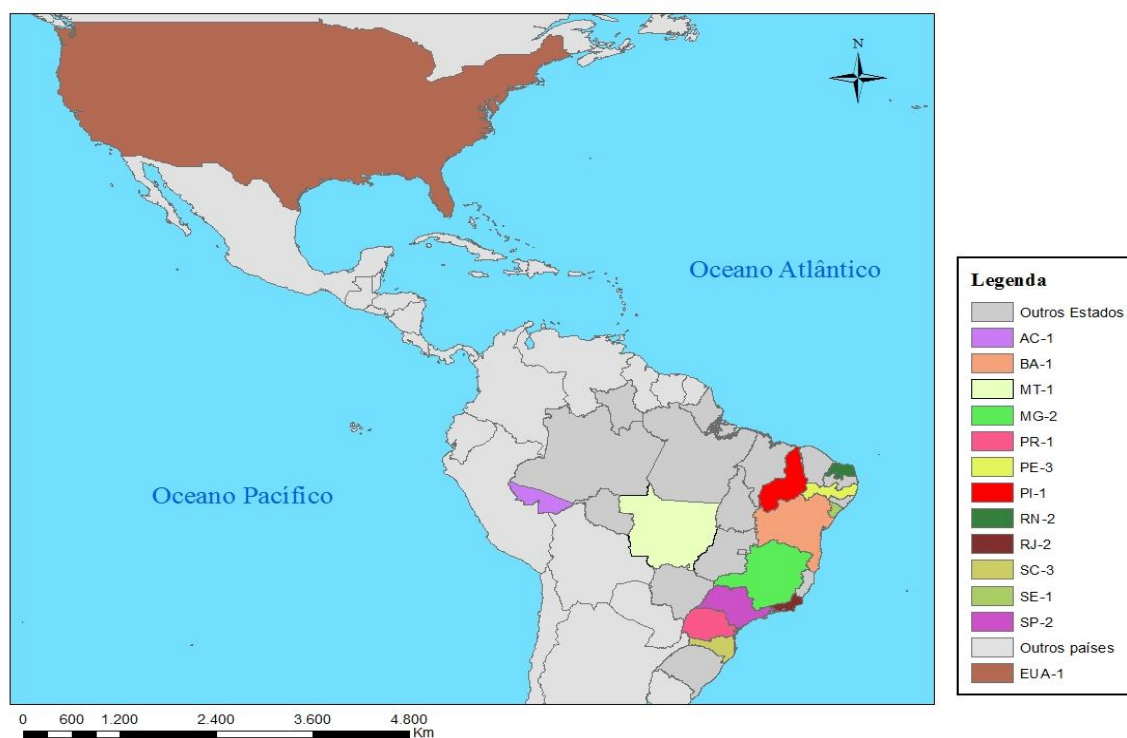
Quantidade de trabalhos sobre Estado Novo por estado no I CBHE



Fonte: Elaborado pelo autor (Dados retirados do I Congresso Brasileiro de História da Educação)

No I CBHE, realizado no ano de 2000 no Rio de Janeiro, deu-se o passo inicial do debate historiográfico da História da Educação e percebemos um grande interesse tanto dos pesquisadores mineiros quanto dos pesquisadores paranaenses em analisar os processos educacionais durante o regime estado-novista. Nas regiões sudeste e sul que houve maior concentração de trabalhos aceitos, foram nove e seis respectivamente. Já no que diz respeito aos estudos Locais ou Nacionais, é importante ressaltar que os estudos locais tiveram dezessete aparições enquanto os estudos nacionais tiveram apenas seis.

Quantidade de trabalhos sobre Estado Novo por estado no II CBHE



Fonte: Elaborado pelo autor (Dados retirados do II Congresso Brasileiro de História da Educação)

Nesse II CBHE, realizado no Rio Grande do Norte, em 2002, continuamos na tentativa de consolidar o debate por meio do congresso em questão. Nota-se um número menor de trabalhos selecionados, entretanto, vemos uma diversificação maior, um maior número de estados representados, somando-se um trabalho norte americano apresentado. Na perspectiva Local x Nacional continuamos com as análises Locais em maior número com treze trabalhos enquanto análises Nacionais perfizeram apenas oito. Pernambuco e Santa Catarina apresentaram três trabalhos cada.

Quantidade de trabalhos sobre Estado Novo por estado no III CBHE

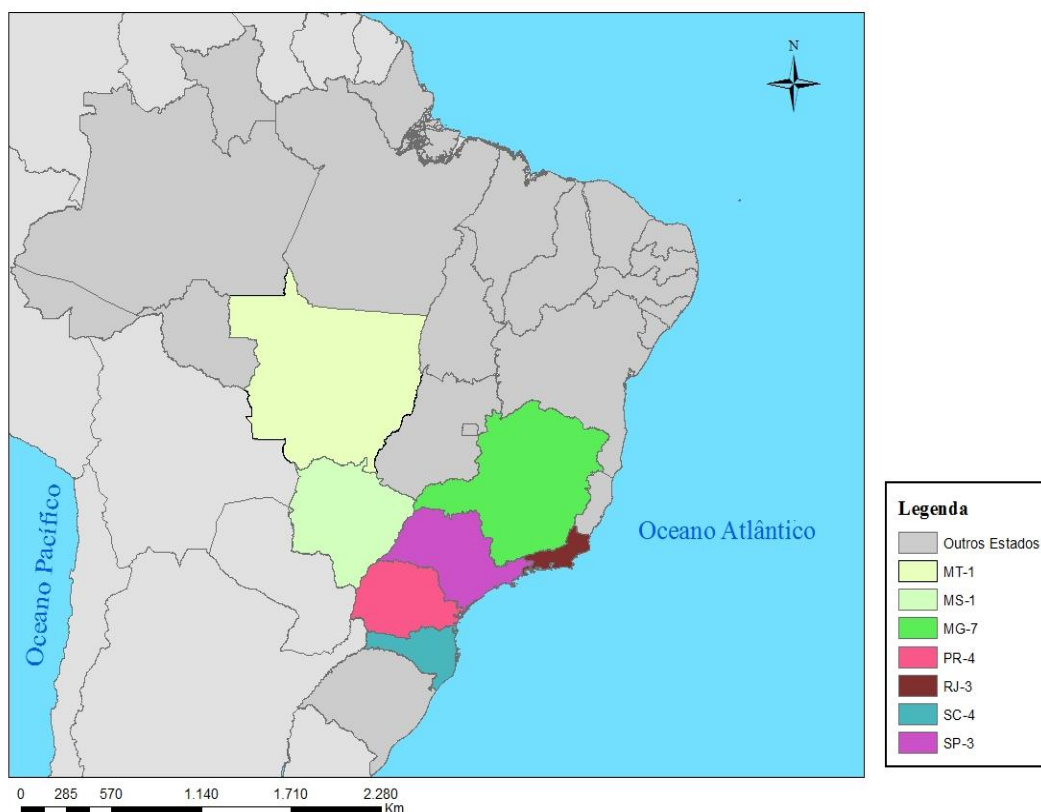


Fonte: Elaborado pelo autor (Dados retirados do III Congresso Brasileiro de História da Educação)

Realizado em Curitiba, no ano de 2004, o III CBHE apresenta, além de uma grande quantidade de trabalhos selecionados em relação aos congressos anteriores também apresenta uma diversidade de estados representantes. Os estados de Santa Catarina, com sete e, Paraná com seis pesquisas dominaram o cenário deste congresso. A região sul teve grande representação de pesquisadores do Paraná por ser estado sede e de Santa Catarina pela proximidade, ainda tivemos o Rio Grande do Sul com dois trabalhos.

Em relação a questões Locais X Nacionais, Tivemos um grande aumento das análises Locais com vinte e cinco trabalhos e um pequeno decréscimo em análises Nacionais com apenas sete pesquisas. Podemos inquirir que esse grande aumento nas pesquisas Locais podem ter dois pontos chave. O primeiro diz respeito ao que já mencionamos sobre as abordagens teórico-metodológicas e a escolhas de novos objetos com a entrada da História Cultural na História da Educação. O segundo ponto é referente às práticas de nacionalização do ensino que apresentaram maior vigor nos estados da região sul.

Quantidade de trabalhos sobre Estado Novo por estado no IV CBHE



Fonte: Elaborado pelo autor (Dados retirados do IV Congresso Brasileiro de História da Educação)

O IV CBHE é marcado por uma verdadeira *Marcha para o Oeste*²⁵. Realizada em Goiânia no ano de 2006 essa marcha, assim como a citada, ficou por conta dos pesquisadores de regiões específicas do país como sul, sudeste e do próprio centro-oeste. Minas Gerais, com sete trabalhos, teve maior participação, sendo o sudeste a região com maior número de trabalhos. Agora, com relação à perspectivas Locais X Nacionais temos a perpetuação da preferência por questões locais com dezenove trabalhos em detrimento de quatro na perspectiva nacional.

²⁵A Marcha para o Oeste foi uma campanha feita pelo Governo de Getúlio Vargas nas décadas de 30 e 40 com o propósito incentivar a migração para terras despovoadas do oeste brasileiro, reequilibrando a concentração populacional no Centro-sul do país.

Quantidade de trabalhos sobre Estado Novo por estado no V CBHE



Fonte: Elaborado pelo autor (Dados retirados do V Congresso Brasileiro de História da Educação)

Contemplando o estatuto da SBHE, o CBHE partiu novamente para a região nordeste do Brasil com o objetivo de congregar pesquisas e pesquisadores de todas as partes do país. Mesmo que pelo recorte temporal do Estado Novo podemos inferir que a escolha de Sergipe, no ano de 2008, tenha sido pela baixa procura de pesquisadores de instituições de ensino da região nordeste no ano anterior e não apenas por um ato regimental da SBHE.

Mais uma vez os estados das regiões sul e sudeste se destacaram por sua numerosa presença. Sendo Minas Gerais novamente o estado com o maior número de trabalhos, foram nove. No que tange aos estudos Locais X Nacionais, vemos uma superioridade com relação a estudos Locais sobre os Nacionais, foram vinte dois e nove respectivamente.

Quantidade de trabalhos sobre Estado Novo por estado no VI CBHE



Fonte: Elaborado pelo autor (Dados retirados do VI Congresso Brasileiro de História da Educação)

Chegado a Vitória no Espírito Santo, o VI CBHE promovido no ano de 2011 foi configurado da maneira representada no mapa, onde a região sudeste foi a grande protagonista e o Rio de Janeiro apresentou maior número de trabalhos, foram quatro ao todo. No que diz respeito aos estudos Locais x Nacionais se mantém a maioria do estudo Locais perante aos Nacionais, foram quatorze a sete.

Quantidade de trabalhos sobre Estado Novo por estado no VII CBHE



Fonte: Elaborado pelo autor (Dados retirados do VII Congresso Brasileiro de História da Educação)

Até o momento, o VII CBHE, realizado na cidade de Cuiabá, no ano de 2013, foi o mais representativamente diversificado de todos os congressos. Foram quatorze estados representados em quarenta trabalhos que trabalham especificamente o nosso espectro. Desses quarenta trabalhos dez vieram apenas do estado do Paraná, entretanto a região sudeste teve maior representatividade com dezoito trabalhos.

Com relação a incidência de estudos Locais x Nacionais, pudemos perceber a continuidade da preferência por estudos Locais, foram trinta e um, enquanto os estudos de caráter Nacional ficaram apenas com onze.

Quantidade de trabalhos sobre Estado Novo por estado no VIII CBHE



Fonte: Elaborado pelo autor (Dados retirados do VIII Congresso Brasileiro de História da Educação)

Em nosso último congresso de análise temos o VIII CBHE que foi realizado na cidade de Maringá no ano de 2015. Neste congresso nota-se que o Paraná foi o grande representante local com seis trabalhos e a região sul, com onze trabalhos, teve maior incidência de pesquisas. No que tange aos estudos Locais X Nacionais, ainda percebemos uma grande quantidade de estudos Locais com dezessete e, Nacionais com oito.

Analisando todos os mapas é possível interpretarmos alguns pontos importantes. Primeiro, com relação aos estudos Locais percebemos uma grande preferência, sejam com relação aos objetos de pesquisa ou a questões teórico-metodológicas, confirmando a História Cultural como instrumento movimentador destas interpretações.

O segundo ponto é a grande participação dos estados de Minas Gerais e do Paraná na produção de pesquisas referentes ao espectro estado-novista aceito por nós nesse estudo e, também na sua militância acadêmica em todos os congressos analisados. Cada estado apresentando estudos referentes ao Estado Novo, mas de maneira bem peculiar às suas experiências Locais.

O terceiro ponto diz respeito ao engajamento regional na produção de pesquisas referentes ao período do Estado Novo. A partir dos congressos analisados, independente do estado sede, as regiões sul e sudeste sempre estiveram na vanguarda dos estudos educacionais sobre o Estado Novo.

4.2 – Temáticas preferenciais: identidade e formação docente, imprensa pedagógica e Educação e igreja em favor da nacionalização do ensino

Com base nas tabelas temáticas, de todos os CBHEs analisados, pudemos perceber a preferência dos historiadores da educação por pesquisas referentes à nacionalização do ensino, identidade e formação docente, imprensa pedagógica e Educação e igreja. Sejam em pesquisas Locais ou Nacionais essas temáticas apontam questões centrais do projeto estatal no Estado Novo. Entendemos que existe a temática geradora que é a nacionalização do ensino e a partir dela temos as temáticas auxiliares, que dão suporte para tal nacionalização.

A primeira destas temáticas auxiliares a ser mencionada é a da relação entre Educação e Igreja, pois a Igreja, principalmente a Católica, sempre foi braço estrutural do Estado brasileiro, forjando sua construção de acordo com seus próprios preceitos morais e interesses políticos, independentemente de regime de Governo ou afiliações partidárias. Sua estratégia de inculcar valores católicos nos cidadãos, resgatando almas para Deus, aqui no Brasil, remonta as ações jesuíticas e suas práticas educativas. Entretanto, é no Estado Novo que se pretende construir uma nova mentalidade, um novo homem e, para isto, a Educação é entendida como o caminho mais propício na construção de uma nova nação, muitas vezes, gerando uma “disputa” pelas rédeas da Educação entre Estado e Igreja.

O conflito entre Estado e Igreja estaria definitivamente aberto, caso não se tentasse e efetivamente não se realizasse um pacto entre ambos. Frente à mesma questão – a da convivência com núcleos estrangeiros no Brasil – duas estratégias opostas de ação se cruzavam. O Estado não abriria mão do projeto de nacionalização que implicava na *uniformização* cultural, mesmo que para isso tivesse que utilizar métodos coercitivos e violentos; a Igreja, por sua parte, não se oporia – ao contrário, até estimularia – a preservação da cultura estrangeira se por esse caminho visse portas se abrirem à missão de multiplicar seus fiéis. (SCHWARTZMAN, 1984, p. 162).

A Igreja não aderiu de primeira ao projeto do Governo de nacionalizar o Estado brasileiro. Nem mesmo a partir de 1930, tendo uma maior aproximação com o Estado após Francisco Campos oficializar o ensino religioso nas escolas públicas – pois esta proposta ia de encontro ao projeto religioso, que entendia a importância de respeitar a língua materna do estrangeiro com fins de estabelecer certa confiança e depois agirtencionando converter a todos ao catolicismo. Ao Governo era necessária a homogeneização cultural para estabelecer fronteiras bem definidas no que diz respeito à língua, costumes, regras e, principalmente, com relação ao próprio território. Entretanto, para o projeto religioso pouco importava o território, tendo em vista que a Igreja tem um projeto internacional, ou o melhor termo talvez seja universal. Poiso que importava à igreja era, principalmente a imposição dos seus dogmas.

No entanto, a ação da Igreja era peça fundamental para o jogo do Estado, vislumbrando a construção de uma nação homogênea, especificamente na região sul, especialmente no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde a colonização estrangeira, particularmente a alemã, se tornava obstáculo no cumprimento deste objetivo. Justamente nessa região onde o conflito entre Estado e Igreja, principalmente a Católica, se acirrava. A favor da Igreja pesava a custódia da maior parte das escolas nesta região, e o que pesava contra era o fato de que na maioria dessas escolas a língua oficial era o alemão e em algumas se ensinava o português facultativamente.

Um consenso entre as partes era interessante, tanto para o Estado garantir a efetivação de seu projeto no sul, quanto para a Igreja na legitimação de suas escolas, o que fazia os católicos tomarem a dianteira no resgate das almas pra Deus. Segundo SCHWARTZMAN:

À Igreja tampouco interessava um conflito aberto com o regime, quando não fosse pela posição privilegiada que havia adquirido em relação ao Ministério da Educação e Saúde. Assim, as tensões no sul evoluíram pouco a pouco para soluções de compromisso. Antes, a exigência governamental de reconhecimento oficial das escolas deixava de fora grande parte das escolas provadas e confessionais. A igreja, por sua vez, não reconhecia o ensino religioso ministrado em escolas não católicas, o que fazia com que as famílias religiosas dessem sempre preferência às escolas confessionais. (SCHWARTZMAN, p.165, 1984).

Em 1931, o presidente Vargas confere licença para as escolas públicas ministrarem o ensino religioso, criando um atrito com outra parte do Governo, os liberais que defendiam a escola laica. Esse movimento de Vargas se reflete em 1933 na assembleia constituinte, onde católicos e liberais disputam com afincos cada espaço no texto constitucional. Em 1934 a

Igreja Católica garante a institucionalização de “emendas religiosas” que promoviam o ensino religioso em caráter facultativo.

Em 1937, já no Estado Novo, a Igreja perde a força conquistada e o ensino religioso além de não ser mais obrigatório, agora, nem mesmo a frequência era exigida. A Igreja só volta a ganhar força na educação com a instituição, por Capanema, das Leis Orgânicas do Ensino em 1942. Na parte do texto que cita a Educação Religiosa o Estado delega a formulação dos programas e sua aplicabilidade nas escolas às autoridades religiosas. Assim, Capanema ameniza o atrito entre liberais e católicos e fortalece o pacto entre Igreja e Estado.

Percebe-se que o conflito com o Estado não era de interesse da Igreja Católica, porém, não houve adesão imediata ao projeto varguista, a Igreja propiciou uma acomodação entre os projetos fazendo pressão ao Governo promovendo o sentimento religioso no povo, afastando-os das escolas públicas. Com a população preferindo as escolas confessionais o movimento de esvaziamento não era apenas da escola pública, mas sim do projeto de nacionalização da nação e, assim, a igreja católica fazia seu *lobby*²⁶ perante o Governo. Mas o conflito de ideias com o Estado tinha um sentido mais íntimo e se materializava na presença de indivíduos e ideais liberais nas tomadas de decisão do Governo, principalmente no que diz respeito à laicidade do ensino público.

No tocante à identidade e formação docente – outra temática bastante recorrente na historiografia da História da Educação, tendo em vista a análise dos CBHE’s – pudemos perceber que não há apenas a formação de professores imbuídos a provocar o sentimento de nacionalismo nos jovens estudantes, mas também interessava ao regime uma adequação ao perfil desse docente.

Segundo a lei orgânica do ensino secundário a educação feminina, por exemplo, deveria atender a prescrições especiais, sendo elas dispostas no Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.

²⁶A palavra *Lobby* vem da língua inglesa e sua tradução literal significa *átrium* ou *salão*. No entanto, no contexto político esta palavra é utilizada para definir um grupo de pessoas que se organizam em torno do mesmo objetivo, interferindo nas decisões do executivo ou do legislativo.

2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginasial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar. (BRASIL, 1942).

Isto exposto, vemos que houve uma orientação institucionalizada para o desenvolvimento de uma pedagogia própria para educar meninas e, seguindo essa lógica, o trabalho docente passa a ter novas demandas, transformando o professor em autoridade do Estado em sala de aula com o propósito de passar conteúdos, professar valores e regular ações, disciplinando e moldando seus alunos ao convívio em comunidade e aos seus papéis sociais futuros.

Aos professores exigia-se maior atenção no trabalho direcionado à meninas e meninos. A consideração dos professores acerca das abordagens divergentes era justificada de forma que homens e mulheres assumiriam papéis diferenciados na sociedade. Enquanto mulheres eram preparadas para os afazeres domésticos, aos homens era incumbido a tarefa de estudar para o mundo dos negócios.

(...) na década de 1940, as mulheres deveriam ter doses pequenas de instrução, uma vez que o objeto principal era torna-las pessoas com bons princípios, tanto como donas de casa, quanto como boas mães e esposas e não intelectuais. Para atender a este requisito, foram introduzidas, a partir de 1942, matérias de ensino com conteúdos essencialmente humanísticos e outras voltadas para a moral e bons costumes, entre estas, Economia Doméstica. (ALMEIDA E FARIAS, 2008, p.3).

Barreto et al. (2013) apontam para a questão da diferenciação dos gêneros na escola no texto *Por uma história da profissão docente vista de baixo: modos de educar, práticas escolares e cultura escolar no território sul sergipano (1930-1950)*. Mais uma questão mencionada é a dos castigos físicos como demonstração da autoridade do professor em relação a qualquer quebra de regra por parte do aluno. Ainda se exigia do professor estar pronto para orientar seus alunos à participação dos festejos cívicos.

Deste modo, percebe-se que o Estado Novo tinha diretrizes definidas e ideologia própria a ser difundida pela educação. Cessam os debates relacionados à carência de

escolas, de mobiliário, salários baixos etc. A educação passa a ser vista como um fator capaz de contribuir para a legitimação do novo regime e como um instrumento de difusão ideológica passa a ocupar posição estratégica na solução da questão social e no combate à subversão. (RIOS, 2013, p. 7).

Com o projeto de cultura pedagógica afinado ao projeto político do regime, a possibilidade de legitimação perante a sociedade era grande, então, a adesão por parte dos professores a ambos os projetos era crucial. No entanto, a preocupação em expandir a rede de ensino somada a demanda pedagógica do regime – em que era necessário um alinhamento ideológico docente – provocou uma escassez de profissionais habilitados a ministrarem as aulas.

Vista como necessidade urgente a resposta a esse problema da falta de professores veio com agências governamentais que auxiliariam na formação de professores. Ressaltamos aqui a Universidade do Ar²⁷, programa criado em 1941 pela rádio nacional do Rio de Janeiro para sanar parte do problema com a formação de professores. Essa proposta de ensino a distância serviu de propaganda das melhorias educacionais do Governo Vargas, estimulando a adesão de professores às políticas de Estado.

Percebemos também que a profissão vivia turbulentas contradições, paralelamente ao fato do Governo investir na formação de profissionais e prepara-los para o exercício docente os discursos do regime estagnaram a profissão como aponta Peixoto (2004):

(...) o discurso sobre/para o professor, disseminado pelo Estado Novo, contribuiu, decisivamente, para que o estatuto da carreira não avançasse. Contribuiu também para que a visão da docência como um apostolado, ainda hoje, se faça presente, de alguma forma, nas representações acerca do magistério, desempenhando importante papel na construção de identidade individual e coletiva dos professores, exercendo influência sobre suas práticas (...). (PEIXOTO, 2004, p. 11).

O discurso do Estado em relação à missão do professor criou um perfil do exercício do magistério. Diante disto desvela-se a função intelectual que os grupos dirigentes em torno de Vargas e, sobretudo do Ministério da Educação, pretendiam delegar ao professorado no desempenho de suas atividades profissionais. Entendemos, com Amália Dias (2013) que a importância conferida à educação, e principalmente ao ensino secundário, naquele momento,

²⁷A Universidade do Ar, criado em 1941, foi um programa veiculado pela rádio nacional do Rio de Janeiro com o objetivo de formar professores para o Ensino Secundário. Sobre o assunto, ver: Coelho, Patrícia (2014).

teve repercussões sobre o estatuto profissional do magistério, visto que se pretendeu integrar o professorado a um projeto de Estado que visava aumentar seu controle sobre a cultura, incluindo a educação escolar.”.

Atrelado ao discurso e à imposição de saberes e técnicas que se exigia do professor, o processo estatal estimulou o desenvolvimento de instituições de formação docente para que fossem divulgadas tais técnicas e saberes. Como exemplo, citamos o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, criado pelo decreto 3.810 de 19 de abril de 1932, com o objetivo de regular a formação técnica do professor. Conforme observou Sonia Lopes (2009, p. 605) em seu estudo sobre esta instituição, durante o Estado Novo, a Educação Cívica, foi introduzida no currículo do Instituto de Educação, especificamente a partir de 1940. A partir de então, esta disciplina passou a contemplar os conteúdos antes pertinentes à cadeira de Sociologia, vistos agora sob uma ótica nacionalista, uma vez que colocava em relevo os principais valores cultivados pela ideologia do Estado Novo. Conforme avançamos na leitura deste estudo, percebemos que, nessa época, todo o currículo do Instituto foi pensado em favor da de uma adesão “espontânea” ao regime por parte do professorado.

Pela vontade do Governo, todas as agências educacionais deveriam servir ao propósito de convergir para a criação de um sentimento nacionalista. A esse respeito, criação do “Centro Cívico Benjamin Constant, responsável pela organização de comemorações de caráter nacionalista(...)” (LOPES, 2009) deixa clara a importância da adesão dos professores para que o projeto funcionasse de forma que não parecesse uma imposição. Essas agências se articulavam entre si com o propósito de fechar o círculo de informações em torno de propaganda e da exaltação da figura do chefe de Estado e das “conquistas” do regime em prol da nação.

Entre outras estratégias pedagógicas que visavam colocar a escola em sintonia com as ambições governamentais, a imprensa pedagógica, foi fundamental para o desenvolvimento e adequação da cultura pedagógica instituída pelo Estado Novo. Em várias escolas do país, assim como em vários estados do Brasil, foram criados jornais e revistas – pedagógicos/escolares e também jornalísticos ou de entretenimento - com o objetivo de, além dos já conhecidos como criar um sentimento de nacionalidade e de homogeneizar o pensamento da população, dar conta de formar a opinião pública de acordo com os ideais do regime, tendo em vista as questões específicas às quais o Governo pretendia enfrentar, de acordo com os contextos locais, tais como: contenção da evasão rural, controle das

resistências políticas, formação docente para a adesão ao projeto pedagógico, prevenção contra o comunismo, militância por uma língua única dentre outros objetivos.

Com a intenção de organizar a disseminação de informações favoráveis ao Governo e divulgar o andamento dos estudos pedagógicos brasileiros, o Ministério da Educação e Saúde Pública, por meio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), criou a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)²⁸ que tem, no ano de 1944, o início de sua circulação. Lourenço Filho, à frente do Instituto, projetava que a RBEP – órgão oficial de difusão do conhecimento pedagógico – deveria ser composta de pesquisas educacionais do próprio Instituto, com “balanços” gerais sobre a educação brasileira e estrangeira, além de expor a legislação federal da educação. Percebe-se também que a revista abriu espaço condicional para a publicação de textos de diversos colaboradores. Claro que todo texto enviado passaria pelo crivo das agências estatais, por isso a abertura era condicional.

Após a análise do perfil dos colaboradores seus textos eram direcionados a uma seção específica da revista em que o Governo cria uma atmosfera de suposta liberdade intelectual por aceitar produções vindas de fora do INEP, legitimam os discursos – estes alinhados ao do regime – e a própria revista quando estes discursos corroboram com os ideais do Estado e são proferidos por especialistas.

São considerados “colaboradores” todos os autores que publicam na seção “Idéias e Debates”. Esses indivíduos são apresentados com os cargos que ocupam, precedidos de uma breve menção de suas realizações. Desse modo, tem o leitor a oportunidade de conhecer os que estão assinando os artigos daquela seção, ao mesmo tempo em que o Instituto utiliza-se desse dispositivo para chancelar as informações que estão presentes em seu periódico, posto que os cargos e os feitos desses indivíduos os autorizam a proferir opiniões sobre a educação nos aspectos que abordam. (DANTAS, 2002, p.3).

Deste modo, os colaboradores que participavam da construção da revista por meio de seus textos, automaticamente estavam inseridos na estrutura da Cultura Pedagógica e, provavelmente reforçavam, por meio de suas adesões, um lugar de destaque na estrutura do MES.

²⁸ RBEP é a sigla para denominar a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos que teve sua criação e circulação iniciada no ano de 1944 através do INEP.

Outras revistas tinham mesmo propósito de difundir opiniões especializadas sobre determinado tipo de educação, assim como a RBEP. No texto *Formando técnicos e patriotas: a revista Sergipe artífice*, pudemos perceber o caráter em que se construiu esta revista. A revista Sergipe artífice²⁹ reproduzida no estado de Sergipe durante o Estado Novo não foge à regra de divulgação dos “méritos” do Governo, de propagandear atos cívicos, de inculcar conceitos nacionalistas, de repercutir a vida cotidiana do local em que está inserida e, sobretudo, desenvolver uma retórica específica sobre o tipo de educação praticada na escola em que foi produzida.

Percebe-se que a propaganda cívica na revista Sergipe Artífice veiculava-se através da homenagem aos grandes homens, em memória ou em vida, tomados como modelos do ser brasileiro. Além disso, sendo a diversão um direito inalienável de todo homem, o nacionalismo estava presente também nesse momento, por meio de eventos sociais que fomentavam o senso cívico. Não bastassem esses recursos, ainda fazia-se menção às qualidades positivas do país, às riquezas produzidas e aos símbolos nacionais que representavam a pátria. É notável o fato de a maioria dos trabalhos ter sido produzida pelo corpo discente da escola. Se o periódico autodefine-se como espaço aberto à produção do alunado, parece-me melhor dizer que veiculava informações que eram de interesse da instituição escolar e do Estado. (SANTOS, 2002, p. 9).

Nota-se que, por mais que vejamos um interesse do periódico em mostrar que os alunos tinham liberdades para a construção dos conteúdos, existia uma forma específica de construção dos textos, onde questões como: riquezas brasileiras, grandes personalidades e símbolos nacionais eram a tônica e davam a linha do discurso que interessava estritamente ao Estado.

Em outra experiência de Imprensa Pedagógica podemos citar a Revista Oeste³⁰ descrita no trabalho de Maria de Araújo Nepomuceno intitulado *A revista “Oeste”: seus intelectuais e a organização da cultura e modernidade em Goiás (1942-1944)*. Nesta revista, segundo o texto, também encontramos a adesão de intelectuais locais na confecção dos textos que serviam de difusor dos ideais do Estado Novo.

A receita prescrita pela cultura pedagógica estado-novista não era alterada, nem mesmo na imprensa jornalística. Podemos citar, no estado de Minas Gerais, com o mesmo fim de alfabetizar a população e enquadrá-la numa perspectiva nacionalista, os jornais *Correio de*

²⁹A revista Sergipe artífice foi criada em 1934 e teve seu último exemplar publicado em 1945. Era elaborada por alunos e professores da Escola de Aprendizagem e Artífices de Sergipe.

³⁰A Revista Oeste circulou no estado de Goiás entre os anos de 1942 e 1944.

*Uberlândia*³¹ e o *Correio do Triângulo*³². Jornais estes analisados nos textos intitulados *Educação e modernização social em Uberlândia-MG: a fala da imprensa acerca da massificação do ensino (1940-1960)* e *Massificação e democratização: o pensamento educacional na imprensa de Uberlândia, MG, 1940-1960* ambos escritos por: Vicente Batista de Moura Sobrinho e Geraldo Inácio Filho, que retratam a importância desse meio de comunicação para a formação da população de acordo com os objetivos do Estado.

No estado de São Paulo, o jornal *A voz da infância*³³, produzido pela biblioteca infantil de São Paulo produzia um discurso de ascensão social pelo engrandecimento da pátria. Segundo Andreotti (2004):

Uma visão otimista quanto ao futuro do país manifesta-se no jornal por meio dos feitos heróicos e do enaltecimento às questões nacionais: *grandeza da pátria; elevamos o nome da pátria; tudo pela pátria será o nosso lema*, junto ao futuro auspicioso que se vislumbrava: *país rico do mundo; o Brasil será colocado entre os primeiros do mundo; O Brasil será um dos países mais poderosos do mundo, porque o Brasil é o país do futuro*, são termos presentes em vários momentos do jornal, expressão do civismo e do patriotismo, incentivados pela escola e pelo projeto educativo da Biblioteca. Valorizada como instrumento para a modernização do país, imprimiu-se à educação a função de construção da nacionalidade, no projeto nacionalista de formação de novas gerações que se configurou a partir do Estado Novo, período de produção do jornal. O jornal reproduziu um ideário sobre a educação escolar e de uma forma geral, esta é apresentada com autonomia frente à sociedade e como resolução dos problemas sociais e da marginalidade; como ajuste para a integração da nação; como um meio de ascensão social e instrumento para o progresso do país. (ANDREOTTI, 2004, págs. 5-6).

Como já mencionado anteriormente, a receita da cultura pedagógica estado-novista se adequava ao problema social em questão referente a cada estado brasileiro. A preocupação em São Paulo era com a marginalidade e só a educação poderia ao mesmo tempo em que eliminava os marginais, promover a ascensão social.

Já no estado de Santa Catarina, atravessado por questões multiculturais de povos que não comungavam das mesmas tradições, onde a homogeneização de um único sentimento de nação era condição problemática tivemos o jornal *A Criança Brasileira*³⁴ que ficou responsável por difundir no estado de Santa Catarina os valores do nacionalismo na intenção de formar uma centralização da cultura em torno de uma cultura de nação única.

³¹Fundado em sete de Fevereiro de 1938, O Correio de Uberlândia era o principal veículo divulgador das ideias do regime perante à sociedade que habitava na região do Triângulo Mineiro.

³² O jornal Correio do Triângulo, fundado em 1935, também tinha o objetivo de mediar os objetivos do governo e a sociedade do Triângulo Mineiro.

³³O jornal *A voz da infância* foi produzido pela Biblioteca de São Paulo de 1936 até os anos 50.

³⁴O jornal *A Criança Brasileira* foi criado em 1942 e sobreviveu até o ano de 1968 era elaborado pelos alunos do Grupo Escolar Lauro Müller/SC.

4.3 – Ensino da música e do canto orfeônico, bem como da educação física e dos desportos e atividades cívicas

Neste período, identificamos um forte apelo ao desenvolvimento de uma cultura pedagógica que pudesse dar conta de fortalecer tanto o Presidente Getúlio Vargas, como o próprio regime, em relação ao povo. É importante ressaltar que o tripé: ensino de música – ensino de educação física – festas cívicas se constituiu em uma grande estratégia³⁵ no desenvolvimento de um discurso de modernização da Educação e, em paralelo, essa cultura pedagógica propagandeava o regime instituído.

Ambas as três estruturas estratégicas tiveram um sentido primordial de afastar o regime de práticas anteriores, deixando claro que o que estava sendo posto era a construção do novo, do moderno “A fim de alcançar o ideal de construção de uma identidade nacional, o sistema do Governo vigente, utilizou a força da estrutura educacional brasileira para efeitos propagandísticos e de hegemonia e unidade nacionais.” (UNGLAUB, 2004, p.1).

Então, podemos dizer que esse tripé estratégico foi elaborado para propagandear a cultura pedagógica do Estado Novo de forma que os indivíduos se ambientassem ao nacionalismo como afirma LEMOS JÚNIOR (2004) – com relação ao ensino da música – que “O ensino de música unia-se também a uma outra questão central da escola nas décadas em questão: a tensão entre o velho e o novo; o tradicional e o moderno.”

Diante desta “disputa” entre o tradicional e o moderno os discursos que envolvem o ensino do Canto Orfeônico se inserem no âmbito do desenvolvimento de uma ferramenta a mais de modernização do ensino promovida pelo Estado Novo para promover o Estado Novo. Segundo NEIVA (2006):

As variadas formas de se promover a educação moral, cívica e estética da população executadas pelo sistema educacional ajudaram na consolidação de padrões de comportamento e civilidade adequados à novas configurações sócio-políticas e culturais pelas quais o país atravessava nas primeiras décadas do século passado.

³⁵Estratégia aqui mencionada no sentido descrito por Certeau (2007) onde, estabelecidas em lugares hegemônicos e dominantes de poder, agem de formas variadas no cotidiano – como leis, formas de autoridade e pressões dos abastados financeiramente sobre os menos favorecidos – como imposição de padrões de comportamento e linhas de pensamento.

Neste contexto, o canto orfeônico foi um instrumento importantíssimo na divulgação dos ideais alinhados aos do governo Vargas, fato este comprovado com a política de centralização do canto orfeônico nas mãos de Villa Lobos com a criação, respectivamente da SEMA, Superintendência da Educação Musical e Artística e do CNCO, Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. (NEIVA, 2006, p. 7).

O ensino de música foi operado a partir de órgãos que orientavam as ações da disciplina em todo o país como a Superintendência de Ensino Musical e Artístico do Distrito Federal (SEMA)³⁶, que introduziu o ensino da música nas escolas e o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (CNCO) que tinha o objetivo de formar candidatos ao magistério orfeônico nas escolas primárias e secundárias; estudar e elaborar diretrizes para o ensino do canto orfeônico no Brasil; promover trabalhos de musicologia brasileira e realizar gravações de discos. Com a criação do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico – por meio do Decreto-Lei 4.993, de novembro de 1942 – como modelo para as escolas do país, no que concerne o ensino da música., o que demonstra, uma vez mais, o modelo centralizador que o Governo adotava, no caso, em relação à política educacional.

Os programas de ensino de música eram bem rigorosos e não eram admitidas mudanças na estrutura montada por Villa-Lobos que, foi minucioso na construção do projeto de ensino de música. Dentre as diversas ações do Conservatório:

O elenco de disciplinas era elaborado no âmbito macro e passado de cima para baixo nas instituições estaduais. Os esforços do maestro não se concentravam apenas na elaboração do programa, mas sim na elaboração de toda uma disciplina escolar recém adotada como obrigatória nos programas da educação básica. Havia a necessidade de apresentar um programa bem elaborado de educação musical, a fim de confirmar o canto orfeônico como área de interesse escolar, até porque talvez soubesse o próprio maestro queda mesma forma como a disciplina foi inserida nos currículos escolares, devido ao apoio e ações políticas do governo de Getúlio Vargas, poderia ser extinta após uma mudança radical no governo e possivelmente o antídoto para que isso não ocorresse era ter um campo educacional musical bem organizado, funcionando bem e com boa popularidade perante a comunidade escolar. (LEMOS JÚNIOR, 2013, pgs. 12-13).

Juntamente com o desenvolvimento do aparato burocrático-institucional (Decretos-lei, instituições de regulação do ensino da música e escola de formação de professores de música) tivemos a instituição de um calendário de comemorações cívicas que, além de respaldar todas as ações do regime – criando um sentimento de que o Canto Orfeônico era necessário à

³⁶A SEMA tinha como atribuição planejar, orientar e desenvolver o estudo da música nas escolas primárias, no ensino secundário e nos demais departamentos da municipalidade.

formação dos alunos – ainda servia para fazer uma boa imagem da cultura pedagógica do regime, legitimando suas ações educacionais.

Além do projeto nacionalizador em que estava inserido o ensino da música, especificamente aqui tratado o Canto Orfeônico, outras justificativas embasavam a inserção da modalidade nas escolas de todo país. De acordo com LEMOS JÚNIOR (2004) “(...) O Canto seria uma disciplina capaz de cuidar do corpo e do espírito, sem menosprezar, por tanto sua *função coletiva* na escola (convivência em grupo).”.

Questões de saúde do corpo e saúde do espírito relacionado ao ensino do canto orfeônico nas escolas se faziam presentes, entretanto, havia uma preocupação de ordem da estética musical que preocupava, principalmente, Villa-Lobos e Barreto que era o ensino utilitarista da música.

Tanto Villa Lobos quanto Barreto se mostravam preocupados com a formação musical e estética dos alunos, ultrapassando a função utilitarista do ensino de Música na escola. É certo que nenhum dos destes dois defensores do ensino da Música na escola, negaram, por exemplo, o poder de sociabilização da Música, no entanto, sempre apresentaram uma forte preocupação com a qualidade teórica e técnica deste ensino, buscando evitar, por exemplo, o ensino desprezioso da Música, voltado apenas para o recreacionismo. (LEMOS JÚNIOR, 2004, p.6).

Para os defensores do ensino do Canto orfeônico, a qualidade e a estética no ensino da música eram questões fundamentais e que não poderiam ser deixadas às margens da disciplina de música em detrimento da recreação que proporcionava ou qualquer outra justificativa mencionada pelo Estado que justificasse sua presença no currículo.

Com relação à região sul do país onde as colônias de imigrantes alemães, italianos e de povos vindos do Leste Europeu formavam comunidades e resistiam de certa forma à política de nacionalização e assimilação cultural do regime, o ensino de música como prática cívica teve um papel de maior protagonismo. De acordo com Unglaub (2006):

Para Getúlio, esse isolamento cultural, político e até mesmo comunitário, somado à multiplicidade cultural, idiomática e de identidade pátria variável, se constituía no maior desafio de seu governo. Para fazer prosperar sua política nacionalista, deveria haver um ou mais elementos catalizadores do sentimento de pertencer a uma pátria, a brasileira, minimizando ou mesmo anulando sentimentos de desagregação pela ligação emocional, cultural ou de qualquer outra ordem com a nação de origem.” (UNGLAUB, 2006, p.3).

O projeto de nacionalização, dirigido à região sul do país, assim como em outras regiões, mobilizou várias estratégias e atividades pedagógicas, a saber: pela imposição da língua, pela construção e propagação de heróis nacionais nas aulas de história, pela comemoração de datas cívicas, conforme já assinalamos, pela intensificação da leitura dos hinos nacionais e pelo o canto orfeônico.

É digno de nota que esse foi o momento histórico de maior valorização da música no ambiente educacional em todo o território nacional. Os hinos pátrios e o ensino do canto orfeônico tornaram-se obrigatórios na rede escolar e ampliaram-se nas grandes manifestações cívicas que mobilizaram a população em geral, tendo a figura de Villa-Lobos como principal mentor deste projeto musical. (UNGLAUB, 2006, p.4).

Em Santa Catarina, a cultura pedagógica era orientada com maior rigidez, pois para o projeto nacionalista àquele local se mostrava perigoso por suas comunidades coloniais ainda manterem seus laços afetivos com a pátria de origem. Então, se justificava, tanto uma maior preocupação quanto uma maior intensidade no que diz respeito à práticas homogeneizadoras que pretendiam desenvolver um sentimento de nação, de apego à pátria brasileira.

Como o hino nacional, os hinos cívicos e a música nacionalista executados nos orfeões escolares, ocupavam um lugar de destaque no processo pedagógico do Estado Novo, realizando a tarefa de promoção do civismo e disciplina coletiva, cabia aos inspetores o compromisso de orientar programa da disciplina do “canto orfeônico” nos grupos escolares. O conteúdo desta disciplina era sugerido por Villa-Lobos. As aulas de canto orfeônico visavam à execução rigorosa e correta dos hinos oficiais e tinham como propósito incentivar o gosto pelas demais canções de caráter patriótico. (UNGLAUB, 2006, p.6).

Na Constituição de 1937, em seu artigo 131, a prática o ensino de Educação Física junto com o ensino cívico tem sua obrigatoriedade garantida em todas as escolas primárias, normais e secundárias. Nenhuma escola no território nacional poderia descumprir essa demanda, caso contrário não teria reconhecimento conferido pelo Estado. No intuito de dar organicidade a Constituição de 1937 estabelece uma via de mão dupla às escolas. Só se têm a legalidade se a escola entrar no jogo das padronizações, lugar em que estavam inclusos também a Educação Física e a Educação Cívica.

Sabe-se que o Estado Novo reestruturou a Educação do país, visando a criação de uma nova nação, e práticas nacionais foram impostas às escolas de todo o território. No sentido de analisar práticas de nacionalização do ensino, especificamente, da Educação Física e da Educação Cívica nos locais que os pesquisadores do Estado Novo se atentaram.

Antes de expressarmos algumas destas práticas locais é importante citarmos Hollanda Loyola com grande ideólogo da Educação Física no período estado-novista, pois:

(...) defende a necessidade de estudos mais exaustivos sobre a Pedagogia para que fosse possível pensar uma Educação Física que estivesse em ressonância com as características do brasileiro. Para ele, não devíamos apenas importar os métodos, mas fazer uma análise crítica de quais partes poderiam ser empregadas. Devíamos mesmo fazer o uso de diferentes partes dos métodos para criar o sistema de Educação Física brasileiro. (FREITAS, 2011, p.11).

Loyola em suas publicações em revistas especializadas, artigos em jornais e em seu livro *Educação Física: tratado de pedagogia* constantemente defendia a construção de uma Educação Física autenticamente brasileira que expressasse a nossa realidade social. Com o pensamento enquadrado no chamado *Darwinismo Social*³⁷, Loyola construía seu pensamento alinhado ao pensamento nacionalista promovido pelo Estado Novo brasileiro.

Para mostrar os avanços, tanto da Educação Física quanto da Educação Cívica, as escolas estavam inseridas num calendário cívico de participação obrigatória, onde os alunos se apresentavam para personalidades políticas numa só sintonia de corpos e vozes, tudo isso se ornamentava aos olhos do público geral, que admirava legitimando o Governo por sua obra de sucesso “educacional”.

Os conceitos de pátria e raça serviram à retomada do tema do civismo na legislação educacional. E foi a partir da obrigatoriedade do ensino de Educação Física e Canto Orfeônico nas escolas que o civismo se aproximou da ideia de aperfeiçoamento físico, moral e intelectual da população. (DIAS, 2013 p. 15).

³⁷ O darwinismo social se baseia na teoria da seleção natural, propugnada pelo naturalista inglês do século XIX, Charles Darwin. Tal teoria explica a diversidade de seres vivos como resultado do processo de evolução. Entende que a evolução das espécies estaria ligada a transformações nos seres vivos com vistas a se adaptar ao meio circundante. Aqueles que não conseguem se adaptar, não sobrevivem e acabam extintos. Esta explicação motivou o surgimento de teorias que, com base na capacidade de adaptação e sobrevivência dos grupos humanos, acabou fundamentando teorias racistas; estabelecendo hierarquias étnicas e criando métodos de controle sobre a demografia humana.

Para criar esse clima cívico e de adesão ao culto nacionalista, os meios de comunicação faziam sua parte, funcionando como mecanismo de difusão destatendência, ao trabalhar com os editoriais que veiculavam a ideia do “ser jovem” ligada a movimentar-se, à força e à defesa da pátria (POLEZE, 2013,9).

O texto *As comemorações do cinquentenário da abolição da escravatura como parte da Educação Moral e Cívica em Pernambuco, durante o Estado Novo*, retirado dos Anais do III CBHE, nos indica a intenção de fortalecimento do ideário estado-novista por meio das comemorações da abolição da escravatura em Pernambuco como evento de destaque, sendo os jornais os grandes impulsionadores, tendo em vista o espaço ocupado pelas matérias publicadas na Imprensa sobre as comemorações cívicas. Conforme observou Sellaró (2004, p.1) se aproximavam dos objetivos norteadores das disciplinas Educação Moral e Cívica e, também da História da Pátria (SELLARO, 2004, p.1).

Já em Minas Gerais, a participação das escolas nas atividades cívicas também era obrigatória e a imprensa local realizava a mesma tarefa de promoção, o que mudava era o contexto da atividade em questão. Para o local temos “Dia do Trabalho” e “Semana da Pátria” como eventos Cívicos de maior importância no calendário.

Em seu artigo, *Apostolado cívico: a função social do magistério de ensino secundário (1931-1942)*, Amália Dias aponta para a expectativa estatal em torno da prática docente, principalmente no que se refere à cultura cívica. Tendo essa afirmação como base e sabendo que o professor era entendido como agente chave no esforço de enquadramento da memória, Vargas enquanto dirigente de um projeto de cultura pedagógica (conceito que estamos assumindo neste trabalho), chamava os professores a exercer o papel de intelectuais da cultura (...) a inculcar saberes, valores e concepções de mundo que se coadunavam com o projeto de Estado e sociedade tecido pelo Governo de Getúlio Vargas. (DIAS, 2013, p. 120).

Com todos os esforços das instituições reguladoras e reguladas pelo Estado brasileiro no período que compreende os anos de 1937 até 1945, percebemos uma grande organicidade na utilização do tripé: ensino de música – ensino de educação física – festas cívicas, disposto neste tópico, na efetivação da cultura pedagógica do regime, sendo de fundamental para a inculcação de valores e na promoção da liderança política de Getúlio Vargas.

4.4 – A questão da educação rural e a preocupação em manter o controle sobre a rede pública de ensino

A temática da educação rural, bastante presente nos Anais dos CBHE's e de grande interesse para os historiadores da Educação, apresenta questões comuns nos textos selecionados independentemente do recorte local. Torna-se importante apontar para o fato de que nenhum dos textos sobre Educação Rural apresentou uma análise nacional da questão, todos os textos selecionados focaram suas abordagens em questões locais em que a pesquisa está inserida. As pesquisas mostram que houve um grande interesse do Governo brasileiro em promover uma política de Estado que demarcasse os territórios do país por meio do controle populacional no que diz respeito à migração de áreas rurais para áreas urbanas.

Em certa medida as dificuldades de chegada dos investimentos por parte do Governo e o pensamento familiar de descarte da escola em detrimento ao trabalho rural acabou por criar um pequeno obstáculo no que se refere à institucionalização do ensino no meio rural. A primeira ordem era o trabalho, já que a escola tirava os membros da família do campo, diminuindo a renda familiar. Já quem conseguia êxito nos estudos não vislumbrava uma vida no campo e migrava para os grandes centros urbanos.

A preocupação com este tipo de migração se revela, sobretudo no período do Estado Novo, nas ações do Governo com tentativas de fixar raízes para o homem rural através da criação de escolas rurais e de empregos que estabelecessem bases sólidas que pudessem seduzir o indivíduo a permanecer na vida campesina.

Em 1937, foi criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, que possuía o objetivo de expandir o ensino, alfabetizando o grande número de analfabetos que residiam na zona rural. O que nas entrelinhas significava fixar o homem no campo, evitando sua migração para os centros urbanos, o que poderia ter como consequência a diminuição da produção agrícola brasileira. (SILVEIRA, 2006, p. 8).

A Sociedade Brasileira de Educação Rural (SBER) foi uma das ações empregadas pelo Governo para manter a população rural no campo, evitando o êxodo para as cidades. Com o intuito de alfabetizar a população rural e conter a migração urbana o Governo tratou de incluir o campesino na cultura pedagógica estado-novista, com os ensinamentos da moral e cívica assim

como das noções de disciplina. Características diferentes entre o homem urbano com relação ao homem do campo requeriam ações pedagógicas diferentes e o ruralismo pedagógico foi instrumento para tal reorganização da nação.

O que ficou conhecido como Movimento Ruralista da década de 1930 estava em consonância com as propostas nacionalistas do período de governo getulista. Os discursos de valorização do desenvolvimento do meio rural estavam impregnados de termos como vocação histórica. Havia a intencionalidade de empreender uma política de valorização do crescimento e do desenvolvimento das práticas econômicas no meio rural, associadas à necessidade de diminuição do fluxo migratório que começava a causar problemas nos meios urbanos. (MAGALHÃES JÚNIOR e FARIAS, 2006, p. 2).

Por meios iguais e ação pedagógica adequada ao meio rural – com formação de profissionais habilitados a ministrar aulas específicas e a imprensa pedagógica tendo papel de relevância na criação de revistas de Educação Rural que apontassem as grandes conquistas do Governo com o ruralismo pedagógico – o regime vislumbrava a medida ideal para obtenção dos objetivos de conter a migração, nacionalizar o ensino de maneira homogênea e, criar as bases necessárias para a formação de uma nação coesa. Existia um plano de ação elaborado, no entanto, as investidas governamentais não apresentavam o alcance esperado.

Os textos *Escolas Rurais e alfabetização em Mato Grosso: aspectos de uma trajetória nas décadas de 1930-1940* de Terezinha Fernandes Martins de Souza; *História da escola rural Santa Tereza (Uberlândia/MG, 1934 a 1953)* de Tânia Cristina da Silveira e; *Para uma genealogia da escola primária rural: entre o espaço e a configuração pedagógica (São Paulo, 1889 – 1947)* escrito de Rosa Fátima de Souza mostram a dificuldade da chegada de ações governamentais no meio rural com relação a investimentos e locais próprios para a prática educativa. Souza e Amâncio (2006) revelam que no Mato Grosso:

O transporte para chegar até essas escolas era escasso, os alunos que moravam mais distantes ficavam hospedados na casa dos professores/as. As relações que estabeleciam com a comunidade eram construídas com base na amizade e compadrio, associadas ao desejo de proporcionar aos filhos melhor qualidade de vida, por meio do estudo. Hábitos culturais e valores de pessoas simples, que estabeleciam sentimentos de confiança necessários à manutenção da escola. Em um período em que se expressavam ideias liberais, na tentativa de adequar o ensino às exigências da sociedade, a prática, ainda revelava-se desalentadora, em localidades rurais (...). (SOUZA e AMÂNCIO, 2006, p. 3).

O pouco investimento na escolarização do campo, comum aos governos que antecederam a Era Vargas mantiveram a escola rural sempre aquém de suas necessidades. Esta era instalada em qualquer lugar, independente das condições de higiene para abrigar os alunos. No entanto, o estudo de Ribeiro expõe alguns jogos de acomodação por meio de negociações com as comunidades rurais, como aponta Ribeiro:

No caso da cidade de Uberlândia, percebe-se que as autoridades tentaram fazer algumas negociações com a comunidade, como dar preferência para abrir escolas em "bairros" que pudessem oferecer a casa para acomodar os alunos e a professora na ocasião da aula. Isso nos permite pensar que as comunidades que tivessem maior influência política ou pelo menos mais dinheiro para investir na construção da casa-escola e oferecê-la à prefeitura, levariam vantagem em relação aquela mais pobre que, na maioria das vezes, não tinha condições para fazer o mesmo. (RIBEIRO, 2008, p. 5).

Questão levantada por Ribeiro (2008) refere-se à discrepância entre o número de alunos matriculados e frequentes. A frequência se tornava baixa, basicamente pela inadequação do calendário escolar, pois o calendário praticado no meio rural seguia aos padrões elaborados para as escolas urbanas e muitas vezes a demanda por auxiliar os pais nas lavouras, requeriam a participação das crianças e jovens nas épocas de colheita, entrando em conflito com o calendário escolar e, dessa forma, forçava a evasão escolar destes alunos.

O papel da imprensa pedagógica era fundamental para o êxito da implementação da cultura pedagógica do Estado Novo, também nas escolas do campo. Com o ruralismo pedagógico não aconteceu diferente e em um dos textos selecionados notamos o grande destaque de um jornal escolar, *O Lavrador*³⁸. Jornal escolar que mantinha uma relação com a comunidade e tinha sua função principal pautada em informar sobre o cotidiano do homem do campo, *O Lavrador* tinha como pano de fundo a intenção de produzir o sentimento de pertença do homem para o campo e, também para a nação, reforçando, assim, o sentimento de nacionalismo.

Produzido por alunos da própria Escola, o jornal *O Lavrador* servia também de veículo de transmissão de conteúdos, artigos que tratavam de temas como plantação, colheita, higiene, cuidados maternos, não deixando de ser um espaço de divulgação e relato dos acontecimentos e pessoas que constituíam as tramas do cotidiano da escola e da cidade de Juazeiro, bem como os relatos de personagens que eram reconhecidos como "ilustres", possuindo destaque nas linhas do referido jornal. (MAGALHÃES JÚNIOR, 2008, p. 8).

³⁸O jornal *O Lavrador* foi criado em 1934 na Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte – CE.

O jornal ainda “(...) traz textos tratando do ideal ruralista da escola, através dos quais tinha por objetivo propagar junto ao povo brasileiro o amor à terra e os perigos do urbanismo.”. (MAGALHÃES JÚNIOR, 2008, p. 9).

4.5 – A nacionalização das escolas de imigrantes e a preocupação com as escolas de fronteira, tendo em vista manter a *integridade territorial da nação*.

O modelo pedagógico do Estado Novo – entendido como um projeto de cultura pedagógica – assume um caráter rígido, com a preocupação de preservar a integridade nacional, em dois momentos. O primeiro de ordem prática e imediata, que consistiu em mapear o panorama geral da Educação brasileira e investir em campanhas repressivas, por meio de aparelhos de Estado instalados no local – como as Delegacias Regionais de Ensino e os Interventores Federais – que dessem conta das orientações nacionais para a Educação, visando combater qualquer irregularidade nas escolas do país. Por irregularidade entenda-se escolas que resistiam a estas orientações nacionalistas impostas pelo regime.

Já num segundo momento, esse modelo pedagógico ganha corpo e é caracterizado pela criação das Leis Orgânicas de Ensino, que subsidiavam, institucionalmente, toda a repressão estatal e conferiam autoridade aos Interventores Federais como representantes do poder central, nas diversas localidades. Desta forma, o alcance da cultura pedagógica do regime avança para a *hinterland*, possibilitando, por um lado, indivíduos que habitavam em localidades afastadas dos grandes centros urbanos se adequarem aos novos tempos em que o Brasil, se modernizava por meio do desenvolvimento industrial e, por outro, há a incessante tentativa mudar as referências culturais dos imigrantes com ações das mais variadas, como exemplo: *A Liga Pró-Língua Nacional*³⁹.

³⁹ A Liga Pró-Língua Nacional foi fundada em 1942, como uma associação auxiliar dos grupos escolares, com o objetivo de cativar os alunos ao interesse das questões nacionais, fomentando a cultura brasileira em detrimento das culturas estrangeiras.

Com seus ritos e encenações planejadas sobre um projeto de Brasil e de brasileiro, essa Liga integrou um projeto coletivo fundamentado na ideia de cultura nacional em contraposição as culturas dos descendentes de imigrantes, principalmente os alemães. Combatia-se do mesmo modo o regionalismo, pois a região não poderia nunca sobrepor-se a Nação. Essa pretensa cultura nacional essa baseada em pressupostos homogeneizantes construídos em torno de um padrão considerado dominante e legítimo, imposto e justificado pelos intelectuais e dirigentes políticos que sustentavam o Estado Novo. (SILVA, 2013, p.15).

Nota-se que no período da Era Vargas, sobretudo no Estado Novo, o país passa por um processo profundo de mudanças culturais, políticas e econômicas. No campo da Educação, com as campanhas de nacionalização do ensino a plenos vapores, não foi diferente. Entretanto, podemos refletir se tais ações, de fato, foram efetivas em todo território nacional. Será que o regime teve fôlego e alcance nos interiores, na mesma proporção que nos grandes centros urbanos?

Refletir sobre o real alcance da cultura pedagógica estado-novista é inquirir às tabelas elaboradas sobre as experiências nacionalizadoras na região sul do país e os diversos “laboratórios de educação” de imigrantes, intuindo se houve resistência, adesão irrestrita ou, até uma possível acomodação na intenção de dar continuidade às práticas culturais das pátrias maternas.

Os estados que compõem a região sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) apresentaram um processo de colonização bastante peculiar em relação ao que foi difundido em outras localidades do Brasil. Não pretendendo revisitar a história da imigração sulista, porém, faço questão de pontuar a expansão intensificada desse processo de povoamento da região a partir de 1930. Cidadãos oriundos de diversos países diferentes, principalmente Itália; Alemanha e Polônia, dispostos a manter suas tradições como forma de manutenção da relação com a pátria natal, entretanto:

Nas maiores cidades, como Curitiba e Ponta Grossa, havia escolas públicas, mas, que eram pouco frequentadas pelos filhos dos imigrantes. A língua de origem era elemento importante na manutenção da identidade étnica, ensinada nas escolas, falada no lar, na igreja, nas associações, fazia com que muitas crianças teriam seu primeiro contato com a língua nacional na escola. Neste sentido, a escola pública não atendia a esse interesse. (RENK, 2013, ps. 3-4).

Nesse sentido, a nacionalização do ensino como prática do regime teve sua primeira campanha no ano de 1938, quando estabelece a obrigatoriedade do ensino de língua

portuguesa em todas as escolas do território nacional, essencialmente daquelas onde culturas estrangeiras davam o tom da construção do conhecimento.

A partir desta data ficou proibido o ensino de idioma estrangeiro, assim, como expressar-se em outro idioma, que não o português em espaços públicos, a circulação de material didático em língua estrangeira. O espaço escolar foi respeitado quase como um espaço sagrado, no qual a lei de nacionalização foi obedecida. (RENK, 2013, p.13).

Mesmo com a proibição do ensino de língua estrangeira nas escolas de todo o país e com as experiências de escolas de imigrantes tendo encerradas suas atividades, recorro a Certeau (2007) e seu conceito de táticas⁴⁰ para compreender as possibilidades criadas pelos imigrantes para a manutenção de suas culturas como mostra Renk (2013):

Eles criaram formas de fazer entendido, através da tradução das palavras da língua nacional, para a língua estrangeira, para que os alunos os compreendessem. Também encontraram formas de manter viva a língua estrangeira, fora do ambiente escolar, de ensiná-la seus alunos, nos campos, sob a aparência de aula ao ar livre, ou mesmo em paióis e galinheiros, onde certamente nenhum Inspetor iria suspeitar que estivesse sendo ministrados conhecimentos em língua estrangeira. Portanto, para o Estado os alunos estavam sendo nacionalizados, mas, para as comunidades étnicas, a manutenção da cultura e língua de origem do grupo continuava sendo ensinada, de forma dissimulada, clandestina. (RENK, 2013, p.14).

Outra questão de grande relevância apontada nas pesquisas sobre o período do Estado Novo perante suas influências nas culturas de imigrantes foi a dificuldade que o Governo apresentava em atender uma demanda escolar que ele mesmo criou com a campanha de nacionalização do ensino. Devido a falta de escolas públicas nas pequenas colônias afastadas dos centros urbanos era comum as práticas escolares independentes do Estado e também, na falta de professores habilitados a ministrar aulas.

A intenção da cultura pedagógica de nacionalização era de que: "O ensino deveria passar por um processo de modernização, que visava sua padronização em todo território nacional, além da expansão no número de estabelecimentos para que atingissem todas as regiões e servissem de base para a concretização da política nacionalista." (MODESTI, 2011,

⁴⁰O conceito de tática se contrapõe à ação das estratégias no que diz respeito ao lado da balança que a utiliza. O cidadão comum aproveita-se de práticas subversivas à ordem estabelecida com o intuito de sobreviver às dificuldades impostas pelo campo das estratégias. Em suma, de acordo com M. de Certeau (2007), as táticas são denominadas como pequenos golpes sistematicamente executados para sobrevivência dos mais fracos.

p. 4). No entanto, conforme observou a/o autor(a), tal modernização do ensino esbarrava na distância entre os poucos cursos de formação existentes destinados a uma população incipiente (e dispersa) em relação à ocupação territorial. Desse modo, os poucos cursos de formação existentes no meio rural acabavam tendo uma elevada incidência de evasão/reprovação entre seus alunos.

Todas estas questões demonstram que, a despeito da preocupação do Estado para com a propagação de culturas estrangeiras, o alcance das políticas de nacionalização do ensino por muitas vezes encontrou obstáculos seja de ordem financeira ou de ordem de organização das próprias comunidades estrangeiras. A efetividade deste projeto de nacionalização teve seu ápice em algumas proibições, uma delas foi a não utilização de outros idiomas que não fossem o português em espaços públicos, o que, nem sempre era obedecido. Podemos entender que em grande parte do processo de nacionalização do ensino as práticas culturais estrangeiras resistiram às estratégias governamentais de forma a eleger táticas pontuais para sua manutenção e sobrevivência.

Desse modo, os resumos inscritos nos CBHEs que abordam a história da educação brasileira sob o Estado Novo demonstram que, para além das estratégias do Governo Vargas para impor uma cultura homogênea e nacional, usando recursos simbólicos como as festas e comemorações cívicas e fazendo uso de violência se preciso fosse, nem sempre foram acatados. Isto porque, para além da repressão e da coerção estatal em nome de uma cultura pedagógica nacionalista e homogênea, as culturas locais, as heranças históricas e as identidades sociais partilhadas pelos grupos sociais são capazes de se articular, de resistir e de fazer valer as suas memórias e os seus valores identitários, mesmo em contextos adversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a importância do Estado Novo na construção de nossa memória social, sobretudo, na concepção de uma cultura pedagógica, o desenvolvimento do presente estudo nos possibilitou compreender melhor os alcances e as limitações das ações estatais referentes à nacionalização do ensino nas perspectivas nacionais e locais, sendo as nacionais entendidas aqui como estratégias de imposição na forma de leis instituídas e as práticas locais assimiladas como táticas de manipulação para a sobrevivência de culturas e/ou instituições pedagógicas.

Buscando esse entendimento, nós utilizamos como fontes os Anais do CBHEs (do I ao VIII), a fim de percebermos o quanto a historiografia da história da educação brasileira têm se voltado aos estudos desse período como forma de analisar, após oito décadas de fundação desse modelo de Estado, as memórias que suas práticas construíram e que legado educacional nos foi deixado.

Dito isto, começamos com o debate no se pautou no resgate da construção histórica da memória da Educação brasileira e, com o tópico intitulado *Notas sobre a construção do campo da História da Educação: O IHGB como marco fundador dos estudos históricos* nós apresentamos um panorama geral da produção de uma memória que fundou uma versão sobre história brasileira, elegendo o IHGB como marco fundador das políticas de organização de estudos históricos. Para fundamentar esse debate, nós trouxemos as análises, principalmente, de Saviani (2008) sobre o campo historiográfico da História da Educação brasileira.

Passando para o segundo tópico do Capítulo I, este intitulado *A História da Educação como campo de pesquisa*, nós procuramos apresentar o campo da História da Educação como campo de pesquisa desde suas primeiras experiências pós Reforma Universitária até o cenário atual, com grupos de pesquisas em História da Educação espalhados por todo país, promovendo encontros e congressos que pensam com frequência os rumos do campo, além das revistas que impulsionam o interesse por este campo de pesquisa.

Ainda no Capítulo I, no terceiro tópico, intitulado *A História Cultural abre novas perspectivas para História da Educação*, nós indicamos, com base no debate apresentado por Xavier (2000), a importância crescente da História Cultural como perspectiva teórico-

metodológica no campo da História da Educação, o que reconfigurou o campo possibilitando novos olhares e novas fontes de pesquisa, criando novas escritas para problemáticas antigas.

No capítulo 2, nós buscamos encontrar pistas para responder a seguinte questão: a fim de construir uma cultura pedagógica, qual foi, de fato, a importância dada à Educação no regime estado-novista? Para tanto, no primeiro tópico, intitulado *O significado da Educação brasileira para o Estado Novo* nós refletimos sobre a questão da educação inserida no projeto de reconstrução do nacional do Estado Novo. Já no tópico 2, nomeado *A Criação do MES e as ações de Capanema*, nós demos destaque às políticas desenvolvidas pelo Ministério Capanema e ao final, apresentamos uma síntese provisória sobre o lugar da educação pública no Estado novo.

Já no tópico 3, *O lugar da Educação no projeto pedagógico do Estado Novo*, nosso estudo montou um cenário em que o projeto estado-novista assume a Educação como motor da transformação da nação, assim, aglutinando culturas pedagógicas diferentes a fim de criar uma cultura pedagógica coesa pra sociedade brasileira e, também, criando atrito com culturas pedagógicas resistentes ao regime.

No Capítulo 3, em seu único tópico *Os eixos e a incidência de resumos sobre o Estado Novo brasileiro*, inquirimos aos congressos por meio da criação de quadros, gráficos e tabelas temáticas, qual era a intensidade e o interesse de trabalhos sobre o Estado Novo que estavam sendo produzidos.

Finalmente, no Capítulo 4, em seu primeiro tópico intitulado *Abordagens nacionais e locais, relacionados ao Estado Novo*, nós pudemos confirmar a superioridade de estudos com análises locais perante estudos com análises nacionais, assim, entendendo como as abordagens na perspectiva da História Cultural permearam a cena dos Anais dos CBHE's estudados.

No segundo tópico do quarto capítulo, intitulado *Temáticas preferenciais: identidade e formação docente, imprensa pedagógica e Educação e igreja em favor da nacionalização do ensino*, nós analisamos o conteúdo divulgado nesses resumos, identificando as culturas pedagógicas praticadas no Estado Novo. Estas foram diversas e mostraram uma grande amplitude de ações no país. Assim, nós começamos com a igreja católica que se acomodou ao regime a fim de negociar suas pautas dentro das discussões do Estado. Em segundo lugar, nós

percebemos a coesão que o Estado pretendia atingir, instituindo agências educacionais públicas e aglutinando agências educacionais privadas em favor de um projeto de nação.

No terceiro tópico do Capítulo 4, nomeado *Ensino da música e do canto orfeônico, bem como da educação física e dos desportos*, notamos que ambos, tanto o Ensino do canto orfeônico quanto da educação física, foram importantíssimos para a construção de um sentimento de nação e da promoção da cultura cívica onde a adesão de intelectuais como Villa-Lobos e Hollanda Loyola se deu na justificativa de que o ensino dessas disciplinas promoviam a saúde do corpo e do espírito.

No quarto tópico *A questão da educação rural e a preocupação em manter o controle sobre a rede pública de ensino* apreendemos que a educação rural serviu, sobretudo, no controle populacional brasileiro, evitando a migração do meio rural para o meio urbano, criando possibilidades de estudo e trabalho e, principalmente, sentimentos de pertença entre o homem camponês e a terra.

E no quinto tópico, onde analisamos *A nacionalização das escolas de imigrantes e a preocupação com as escolas de fronteira, tendo em vista manter a integridade territorial da nação* apreendemos que 1) o alcance das práticas estatais não impediu a resistência e os jogos de acomodação mobilizados nas colônias, principalmente alemãs e 2) a criação do sentimento de nação não teve maior êxito, fundamentalmente no sul do país, pela grande resistência dos imigrantes.

De longe podemos enxergar as marcas deixadas pelo Estado Novo, em diversas áreas sociais. O regime ainda vive e produz memórias. Avenidas que cortam grandes cidades, como a Avenida Presidente Vargas no centro do Rio de Janeiro; diversas escolas que “homenageiam” a figura máxima do regime, como a Escola de Ensino Fundamental e Médio Getúlio Vargas na pequena cidade cearense de Farias Brito e ainda podemos apontar mudanças estruturais como a arquitetura modernista de algumas cidades brasileiras e as grandes indústrias como a Cia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, como herança e permanência da memória desse período. Assim também, os estudos que se voltam para interpretar a importância das intervenções do Estado Novo na história da educação brasileira, demonstram que conhecer as estratégias, táticas, resistências, acomodações e adesões mobilizadas nesse período autoritário que marca a nossa história, certamente nos ajudará a

entender com maior acuidade as transformações e as permanências com as quais, hoje, nós precisamos lidar.

A tarefa de construção da dissertação se mostrou como uma experiência, sobretudo, de alquimia. A possibilidade de experimentações no que se refere a metodologias e a teorias, e a grande quantidade de textos consultados proporcionou um crescimento do eu pesquisador que foi fundamental para entender o ato de pesquisar e também, balizou o estudo do período que foi estabelecido como recorte temporal.

No mais, para nós, a construção deste trabalho foi uma grande oportunidade de conhecer, não apenas as políticas institucionais do Estado no que se refere a educação, mas também de compreender as limitações dessas políticas e o reconhecimento de ações opostas, nas resistências ou acomodações que foram empregadas por instituições escolares, políticas, religiosas; segmentos sociais, grupos de imigrantes, indivíduos não urbanos; num esforço de manter suas próprias memórias, rivalizando com tais imposições do Estado e da ação de enquadramento da memória oficial.

É importante pontuar que meu olhar sobre o campo da História da Educação mudou bastante após a conclusão deste texto. Antes um olhar ingênuo me impedia de olhar as diversas possibilidades do campo e a dissertação me abriu os olhos para a gama de potencialidades temáticas, metodológicas, teóricas e de fontes.

Deste trabalho, espero a concretização de dois pontos. O primeiro deles é o que se espera de uma pesquisa acadêmica elaborada numa Universidade pública, que sirva como fonte de pesquisa para demais interessados pelo estudo da História da Educação tanto na própria universidade em que se deu o desenvolvimento desta produção quanto para demais entusiastas dos assuntos situados no texto. O segundo ponto diz respeito a um sentimento mais pessoal que é de conseguir dar prosseguimento ao decorrer de minha vida acadêmica e, sendo bem otimista colocando uma meta de em algum momento, produzir entendimentos sobre as diversas temáticas expostas neste trabalho por meio de outros textos e divulgá-los.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 3ª ed. Tradução: Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1985. 337 p.

A MENINA PRESIDÊNCIA. Sílvia Caldas e Orquestra Odeon, Nássara-Cristóvão de Alencar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lzdC0py1aXA>

BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e Historiografia. In: Org. AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Cultura Política, Memória e Historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Constituição (1937) Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 15 de dezembro de 2017.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 4.244, DE 9 DE ABRIL DE 1942. LEI ORGÂNICA DO ENSINO SECUNDÁRIO, Brasília, DF, mar 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14244.htm>. Acesso em: 9 abr. 2018.

BURKE, Peter. “História como memória social”. In: Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.

CARVALHO, M. M. C.. Revisitando a historiografia educacional brasileira. In: Maria Cristina Menezes. (Org.). Educação, memória, história. Possibilidades, leituras. 1ed. Campinas: Mercado de Letras, 2004, v. , p. 375-401.

CATANI, Denice Barbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPed (1985-2000). Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 1, n. 19, p.113-128, 2002.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 13. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. (1940-1945). In: X Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, 2014, Curitiba. Percursos e desafios na História da Educação Luso-Brasileira, 2014.

COELHO. A Universidade do ar e o desafio da formação de professores para o Ensino Secundário brasileiro

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. 1 CD-ROM.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2002. 1 CD-ROM.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC-PR, 2004. 1 CD-ROM.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UCG, 2006. 1 CD-ROM.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: UFS, 2008. 1 CD-ROM.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2002, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES, 2011. 1 CD-ROM.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: UFMT, 2002. 1 CD-ROM.

CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 2015, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2002. 1 CD-ROM.

DIAS, Amália. Apostolado Cívico: A Função social do Magistério de Ensino Secundário (1931-1942). REVISTA CONTEMPORÂNEA DE EDUCAÇÃO, v. 8, p. 111-132, 2013.

EVANGELISTA, Olinda; MORAES, Maria Célia Marcondes; SHIROMA, Eneida Oto. Política Educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

FERREIRA JR, Amaríldo. A influência do marxismo na pesquisa em educação brasileira. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 49, p.35-44, mar 2013 - ISSN: 1676-258.

GONDRA, José Gonçalves. Morfologia da História da Educação no espaço lusófono. O Brasil como ponto de observação. In: GATTI JR., Décio e PINTASSILGO, Joaquim (orgs.). Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, 2007.

- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo, Vértice, 1990.
- HOBSBAWN, E. A Invenção das tradições. Introdução. In HOBSBAWN e RANGER, T. (orgs.). *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- HORTA, José Silvério Baía. O hino, o sermão e a ordem do dia; regime autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994
- LE GOFF, Jacques. (1996). História e Memória. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp
- LOPES, S. M. C. N. ; GURGEL, P. . Trajetórias de professoras normalistas: A 'prata da casa' do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1930-1960). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 16, p. 241-271, 2016.
- LOPES, S. M. C. N. . Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso)*, v. 39, p. 597-619, 2009.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Adesão, resistência e acomodação: o influxo da cultura política. In: *As universidades e o regime militar*. RJ, Zahar, 2014. (Cap. VII. pp. 288-324).
- NÓVOA, António. Carta a um jovem historiador da educação. *Historia y Memoria de la Educación*, 1 (2015): 23-58.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- PINTO, António Costa. Corporativismo, ditaduras e representação política autoritária. In: PINTO, A. C; MARTINHO, F. C. P. (orgs). *A vaga corporativista: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016, pp. 27-40.
- POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.
- _____. "Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.
- ROMANELLI, Otaiza Oliveira. *Evolução no Ensino do Brasil*. Petrópolis: Vozes 8ª edição, 1986.

ROSAS, Fernando. O Salazarismo e o Homem Novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, XXXV (1957), 2001 (pp. 1031-1054).

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. *EccoS Revista Científica*, vol. 10, núm. Esp, julho, 2008, pp. 147-167 Universidade Nove de Julho São Paulo, Brasil.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena e COSTA, Vanda (orgs.) (1984). *Tempos de Capanema*. EDUSP/Paz e Terra.

WILLIAMS, Daryle. *Gustavo Capanema, ministro da cultura*. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 250 – 269.

XAVIER, Libânia Nacif. O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1950-1960). Bragança Paulista, EDUSF, 1999.

XAVIER, Libânia Nacif. Regionalização da Pesquisa e Inovação Pedagógica: os centros de pesquisa do INEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n. 194, p. 81-92, 1999.

XAVIER, Libânia Nacif, (2001). Particularidades de um campo disciplinar em consolidação: balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ/2000). In: Sociedade Brasileira de História da Educação, (org.). *Educação no Brasil*. Campinas: SBHE & Autores Associados.

XAVIER, L. N. *O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas*. *Educação (UFSM)*, Santa Maria, v. 30, n.2, p. 105-120, 2005.